



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA

Consciencialização Ambiental e Consumo Sustentável no Desporto

Desporto Natureza (BTT) e Desporto Urbano (Natação)

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão
do Desporto – Organizações Desportivas

Orientador: Professora Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas

Ana Lúcia Morgado Marques | 2013



Resumo

A amostra do presente estudo integra praticantes de BTT e de natação, com idades superiores a 17 anos de idade e de ambos os géneros, sendo no total constituída por 414 elementos.

Como instrumento de recolha de dados foi utilizado um questionário anteriormente validado. Para os praticantes de desporto natureza os questionários foram aplicados em provas de BTT, enquanto para os praticantes de desporto urbano os questionários foram aplicados em várias piscinas.

Este trabalho tem como objetivo geral a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema “consciencialização ambiental e consumo sustentável no desporto”.

Neste estudo não foi destacado com evidência pretendida a modalidade mais consciente ecologicamente, não se revelando assim uma maior responsabilidade no consumo sustentável da parte dos praticantes de desporto de natureza.

Palavras - Chaves: Desporto natureza, desporto urbano, ambiente, consumo, preocupação ambiental.

Abstract

Summary: The study sample includes practitioners of mountain biking and swimming, aged over 17 years old and of both sexes, and in total consists of 414 elements

Was used a validated questionnaire, for instrument for data collection of nature os sports groups were administered the tests in mountain biking, sports groups urban questionnaires were applied several pools.

This work aims at obtaining an overall better understanding on "environmental awareness and sustainable consumption in sport."

In this study no evidence was highlighted with the desired mode more environmentally conscious, not so revealing greater responsibility in sustainable consumption on the part of practitioners of sport in nature

Key - Words: Sports nature, urban sport, environment, consumer, environmental concern

Índice Geral

Resumo	II
Abstract	III
Índice Geral	IV
Índice de Tabelas e Figuras	VI
Índice de Gráficos	VII
Introdução	1
1. Revisão Bibliográfica.....	3
1.1. Sobre a Relação Homem - Ambiente	3
1.2. Consciencialização Ambiental	5
1.3. Ação	6
1.3.1. Resíduos.....	7
1.3.2. Eficiência energética	10
1.3.3. Consumo.....	10
1.3.4. Consumidor.....	11
1.3.5. Rótulos ecológicos.....	12
1.3.6. Marketing Verde.....	16
2. Metodologia.....	18
2.1. Objetivos	18
2.2. Protocolo/Procedimentos	19
2.3. Instrumentos.....	19
2.4. Limitações Metodológicas	20
3. Apresentação e Discussão de Resultados.....	21
3.1. Caracterização Geral da Amostra	21
3.2. Caracterização da Amostra por Modalidade Desportiva	35

3.2.1. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva Geral	49
3.2.1.1. Nível de Preocupação Ambiental	49
3.2.1.2. Ação em Prol do Ambiente.....	52
3.2.1.3. Benefício do Crescimento Económico ou da Qualidade Ambiental	55
3.2.2. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva do Consumo ..	59
3.2.2.1. Aquisição de Produtos Ambientais.....	59
3.2.2.2. Atenção à Informação dos Rótulos Ecológicos	63
3.2.2.3. Pagar Mais por um Serviço Ecológico.....	68
3.2.3. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva Desportiva	74
3.2.3.1. Disposição para Alterar Algo na Prática da Modalidade	74
3.2.3.2. Pagar Taxa.....	78
3.2.3.3. Alteração de Atitude Ambiental após a Prática Desportiva	82
4. Conclusão	87
Bibliografia.....	92
Anexo I	I

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Modalidade <i>versus</i> Ação em prol do Ambiente	41
Tabela 2 – Modalidade <i>versus</i> Razões para a Falta de Ação.....	41
Figura 1 – Símbolo do Rótulo Ecológico da União Europeia	15

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Escalão Etário	21
Gráfico 2 – Zona de Residência	22
Gráfico 3 – Grau de Escolaridade	22
Gráfico 4 – Modalidade Desportiva	23
Gráfico 5 – Tempo de Prática	23
Gráfico 6 – Frequência da Prática	24
Gráfico 7 – Fatores de Agradabilidade da Prática	25
Gráfico 8 – Nível de Preocupação Ambiental	26
Gráfico 9 – Ação Empreendida em Prol do Ambiente	26
Gráfico 10 – Ações Empreendidas em prol do Ambiente	27
Gráfico 11 – Razões da Falta de Ações Empreendidas em prol do Ambiente	27
Gráfico 12 – Sacrifícios Pessoais em prol do Ambiente	28
Gráfico 13 – Disposição para Alterar a Prática Desportiva em prol do Ambiente	28
Gráfico 14 – Concordância para Taxar Atividades Desportivas Prejudiciais ao Ambiente	29
Gráfico 15 – Preferência pelo Crescimento Económico vs Qualidade Ambiental	30
Gráfico 16 – Atenção prestada aos Rótulos de Informação Ambiental	30
Gráfico 17 – Aquisição de Produtos em função das suas Características Ambientais	31
Gráfico 18 – Disposição para Pagar Mais por um Serviço Desportivo Mais Ecológico	32
Gráfico 19 – Modificação da Atitude face aos Problemas Ambientais	32
Gráfico 20 – Fontes de Informação Ambiental	33
Gráfico 21 – Credibilidade das Fontes de Informação Ambiental	34
Gráfico 22 – Interseção das Fontes de Informação e a correspondente Credibilidade	34
Gráfico 23 – Modalidade <i>versus</i> Género	35
Gráfico 24 – Modalidade <i>versus</i> Escalão Etário	36
Gráfico 25 – Modalidade <i>versus</i> Escolaridade	36
Gráfico 26 – Modalidade <i>versus</i> Tempo de Prática	37
Gráfico 27 – Modalidade <i>versus</i> Frequência da Prática	38
Gráfico 28 – Modalidade <i>versus</i> Fatores de Agradabilidade	39
Gráfico 29 – Modalidade <i>versus</i> Preocupação Ambiental	40
Gráfico 30 – Modalidade <i>versus</i> Ação em prol do Ambiente	41
Gráfico 31 – Modalidade <i>versus</i> Crescimento Económico e Qualidade Ambiental	42
Gráfico 32 – Modalidade <i>versus</i> Rótulos de Informação Ambiental	43
Gráfico 33 – Modalidade <i>versus</i> Aquisição de Produtos de Características Ambientais	44
Gráfico 34 – Modalidade <i>versus</i> Modificação de Atitude face ao Problema Ambiental	44
Gráfico 35 – Modalidade vs Predisposição para Alterar Prática em prol da Melhoria Ambiental	45
Gráfico 36 – Modalidade <i>versus</i> Pagar Mais por um Serviço Desportivo mais Ecológico	46
Gráfico 37 – Modalidade <i>versus</i> Pagar Taxa por Serviços Desportivos Menos Ecológicos	47
Gráfico 38 – Modalidade <i>versus</i> Sacrifícios Pessoais em prol da Proteção do Ambiente	48
Gráfico 39 – Preocupação Ambiental <i>versus</i> Género	49
Gráfico 40 – Preocupação Ambiental <i>versus</i> Escalão Etário	50
Gráfico 41 – Preocupação Ambiental <i>versus</i> Escolaridade	50

Gráfico 42 – Preocupação Ambiental <i>versus</i> Tempo de Prática	51
Gráfico 43 – Preocupação Ambiental <i>versus</i> Frequência da Prática	52
Gráfico 44 – Ação em Prol do Ambiente <i>versus</i> Género	52
Gráfico 45 – Ação em Prol do Ambiente <i>versus</i> Escalão Etário	53
Gráfico 46 – Ação em Prol do Ambiente <i>versus</i> Grau de Escolaridade	54
Gráfico 47 – Ação em Prol do Ambiente <i>versus</i> Tempo de Prática	54
Gráfico 48 – Ação em Prol do Ambiente <i>versus</i> Frequência da Prática	55
Gráfico 49 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental <i>versus</i> Género	56
Gráfico 50 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental <i>versus</i> Escalão Etário	56
Gráfico 51 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental <i>versus</i> Escolaridade	57
Gráfico 52 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental <i>versus</i> Tempo de Prática	58
Gráfico 53 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental <i>versus</i> Frequência da Prática	58
Gráfico 54 – Aquisição de Produtos pelas suas Caraterísticas Ambientais <i>versus</i> Género	59
Gráfico 55 – Aquisição de Produtos pelas suas Caraterísticas Ambientais <i>vs</i> Escalão Etário	60
Gráfico 56 – Aquisição de Produtos pelas Caraterísticas Ambientais <i>vs</i> Grau de Escolaridade	61
Gráfico 57 – Aquisição de Produtos pelas Caraterísticas Ambientais <i>versus</i> Tempo de Prática	62
Gráfico 58 – Aquisição de Produtos pelas Caraterísticas Ambientais <i>vs</i> Frequência da Prática	63
Gráfico 59 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos <i>versus</i> Género	64
Gráfico 60 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos <i>versus</i> Escalão Etário	65
Gráfico 61 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos <i>versus</i> Escolaridade	66
Gráfico 62 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos <i>versus</i> Tempo de Prática	67
Gráfico 63 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos <i>versus</i> Frequência da Prática	68
Gráfico 64 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde <i>versus</i> Género	69
Gráfico 65 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde <i>versus</i> Escalão Etário	70
Gráfico 66 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde <i>versus</i> Escolaridade	71
Gráfico 67 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde <i>vs</i> Tempo de Prática	72
Gráfico 68 – Disposição Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde <i>vs</i> Frequência da Prática	73
Gráfico 69 – Disposição Alterar a Prática Desportiva em Benefício do Ambiente <i>vs</i> Género	74
Gráfico 70 – Disposição Alterar Prática Desportiva em Benefício Ambiente <i>vs</i> Escalão Etário	75
Gráfico 71 – Disposição Alterar Prática Desportiva em Benefício do Ambiente <i>vs</i> Escolaridade	76
Gráfico 72 – Disposição Alterar Prática Desportiva Benefício Ambiente <i>vs</i> Tempo de Prática	77
Gráfico 73 – Disposição Alterar Prática Benefício Ambiente <i>vs</i> Frequência da Prática	78
Gráfico 74 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente <i>versus</i> Género	78
Gráfico 75 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente <i>versus</i> Escalão Etário	79
Gráfico 76 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente <i>versus</i> Escolaridade	80
Gráfico 77 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente <i>versus</i> Tempo de Prática	81
Gráfico 78 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente <i>versus</i> Frequência da Prática	82
Gráfico 79 – Alteração da Atitude Ambiental <i>versus</i> Género	83
Gráfico 80 – Alteração da Atitude Ambiental <i>versus</i> Escalão Etário	83
Gráfico 81 – Alteração da Atitude Ambiental <i>versus</i> Escolaridade	84
Gráfico 82 – Alteração da Atitude Ambiental <i>versus</i> Tempo de Prática	85
Gráfico 83 – Alteração da Atitude Ambiental <i>versus</i> Frequência da Prática	86

Introdução

Este trabalho foi realizado no âmbito do II Mestrado em Gestão de Desporto – Gestão de Organizações Desportivas 2010/2011, com vista a obtenção de grau de Mestre em Gestão do Desporto e das Organizações Desportivas.

A importância deste estudo deve-se essencialmente à falta de conhecimento nesta área de investigação. Ao investigar temas como consumo desportivo e associarmos ao ambiente poderemos assumir um papel mais proeminente na sociedade. Pois é através do conhecimento que podemos alcançar os objetivos, para isso este estudo é um passo importante, porque através dele conseguimos dar mais um passo, um avanço no conhecimento.

Este estudo é de carácter de continuidade no que diz respeito ao seguimento de três estudos precedentemente realizados na área da Consciencialização Ecológica e Consumo Sustentável no Desporto. Um primeiro trabalho realizado nesta linha de investigação (Baptista, 2006), foi concebido de modo a traçar o perfil ecológico do consumidor de golfe em Portugal, tendo sido concluído que os praticantes de golfe demonstram uma predisposição para a realização de sacrifícios pessoais em prol da preservação do ambiente. Contudo, salientou-se uma enorme dificuldade por parte dos golfistas em avaliarem negativamente qualquer tipo de conotação ecológica às infraestruturas da modalidade, como se os campos de golfe estivessem imunes a qualquer impacto negativo sobre o ambiente e seus recursos naturais.

Já Martins (2010) realizou na mesma linha de investigação um estudo intitulado “Consciencialização Ambiental e Consumo Sustentável no Desporto – desporto natureza (surf) e desporto urbano (*fitness*)”, onde concluiu que existem diferenças significativas para os praticantes de surf e os praticantes de *fitness*. Designadamente: a) por um lado, os praticantes de surf obtêm um maior nível

de preocupação ambiental, face aos praticantes de *fitness*; b) por outro lado, a prática do surf constitui-se como um motivo de alteração dos respetivos comportamentos e atitudes face ao ambiente.

O terceiro estudo foi realizado por Santos (2011), tendo este identificado as diferentes perspetivas e preocupações ambientais entre os utilizadores de bicicleta e os não utilizadores da bicicleta e onde se concluiu que os utilizadores de bicicleta têm uma consciência mais desperta para os problemas ambientais bem como para o consumo sustentável.

Dentro desta problematização triangular, Consumo-Ambiente-Desporto, o presente estudo tem como objetivo geral verificar se existem diferenças ao nível da consciencialização ambiental e nos comportamentos de consumo sustentável entre praticantes de desporto natureza e de desporto urbano, desta vez, comparando os praticantes de BTT e de natação, respetivamente, sendo assim constituídos estes grupos como o objeto do estudo.

Em termos de apresentação da estrutura do trabalho agora exposto, o mesmo encontra-se dividido em duas partes distintas: uma primeira parte contendo a revisão bibliográfica onde é feito o enquadramento teórico do trabalho; e uma segunda parte, respeitante à investigação empírica, onde se procede à apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos e de acordo com os objetivos formulados, são expostas as respetivas conclusões.

1. Revisão Bibliográfica

1.1. Sobre a Relação Homem - Ambiente

A relação do Homem com a Natureza, Ambiente, vem desde os primórdios da sua existência, na medida em que o Homem desde sempre tentou dominar a Natureza. Tal como afirmado por alguns autores, “há milhões de anos, nos primórdios da existência humana, o Mundo assistia a um duelo entre a sobrevivência do ser humano e a força da Natureza, sendo o seu desfecho o domínio da Cultura sobre a Natureza. Este domínio não trouxe mais do que impactos negativos, provocados pelo ser humano sobre o Meio Ambiente. Estes impactos foram e continuam a ser tão graves que, além de exigirem um reparo dos danos, também exigem uma mudança de valores, mentalidades, atitudes, hábitos e comportamentos, para podermos garantir o futuro da espécie humana” (Caetano, Soares, Dias, Joaquim, & Gouveia, 2008, pg. 35).

Segundo Jensen e Schnack (1997, conforme citado por Rosa & Carvalhinho, 2012, pg. 259) “uma das questões fundamentais dos nossos dias é de que os problemas ambientais estão estruturalmente ancorados à sociedade e às nossas formas de vida”.

De acordo com a Carta Europeia do Desporto (CED) entende-se por desporto “todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis” (Instituto do Desporto de Portugal, 2011,pg. 3).No artigo 10º do mesmo documento apela-se à subjugação do desporto ao princípio do desenvolvimento sustentável, onde se lê: “Assegurar e melhorar, de uma geração para a outra, o bem-estar físico, social e mental da população exige que as actividades físicas, incluindo as

praticadas em meio urbano, rural ou aquático, sejam adaptadas aos recursos limitados do planeta e conduzidas em harmonia com os princípios de um desenvolvimento sustentável e de uma gestão equilibrada do meio ambiente. Isto significa que se deverá, entre outros:

I - Ter em consideração os valores da natureza e do meio ambiente aquando do planeamento e da construção de instalações desportivas;

II - Apoiar e estimular as organizações desportivas nos seus esforços que visam a conservação da natureza e do meio ambiente;

III - Vigiar para que a população tome mais consciência das relações entre o desporto e o desenvolvimento sustentável, e aprenda a conhecer e compreender melhor a natureza” (Instituto do Desporto de Portugal, 2011, pg. 6).

Embora o desporto se possa subdividir em diversas classificações (nomeadamente o desporto rendimento, desporto educação, desporto saúde, desporto integração) (Correia, 2004), tendo em conta o objeto de estudo iremos apenas abordar o desporto natureza e desporto urbano.

Segundo Nunes (2010, pg. 260) “os desportos natureza pressupõem determinado esforço e risco até certo ponto de controláveis, e que podem variar de intensidade conforme a exigência da cada actividade e a capacidade física e psicológica do praticante. (...) porquanto que a esse desenvolvimento se podem associar motivações de ordem muito diversa, entre as quais é comum destacar a necessidade de evasão do quotidiano urbano, a importância conferida ao desporto informal, o gosto pelo contacto com a natureza e o desafio que constituem alguns desportos chamados de aventura, podemos individualizar no contexto do turismo natureza, a emergência de um novo vector que dominamos por desporto natureza.” Relativamente ao desporto urbano, Bento (2009, pg. 2) defende que a criação da “cidade desportiva” é um imperativo, face à tendência da prática desportiva de exterior (ruas, avenidas,

alamedas, parques, praças...), por oposição à outrora vigente, da prática desportiva de interior (ginásios, piscinas, pavilhões, polidesportivos...), na tentativa de dar resposta às exigências motoras dos cidadãos. (...) afirma ainda que as áreas públicas existentes nas cidades são insuficientes e mal distribuídas pelo espaço, não permitindo a prática da actividade desportiva em ambiente urbano, deve existir oferta de instalações públicas e criação de condições para essa prática”.

1.2. Consciencialização Ambiental

O Ambiente e os seus recursos naturais têm sido alvo de preocupação por parte dos responsáveis de mais elevado nível internacional. Tal como refere Rodrigues (2009, pg.108) “a importância das actividades desportivas para a protecção e conservação da natureza e dos bens ambientais comprova-a a decisão do Comité Olímpico Internacional de criar no seu seio, em 1995, uma comissão especializada de *desporto e ambiente*. (...) Declara que o ambiente é promovido a par do desporto e da cultura, o pilar fundamental do optimismo, essa filosofia de *vida que exalta e combina num conjunto equilibrado as qualidades corporais, volitivas e espirituais do ser humano*”.

Segundo Garcia (2006, pg.40) “o público das notícias de ambiente não pode ser linearmente classificado como cidadão comum que cada vez mais se interessa pelas matérias ambientais. A noção de que, hoje, toda a gente está preocupada com a saúde do planeta, do país, ou do local onde se vive representa uma visão simplista que ignora a teia de ambiguidades que existe entre o que as pessoas pensam, dizem e fazem, e que condicionam a forma como estas olham para as notícias do ambiente e assimilam o seu conteúdo.”

O mais assertivo numa consciencialização ambiental é um desenvolvimento sustentável, conceito atualmente apregoadado internacionalmente. Tal como afirmam Hardy e Beeton (2001, conforme citado por Oliveira & Manso, 2010, pg. 237), “em relação à origem do conceito, analisando factos passados, podemos concluir que o aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com um má utilização dos recursos naturais, com o aparecimento de acidentes ambientais, bem como com o aparecimento de um conjunto de desequilíbrios de índole económico, ambiental e social”. Nesta perspetiva parece aceitável dizer-se que o conceito de desenvolvimento sustentável despontou como um modelo que garante um casamento entre dois conceitos que até então se assumiam como contraditórios, ou seja, entre o crescimento económico e a proteção ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Rodrigues, 2009, pg. 143).

Na realidade o novo paradigma de sustentabilidade do desenvolvimento “propõe o equilíbrio e a articulação de três vertentes da sociedade: a ambiental, a económica e a social” (Larousse, 2009, pg.2331). Tal como referido por Garcia (2006, pg.74) “num mundo ideal, os três devem sustentar-se mutuamente e nenhum deles pode desenvolver-se de forma que comprometa os outros”. Embora aparentemente pareça ser um conceito simples, a complexidade reside inquestionavelmente na sua aplicabilidade.

1.3. Ação

Existem diversas ações que as pessoas podem ser responsáveis pelo ambiente, todos nós podemos, e devemos, adaptá-las no nosso quotidiano no

sentido de uma eficaz ajuda à proteção do meio ambiente. Entre as ações mais simples podemos exemplificar as seguintes:

- Dar preferência, sempre que possível, a produtos de material reciclado;
- Utilizar menos produtos descartáveis;
- Escolher produtos que utilizam pouca embalagem, dando preferência às que permitem a recarga e recicláveis;
- Evitar comprar móveis de mogno, e de outras madeiras em extinção. Em alternativa devemos dar preferência a madeiras de reflorestação, como o eucalipto;
- Evitar o desperdício de água e energia elétrica;
- Escolher sempre os eletrodomésticos tendo em conta a sua eficiência energética;
- Selecionar os resíduos, separando os que podemos reutilizar.

1.3.1. Resíduos

Segundo Garcia (2006, pg. 315) a questão principal do lixo está sintetizada numa frase de um relatório da Agência Europeia do Ambiente: “Os resíduos representam uma enorme perda de recursos, tanto sob a forma de materiais, sob como a forma de energia”. Defende ainda Garcia (2006, pg. 316) que “numa expressão simples, há mais lixo para tratar e é nas soluções para este tratamento, ou na ausência delas, que residem as principais batalhas de autoridades oficiais, empresas, organizações ambientalistas e cidadãos em geral”.

A política e os hábitos dos consumidores e cidadãos em geral relativamente à temática da reciclagem são fundamentais no problema do tratamento de resíduos. Entende-se reciclagem pela ação de reciclar resíduos, ou seja,

transformá-los em algo que seja novamente útil tanto para consumo intermédio ou produção de outros produtos.

Segundo Garcia (2006, pg. 320) “o ponto nevrálgico da reciclagem está em saber até que ponto ela vale a pena. (...) Hoje em dia, porém, não são só as vantagens económicas que contam para a reciclagem. A razão predominante está no benefício ambiental que o reaproveitamento do lixo pode trazer.”

Segundo a sociedade Ponto Verde (Sociedade Ponto Verde, 2010), ao contrário do que se possa pensar, a reciclagem é um processo vulgarmente utilizado. A incorporação de materiais recicláveis no fabrico de novos objetos ou embalagens é um procedimento comum nos diferentes materiais: plástico, metal, papel, vidro ou madeira. Todos os dias chegam às nossas mãos embalagens e objetos que foram produzidos graças à reciclagem das embalagens usadas que separamos em casa e colocamos nos ecopontos. Existem várias vantagens na utilização de materiais reciclados em detrimento de matérias-primas virgens, na medida em que contribuem para uma melhor qualidade de vida das populações.

A reciclagem também tem um ciclo. A sociedade Ponto Verde (Sociedade Ponto Verde, 2010) explica esse ciclo da seguinte forma: as embalagens depois de utilizadas transformam-se em resíduos, mas através da reciclagem podemos prolongar o seu ciclo de vida tornando-as objetos valiosos mesmo depois de usadas. Depois de recicladas, as embalagens usadas dão origem a materiais de qualidade - novos objetos ou novas embalagens, num ciclo interminável.

Por vezes é desconhecido que a reciclagem das embalagens que se colocam nos ecopontos dá origem a objetos de uso quotidiano. Permanece a ideia mais ou menos generalizada que a reciclagem só produz objetos caros ou de uso pouco comum, vendidos apenas em lojas específicas de produtos naturais ou de *design*. Porém, a realidade é bem diferente. O vidro, por exemplo, de que são feitas as embalagens, garrafas, boiões e frascos que são produzidos

incorpora totalmente ou parcialmente vidro reciclado. Já os metais, aço e alumínio reciclados dão origem a peças de uso comum como os bicos do fogão e do esquentador que temos em nossas casas. Dentro dos automóveis estão muitas peças que foram produzidas graças às latas de conserva que se colocam no ecoponto. Na reciclagem do papel, este é incorporado numa infinidade de novos objetos, nomeadamente, na produção de papel de jornal, caixas de cartão canelado, papel higiénico, rolo de cozinha e embalagens de cartão. O papel reciclado não dá origem apenas àquele tipo de objetos de aspeto rústico que vemos à venda nas papelarias, como álbuns de fotografias, cadernos ou blocos de notas. No entanto, no caso do plástico chega a ser surpreendente a diversidade de objetos que são produzidos a partir da sua reciclagem. Exemplos práticos, como um frasco de detergente de roupa que se colocou no ecoponto pode vir a transformar-se em objetos tão variados como uma camisola polar, um vaso, um tubo para canalização, uma mesa de jardim ou fibra de enchimento de um blusão. Quanto à madeira reciclada poderá dar origem a aglomerado, material utilizado em grande parte do mobiliário existente na casa da maioria dos cidadãos. Contudo, sem a contribuição de todos, este ciclo é quebrado. Daí a supremacia da separação das embalagens usadas e a sua reciclagem.

Existem vantagens em separar os resíduos, pois reciclar embalagens usadas tem vantagens ambientais e económicas(ABC do Ambiente, 2011):

- Economia de Energia: Fabricar materiais a partir de resíduos consome menos energia do que fabricá-los a partir de matérias-primas virgens. Muitos dos recursos energéticos que se poupam são fontes de energia não renováveis, como é o caso do petróleo.
- Poupança de matérias-primas: Ao utilizarmos as embalagens usadas como matérias-primas secundárias, estamos a poupar matérias-primas virgens. A reciclagem do plástico contribui para uma diminuição do consumo de petróleo. A valorização das embalagens de metal permite poupar minérios. Utilizar vidro reciclado na produção de novas embalagens poupa os leitos dos rios de onde são retiradas as areias

usadas para produzir este material. A utilização de pasta de papel reciclado e a reciclagem de embalagens de madeira evita o abate de milhares de árvores.

- Redução da quantidade de resíduos nos aterros sanitários: Quanto menos resíduos forem para um aterro sanitário, maior será o respetivo período de vida útil. Se todos contribuirmos, aumentamos a esperança de vida dos aterros sanitários, evitando desperdiçar recursos na construção de novos equipamentos destes. Só deverão ser depositados em aterro os resíduos que não podem ser valorizados. É por isso que a participação de todos nós na recolha seletiva, é fundamental.

1.3.2. Eficiência energética

O consumo de energia no sector doméstico representa uma fatia que se situa perto dos 14% do consumo energético total em Portugal. Apesar de este valor ser ainda baixo, comparativamente com a média Europeia (25%), relacionado essencial com a baixa taxa de posse de equipamentos consumidores, verificou-se na última década um crescimento significativo do consumo de energia no sector doméstico que ronda os 3% por ano (Eficiência Energética, 2011).

A redução dos custos associados aos consumos de energia é um objetivo individual e coletivo que é resultado de uma utilização mais racional e inteligente dos equipamentos consumidores de energia. Para tal é necessário implementar medidas e ações, que apesar de simples, podem traduzir-se em significativas poupanças energéticas e económicas.

1.3.3. Consumo

Vivemos numa sociedade onde se realizam trocas comerciais, onde quem consome dita as regras da procura e quem oferece dita as condições de oferta. Isto apenas se verifica agora, pois durante muito tempo os consumidores tinham as opções muito limitadas. Com a existência de mais produtos, ou seja, com o incremento da oferta, assiste-se a uma maior possibilidade de escolhas, levando à inclusão no processo de tomada de decisão a maior preocupação com o ambiente por parte do consumidor. Tal como referem vários autores, “são vários os factores que influenciam o comportamento de compra do consumidor, desde dos factores psicológicos, aos sociais, aos culturais, e aos pessoais; (...) novo factor, o ambiente. O consumidor moderno exige um produto ambientalmente correcto, que respeite certos atributos “ecológicos”, tornando-se assim também um consumidor ambientalmente consciente” (Caetano, Soares, Dias, Joaquim & Gouveia, 2008, pg. 63).

1.3.4. Consumidor

Segundo Blackwell (2005), tradicionalmente pode definir-se o comportamento do consumidor através do estudo de o conjunto de motivações que norteiam o ato de compra de um produto ou serviço. Neste sentido, parece existir uma relação entre a compreensão dos motivos pelos quais as pessoas adquirem certos produtos ou marcas e a possibilidade de desenvolvimento de um certo número de estratégias capazes de influenciar a tomada de decisão de aquisição desses mesmos produtos ou marcas.

De acordo com alguns autores (Caetano et al., 2008) existiu ao longo dos anos uma alteração no comportamento de compra por parte dos consumidores, no sentido em que a primazia da variável preço deu lugar ao primado das marcas, induzindo a escolha do produto através da identificação do consumidor face a determinada marca. Tal como os mesmos autores referem (2008, pg. 65),

“acontece isto, principalmente, porque veem a marca como sendo um contrato de uma promessa de valor acrescentado e funcionalidade”. Os últimos autores referidos defendem ainda que, a prioridade atualmente assumida por parte dos consumidores na proteção ecológica, a questão da marca passa para um segundo plano, “destacando-se a preferência pelo produto ecológico” (Caetano et al., 2008, pg. 65).

Estaremos pois na presença de um consumidor ecologicamente correto se conseguirmos identificar que a tomada de decisão na compra de um dado produto/serviço é pautada por critérios que incluem a consideração dos problemas ambientais, havendo uma preocupação com o bem-estar da sociedade. Ou seja, para além do desejo de satisfazer necessidades pessoais, o comportamento de consumo é condicionado pelo desejo de não afetar negativamente a sociedade em que se vive, subjugando o individualismo ao senso coletivo (Baisch, 2008).

1.3.5. Rótulos ecológicos

O rótulo ecológico pretende promover os produtos que podem reduzir os impactos negativos no ambiente comparativamente a outros produtos da mesma categoria e está regulamentado, a nível da União Europeia, está regulamentado pelo Regulamento (CE) n.º 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Julho de 2000, relativo a um sistema comunitário revisto de atribuição de rótulo ecológico.

O sistema comunitário de atribuição de rótulo ecológico, ou *Eco-Label*, tem como finalidade:

- Promover os produtos com um impacto ambiental reduzido em vez dos demais produtos do mesmo grupo;
- Prestar informações e orientações corretas aos consumidores, assentes numa base científica sobre os produtos.

São excluídos do âmbito de aplicação do regulamento:

- os produtos alimentares;
- as bebidas;
- os produtos farmacêuticos;
- os dispositivos médicos definidos pela Diretiva 93/42/CEE;
- as substâncias ou preparações classificadas como perigosas nos termos das Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CEE;
- os produtos fabricados por processos suscetíveis de prejudicar de forma significativa o ser humano e/ou o ambiente.

O rótulo ecológico pode ser atribuído aos produtos disponíveis na Comunidade que cumpram determinados requisitos ambientais e os critérios do rótulo. Os requisitos ambientais são definidos em função da matriz de avaliação. O rótulo ecológico pode ser atribuído aos produtos que contribuam de forma significativa para a melhoria de aspetos ecológicos essenciais, ou seja, a interação com o ambiente, nomeadamente a utilização de energia e de recursos naturais durante o ciclo de vida do produto.

Para o rótulo ecológico ser atribuído é necessário seguir determinados critérios, designadamente, são definidos por grupos de produtos e assentam no seguinte:

- perspectivas de penetração do produto no mercado;
- exequibilidade das adaptações técnicas e económicas necessárias;

- potencial de melhoria do ambiente.

Estes critérios são definidos, avaliados e revistos pelo Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia (CUELE) e são publicados no Jornal Oficial da União Europeia.

Os produtos devem preencher as condições seguintes:

- representar uma quantidade apreciável no mercado interno;
- ter grande impacto ambiental;
- apresentar fortes perspectivas de melhoria do ambiente, resultantes da escolha dos consumidores;
- destinar uma parte considerável do volume de vendas ao consumo final.

O pedido de atribuição do rótulo ecológico europeu é obtido segundo os seguintes procedimentos:

- o fabricante, importador, prestador de serviços, retalhista ou comerciante apresenta um pedido à autoridade competente designada pelo Estado-membro em que o produto é fabricado ou comercializado pela primeira vez ou no qual é importado de um país terceiro;
- a autoridade competente avalia a conformidade do produto com os critérios do rótulo ecológico e decide da atribuição do mesmo;
- o organismo competente celebra um contrato-tipo com o requerente, que incide sobre as condições de atribuição do rótulo.

Os pedidos de atribuição do rótulo ecológico estão sujeitos ao pagamento de uma taxa. A utilização do rótulo está igualmente sujeita ao pagamento de uma taxa anual pelo utilizador. Qualquer produto ao qual tenha sido atribuído o

rótulo ecológico é identificado por um logótipo representando uma margarida (Figura 1).



Figura 1 – Símbolo do Rótulo Ecológico da União Europeia

A Comissão e os Estados-Membros promovem a utilização do rótulo ecológico através da realização de campanhas de sensibilização e de informação e asseguram a coordenação entre o sistema comunitário e os sistemas nacionais existentes.

Neste momento têm rótulo ecológico produtos ou serviços, tais como:

- Revestimentos duros;
- Colchões de cama;
- Serviços de alojamento turístico;
- Produtos de papel *tissue*;
- Produtos têxteis;
- Serviços de parque de campismo;
- Calçado;
- Tintas e vernizes para interiores e para exteriores;
- Televisores;
- Máquinas de lavar loiça;
- Papel de cópia e papel para usos gráficos;

- Lâmpadas elétricas;
- Detergentes para máquinas de lavar loiça;
- Detergentes a roupa;
- Máquinas de lavar roupa;
- Frigoríficos;
- Detergentes para lavagem de loiça manual;
- Computadores;
- Produtos de limpeza “lava tudo” e produtos de limpeza para instalações sanitárias;
- Lubrificantes;
- Corretivos de solo;
- Suportes de cultura;
- Sabonetes, champôs e condicionantes de cabelo;
- Bombas de calor elétricas, a gás ou de absorção a gás.

1.3.6. Marketing Verde

A par da evolução da preocupação ambiental sentida pela humanidade, assistiu-se a uma evolução no mesmo sentido da parte do marketing. Segundo Caetano, et al (2008) essa evolução implicou uma maior exigência da parte dos consumidores relativamente aos efeitos nefastos dos produtos sobre o ambiente. No sentido de responder a essas exigências dos consumidores portadores de maior consciencialização ambiental, nasceram vertentes do marketing relacionadas com o ambiente, começando assim a falar-se em Marketing Ambiental, Marketing Verde, Eco-Marketing ou Marketing Ecológico.

Segundo Peattie e Charter (2003, citado por Baisch, 2008, pg.23) o “marketing ambiental é a gestão holística dos processos responsáveis por identificar, antecipar e satisfazer a necessidades dos clientes e da sociedade, de uma forma lucrativa e sustentável. ”O objetivo do eco-marketing é definido por Rex e

Barrmann (2006, citado por Baisch, 2008, pg. 32) como a inclusão de “características ambientais nos esforços do marketing tradicional”. Na medida em que o consumidor estiver na posse de mais e melhores informações sobre as características ecológicas distintivas de cada produto/serviço oferecido, será mais eficaz a sua compreensão relativamente a esta questão, podendo inclui-la no processo de tomada de decisão no momento da compra.

2. Metodologia

2.1. Objetivos

Este trabalho tem um carácter de continuidade, surgindo, tal como foi anteriormente mencionado, na continuidade de três estudos anteriores, tendo como objetivo geral a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema “consciencialização ambiental e consumo sustentável no desporto”. No todo, desejamos perceber em que medida é que existe uma relação entre a consciência ambiental/ecológica, a prática desportiva e o consumo sustentável.

Pretende-se assim, como objetivos específicos, descrever a preocupação ambiental dos desportistas, bem como ações que tomam ou mostram ter disposição para vir a tomar num futuro próximo, em prol da defesa da qualidade do ambiente e dos recursos ambientais, tanto ao nível do comportamento do consumo geral, como em termos do consumo desportivo. Neste sentido, aspira-se portanto, compreender o comportamento do desportista na perspetiva do consumo fora do desporto, por exemplo, através da aquisição de produtos ambientais, a atenção que dispensada à leitura da informação ambiental contida na rotulagem dos produtos adquiridos, ou mesmo a sua disposição pelo acréscimo de valor a pagar por um serviço mais ecológico.

Pretendemos também compreender em que medida os inquiridos estão disponíveis para alterar algo na prática desportiva da sua modalidade em prol de uma maior defesa dos bens ecológicos, e ainda, saber se estão recetivos ao pagamento de uma taxa a reverter para a proteção ambiental sobre os serviços ambientais mais nocivos para o ambiente. Por último, percebermos se a modalidade desportiva praticada induziu a alguma alteração ao nível da atitude para com o ambiente e os seus recursos naturais.

2.2. Protocolo/Procedimentos

O protocolo seguido foi simples. Apenas nos apresentávamos aos praticantes, explicávamos em que consistia o questionário e para que iria servir.

Entregávamos então o questionário e uma caneta (para o seu preenchimento).

A recolha dos questionários praticantes de BTT foi realizada em diversos encontros/provas da modalidade específica.

Já a recolha dos questionários da parte dos praticantes de natação foi realizada em diversas piscinas onde tinham uma prática regular.

Fizeram parte da amostras todos os participantes cuja idade fosse superior aos 17 anos de idade, inclusivamente, visto que já teriam poder de decisão.

Agradecíamos aquando da entrega do questionário preenchido.

2.3. Instrumentos

Como instrumento de recolha de dados foi usado um questionário da autoria da Professora Margarida Mascarenhas e do Professor Carlos Colaço, previamente validado e aplicado anteriormente em investigações com vista à obtenção de grau de mestre em gestão do desporto (Martins, 2010; Santos 2011), que interrogou os inquiridos sobre várias variáveis das três dimensões atrás descritas: ambiente, desporto e consumo. Em termos de estrutura do questionário (Anexo 1), a sua composição inclui três grupos distintos, a saber:

1ª Parte – identificação do inquirido (2 questões abertas, idade e profissão, e 3 questões fechadas, género, zona de residência e grau de escolaridade)

2ª Parte – aspetos da prática desportiva (4 questões fechadas)

3ª Parte – o consumidor e ambiente (10 perguntas fechadas)

Os dados foram tratados com a utilização do *software SPSS Statistic 19*, com a realização de tabelas de frequências e com cruzamentos de dados. Foi utilizado também o *Microsoft Office Excel 2007* para a elaboração dos gráficos.

Para melhor interpretação dos dados foram criadas categorias anexas aos dados originais, a saber: Escalões etários, tipo de profissão, zona de residência e grau de escolaridade.

2.4. Limitações Metodológicas

Segundo Trochim (1999) a melhor forma de controlar a validade externa é estudar uma diversidade de lugares. Esta foi a razão da opção tomada em termos de aplicar o questionário em duas provas distintas de BTT, assim como em várias piscinas, e não apenas num único local para qualquer uma das modalidades desportivas envolvidas no presente estudo.

A amostra, sendo aleatória, é de dimensão considerável e inclui praticantes oriundos de distintos estatutos socioeconómicos. A amostra é de 414 indivíduos, sendo a percentagem do BTT de 52,9% e da natação de 47,1%.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Caracterização Geral da Amostra

A amostra deste trabalho é constituída por 414 indivíduos, que se subdivide em 323 do género masculino e 91 do género feminino. Foram realizados três escalões etários, no qual se destaca o escalão etário intermédio com uma percentagem de 39,1%, aparecendo de seguida o escalão dos indivíduos mais velhos com a percentagem de 36%. Por último, o escalão dos mais novos representa 24,9% da amostra.

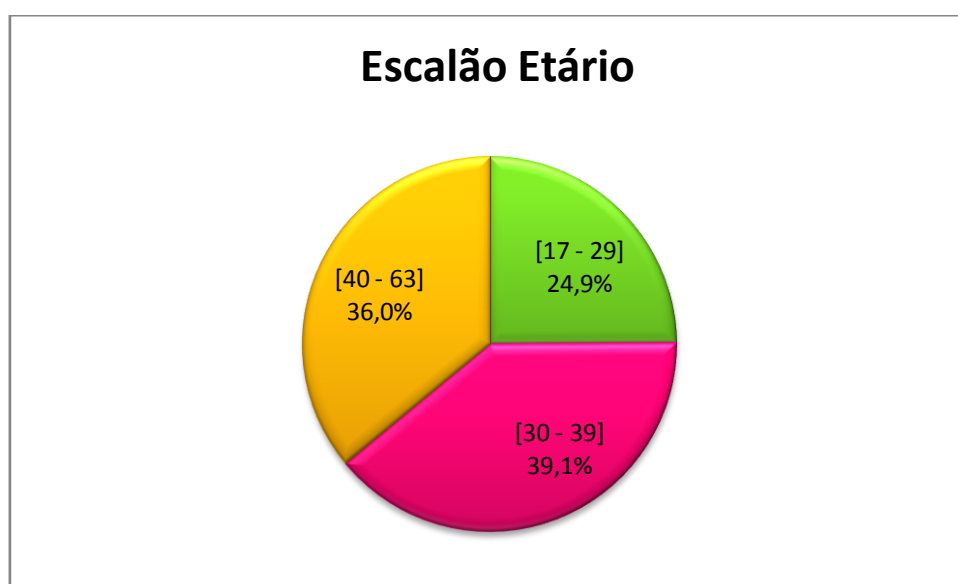


Gráfico 1 – Escalão Etário

Em relação à zona de residência, uma grande percentagem (61,8%) é obtida para os indivíduos a residir numa zona urbana; em contrapartida, as zonas mista e rural têm valores de 24,4% e 13,8%, respetivamente.

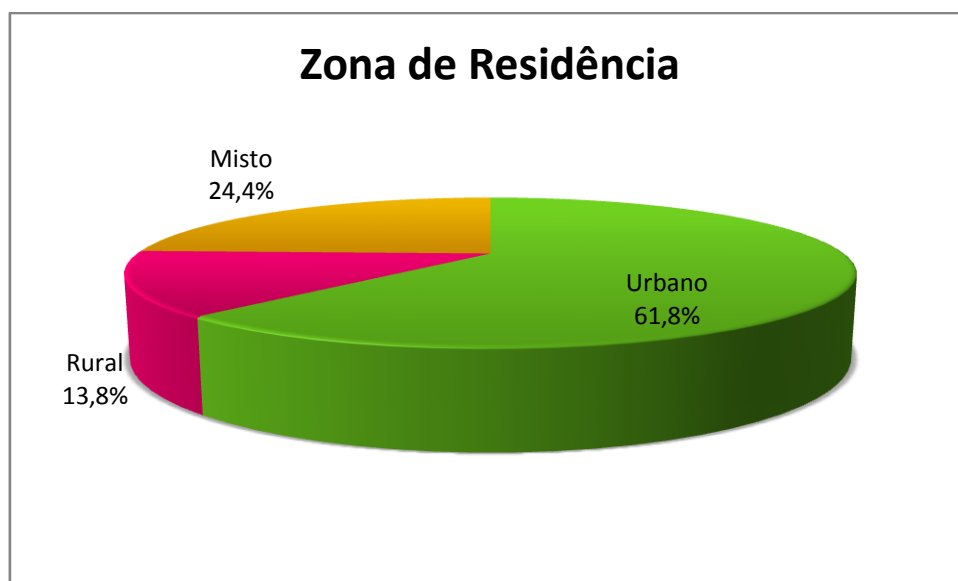


Gráfico 2 – Zona de Residência

Em relação ao grau de escolaridade destaca-se o grau de [obrigatório/secundário] com 54,6%, seguido do grau de [bacharelato/licenciatura] com uma percentagem de 40,1%. A restante percentagem (5,3%) corresponde ao grau de [mestrado/doutoramento].

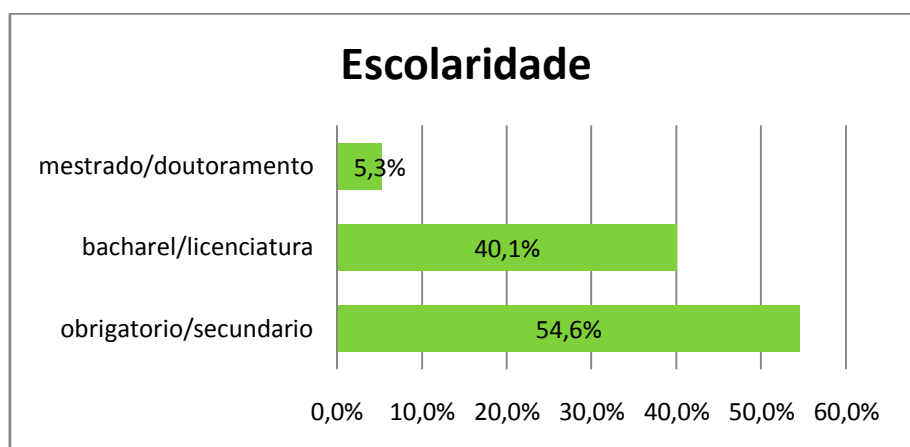


Gráfico 3 – Grau de Escolaridade

Quanto às modalidades desportivas praticadas, procurou-se uma amostra equilibrada, sendo representada a modalidade de BTT por 52,9% e a de natação por 47,1% dos indivíduos.

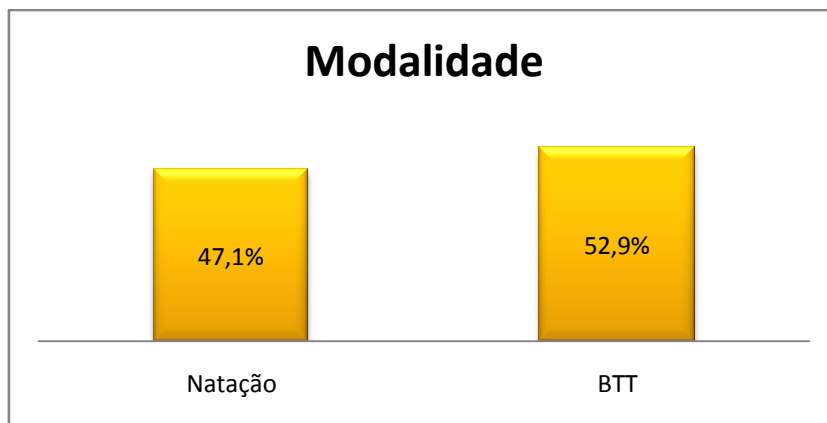


Gráfico 4 – Modalidade Desportiva

No que respeita ao tempo de prática, o escalão que tem uma maior percentagem (26,1%) é o de [1 a 3 anos], seguido do último escalão [mais de 10] com 20,5% e do último escalão [mais de 10] com 20,5% e do terceiro escalão [de 3 a 5 anos] com 20,3%. Com menos peso na amostra estão os outros dois escalões: o escalão [5 a 10 anos] com 17,4% e o escalão de [menos de 1 ano] com 15,7%.

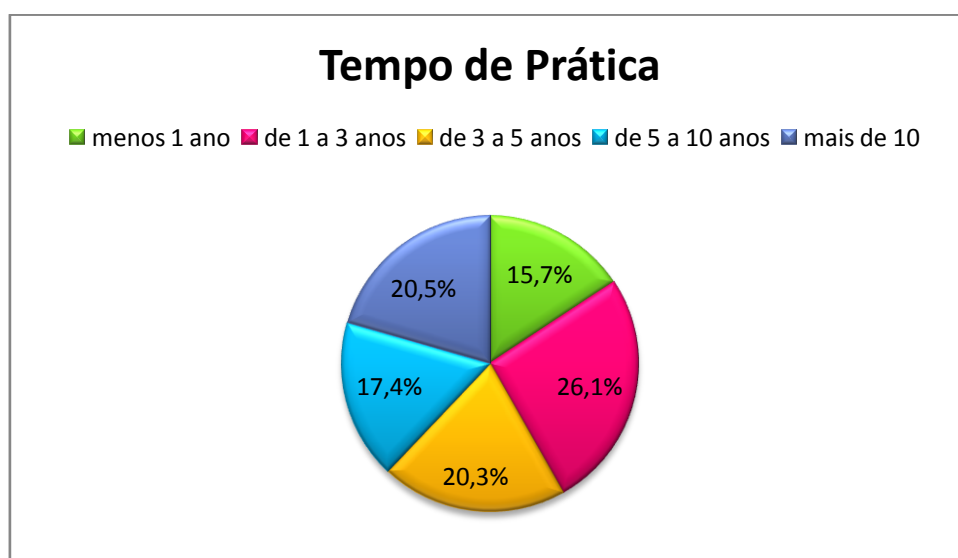


Gráfico 5 – Tempo de Prática

Quanto à frequência da prática é o primeiro escalão que surge com uma larga maioria de 63,5% do total da amostra. Seguidamente, com 28%, surge o

escalão intermédio e por último, com 8,5%, o escalão que representa os indivíduos com maior frequência da prática da modalidade desportiva.

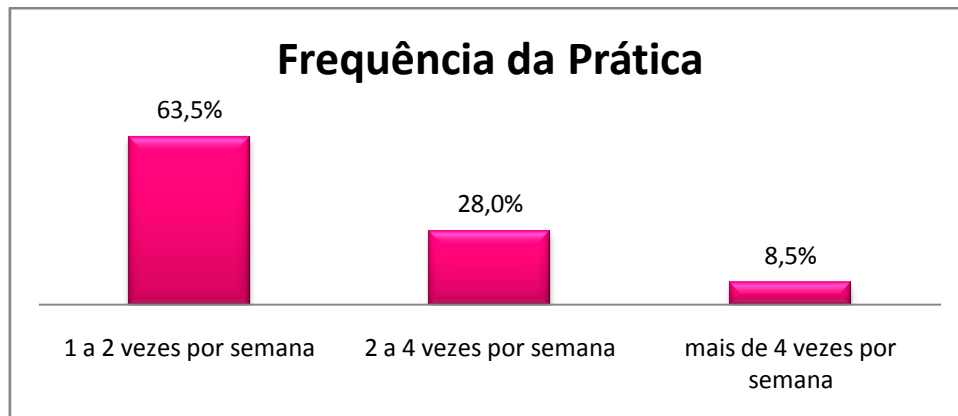


Gráfico 6 – Frequência da Prática

Na questão “O que lhe mais agrada na prática da modalidade?” as razões que mais se destacam são: o “prazer da prática desportiva” (97,8%) em simultâneo com a “melhoria da condição física”. O “convívio com os amigos” obtém 94,7%. Com 91,5% surge o fator “relaxamento psíquico durante a prática”, com 91,3% aparece o fator “esforço físico empreendido ao longo da prática”, com 89,4% o fator “possibilidade de viver num ambiente de qualidade”, com 84,3% o fator “possibilidade de desfrutar da natureza”, com 83,1% o fator relativo ao “desafio que a modalidade coloca” e finalmente, com 72,7% o fator “estabelecer novos contactos sociais”.

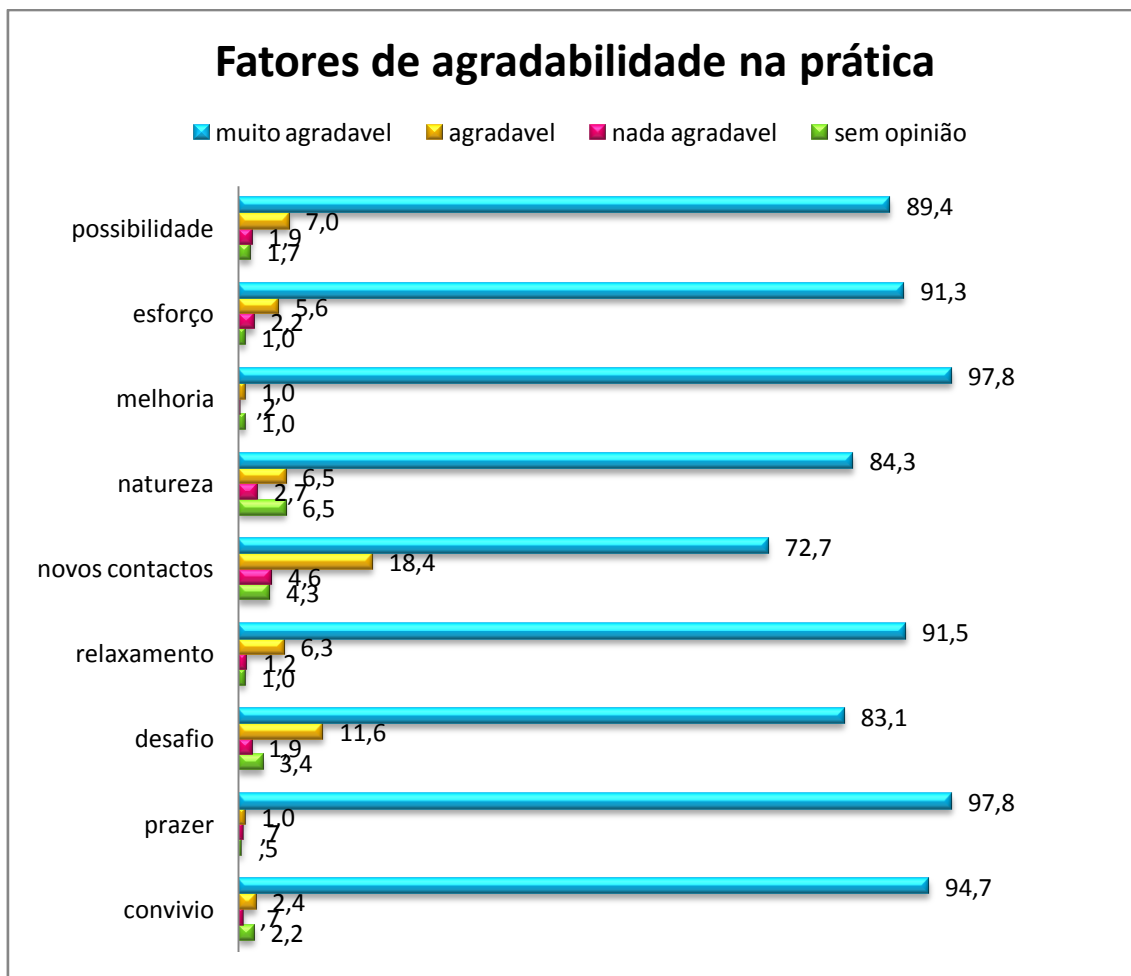


Gráfico 7 – Fatores de Agradabilidade da Prática

Relativamente à questão “Qual o seu nível de preocupação face ao ambiente?” uma larga maioria de 90,8% dos inquiridos respondeu que estar “muito preocupado” com o ambiente. Os restantes são representados do seguinte modo: 4,1% diz estar “preocupado” e apenas 0,5% mostra-se “nada preocupado”. Apenas 4,6% não manifesta qualquer tipo de opinião.

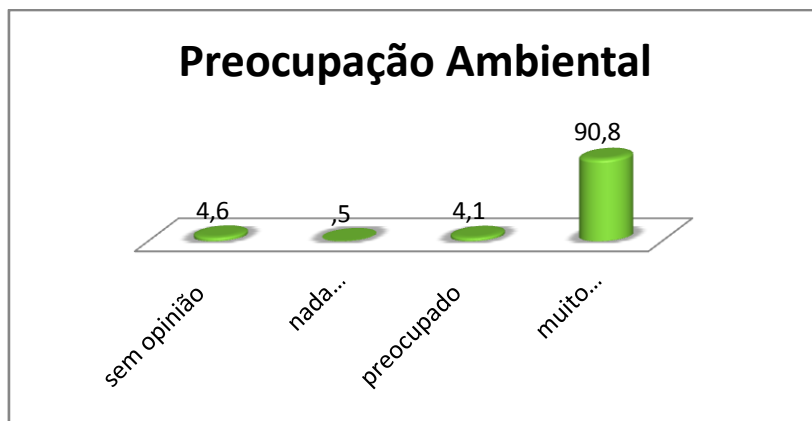


Gráfico 8 – Nível de Preocupação Ambiental

Na questão “Já alguma vez tomou alguma ação em prol do ambiente?” os resultados revelam que uma grande maioria de 90,6% da amostra já empreendeu alguma ação em prol do ambiente.

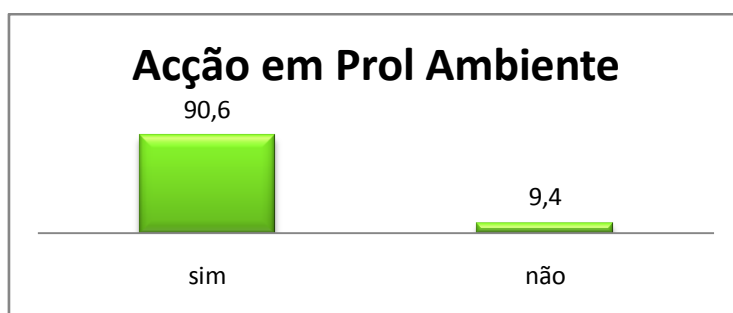


Gráfico 9 – Ação Empreendida em Prol do Ambiente

Entre os inquiridos que responderam “sim” à questão anterior, surge como ação mais ativa a “reciclagem do lixo doméstico” (82,4%), seguida do uso das “lâmpadas de baixo consumo” economizadoras (76,6%). A “limpeza de florestas/percursos” obtém 42% de anuência.

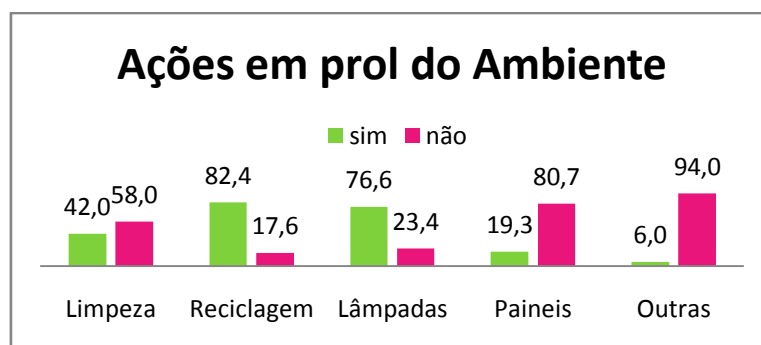


Gráfico 10 – Ações Empreendidas em prol do Ambiente

Dos inquiridos que responderam não ter empreendido qualquer tipo de ação em prol do ambiente, realçam-se as seguintes justificações: “falta de tempo” (6%), “desconhecimento” (2,7%) e “não se interessa” (2,4%).

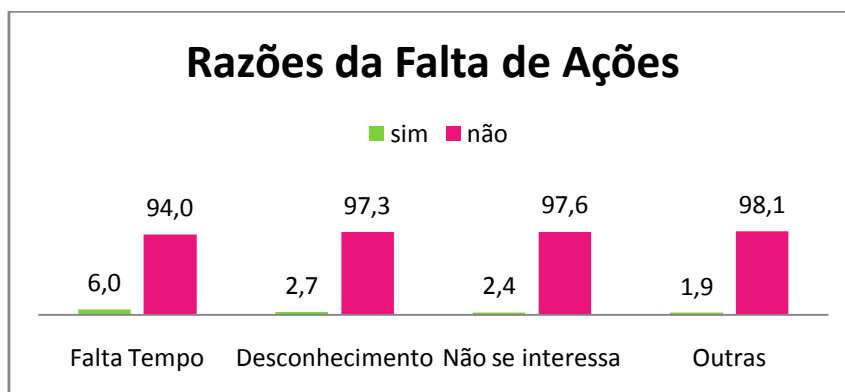


Gráfico 11 – Razões da Falta de Ações Empreendidas em prol do Ambiente

No sentido de verificarmos a disposição para certos sacrifícios pessoais em prol da defesa ecológica, foram colocadas três questões cujas respostas revelam que a maioria dos inquiridos tende a não abdicar de hábitos mais nocivos do ponto de vista ambiental. Assim, à primeira questão, “Troca frequentemente o uso do automóvel pela bicicleta?”, 40,3% respondeu que “sim” contra 59,7% que respondeu que “não”. Na segunda questão, “Troca frequentemente o uso do automóvel pela caminhada?”, 47,8% respondeu que “sim” e 52,2% respondeu que “não”. À terceira pergunta, “Procura utilizar piscinas cujo tratamento da água use menos químicos?” uma maioria de 58% respondeu que “não” contra 42% que respondeu que “sim”.

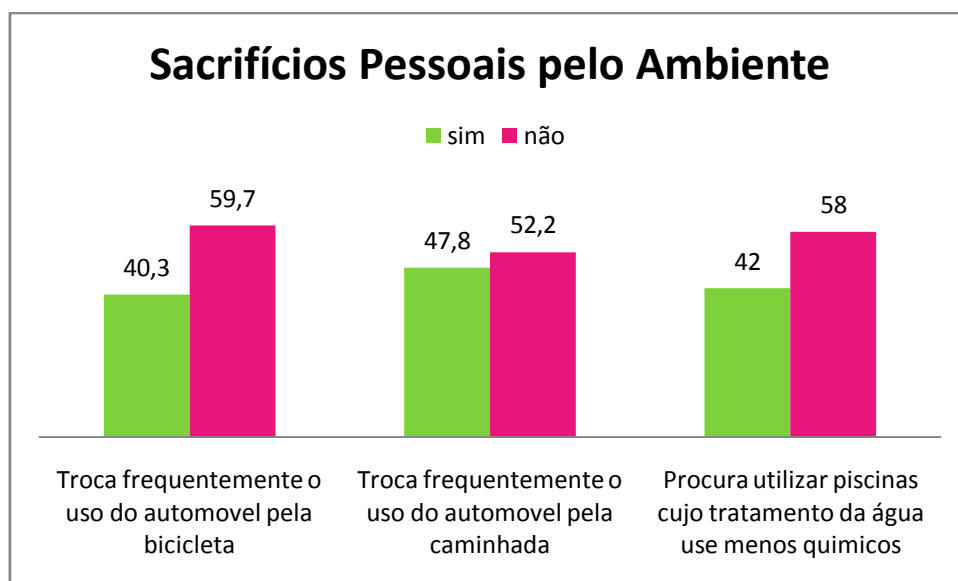


Gráfico 12 – Sacrifícios Pessoais em prol do Ambiente

Na questão “Está disposto a alterar algo na prática da sua modalidade em prol da melhoria da qualidade do ambiente?” os resultados obtidos foram os seguintes: uma larga maioria dos inquiridos (87,2%) mostra-se “muito disposto ou disposto” a realizar alterações na prática da modalidade, enquanto apenas 9,2% dos indivíduos declara estar “pouco ou nada disposto” para tal mudança.

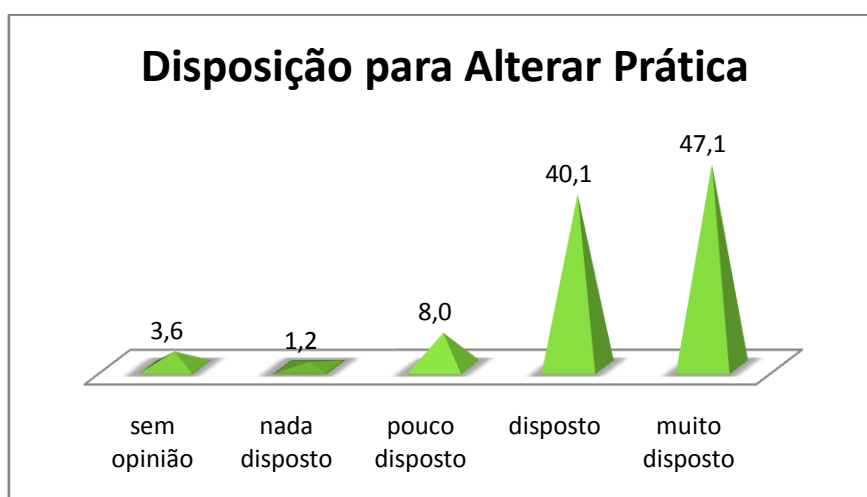


Gráfico 13 – Disposição para Alterar a Prática Desportiva em prol do Ambiente

Quando questionados se concordam que as atividades desportivas prejudiciais ao ambiente deveriam pagar uma taxa a reverter a favor da preservação ecológica, uma larga maioria dos inquiridos (87,2%) afirma estar “totalmente de acordo” ou “de acordo”. A percentagem dos inquiridos “em desacordo” ou “completamente em desacordo” ascendeu apenas a 9,2%.

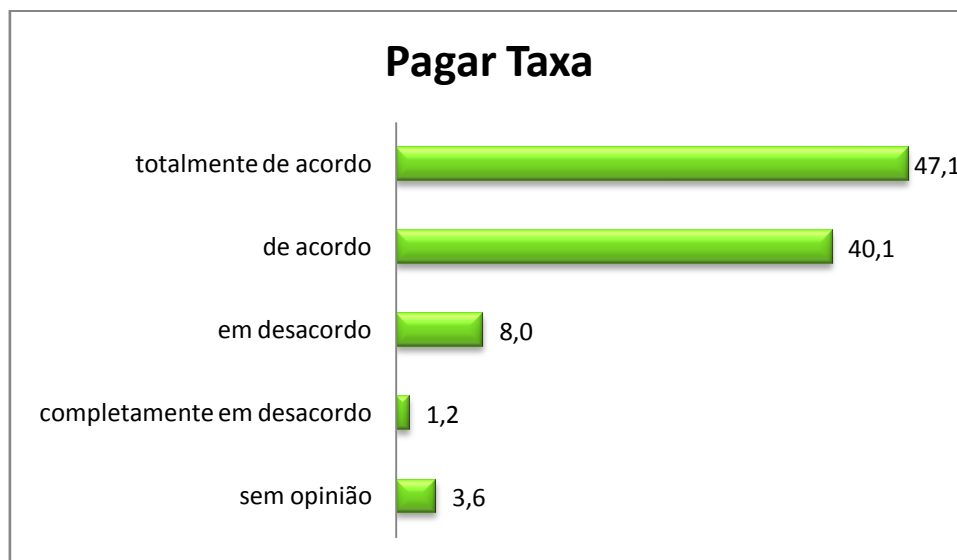


Gráfico 14 – Concordância para Taxar Atividades Desportivas Prejudiciais ao Ambiente

Na questão “Tendo em conta o crescimento económico (CE) e a qualidade ambiental (QA), qual beneficiaria em sacrifício do outro?” 44,4% dos inquiridos declara a sua preferência pela QA, enquanto 25,1% dos indivíduos manifesta a sua tendência para beneficiar o CE. Uma fatia de 30,4% da amostra diz-se “indiferente”.

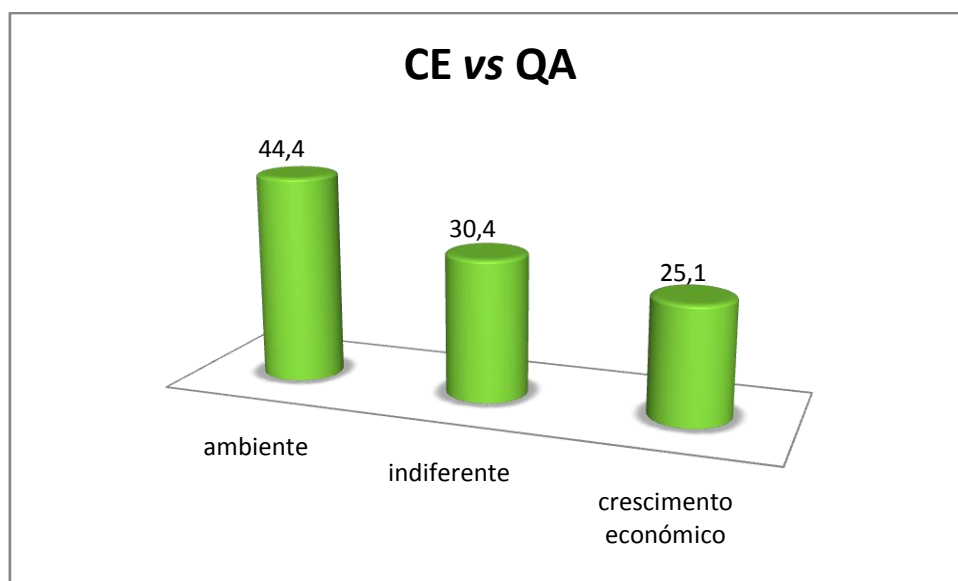


Gráfico 15 – Preferência pelo Crescimento Económico vs Qualidade Ambiental

Relativamente à atenção conferida à informação ambiental contida nos rótulos dos produtos adquiridos, uma maioria de 63,7% diz estar “muito atento” ou “atento”, enquanto 21,7% declara prestar pouca atenção à referida informação e 8% admite não prestar qualquer atenção aos rótulos dos produtos que adquire.

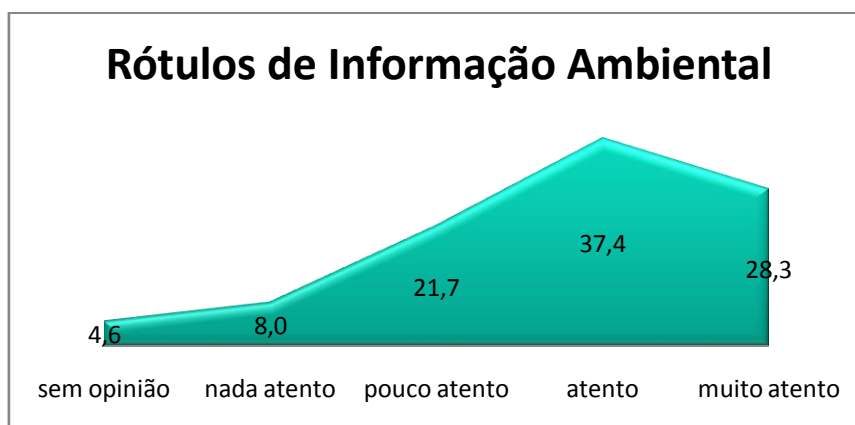


Gráfico 16 – Atenção prestada aos Rótulos de Informação Ambiental

No sentido de averiguarmos da influência da preocupação ambiental no comportamento do consumo, perguntámos aos inquiridos se costumavam adquirir produtos pelas suas características ambientais, cujos resultados foram

os seguintes: 25,3% dos indivíduos respondeu que adquire “sempre” ou “frequentemente” produtos em função das suas propriedades ecológicas; 41,1% afirma que tal aquisição “depende do preço”; 30,7% adquire tais produtos embora de forma “esporádica”; finalmente, apenas 2,9% declara “nunca” adquirir produtos pelas suas características ambientais.

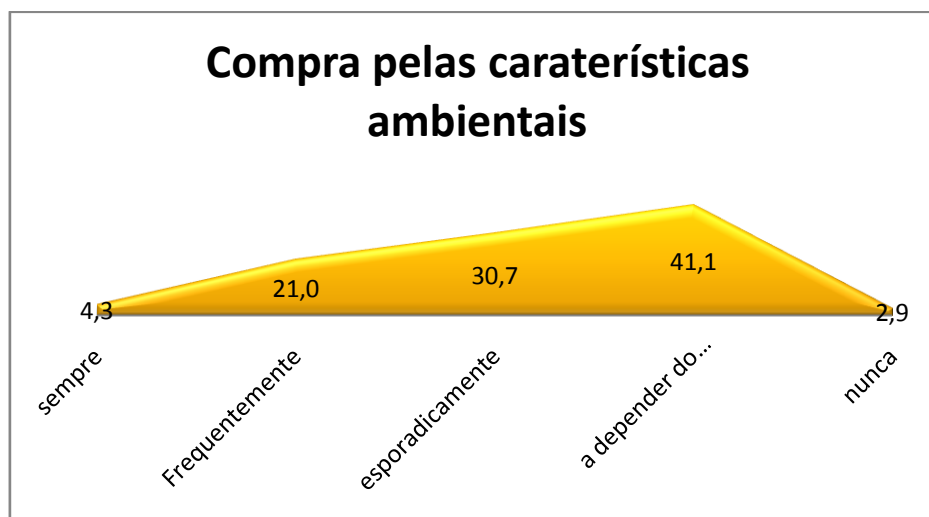


Gráfico 17 – Aquisição de Produtos em função das suas Características Ambientais

Quando interrogamos a amostra se estaria na disposição de pagar um valor mais elevado por um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável, verificamos que uma maioria de 57% afirma estar “muito disposta” ou “disposta”; 26,8% declara estar “pouco disposta”; e 7,5% responde não estar “nada disposto”.

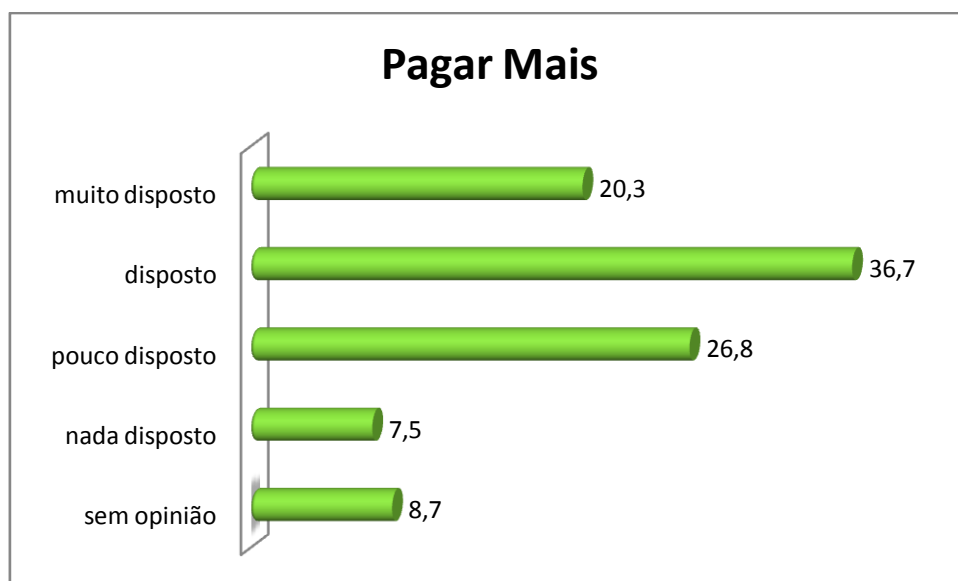


Gráfico 18 – Disposição para Pagar Mais por um Serviço Desportivo Mais Ecológico

À questão “Considera que modificou a sua atitude face aos problemas ambientais desde que pratica esta modalidade?”, a amostra manifesta-se da seguinte forma: 20,8% afirma ter “modificado muito” a sua atitude, enquanto a resposta “modificado” obtém 39,6% e “pouco ou nada modificado” tem um valor de 23,4%.

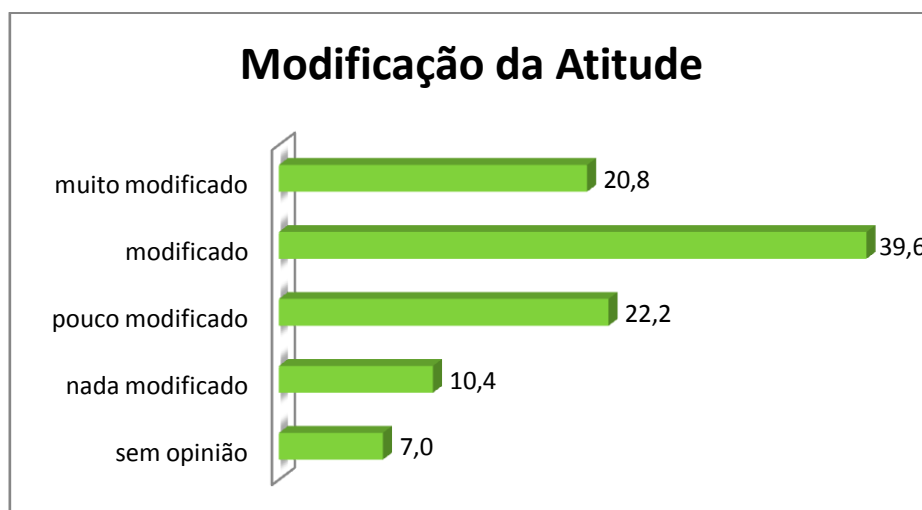


Gráfico 19 – Modificação da Atitude face aos Problemas Ambientais

Procurámos ainda saber quais as fontes de informação ambiental mais recorridas pelos inquiridos. Os resultados revelam que 86,7% da amostra recorre à “internet”, 78,3% à “televisão”, 52,7% aos “jornais”, 47,3% às “revistas” e 31,2% à “rádio”.

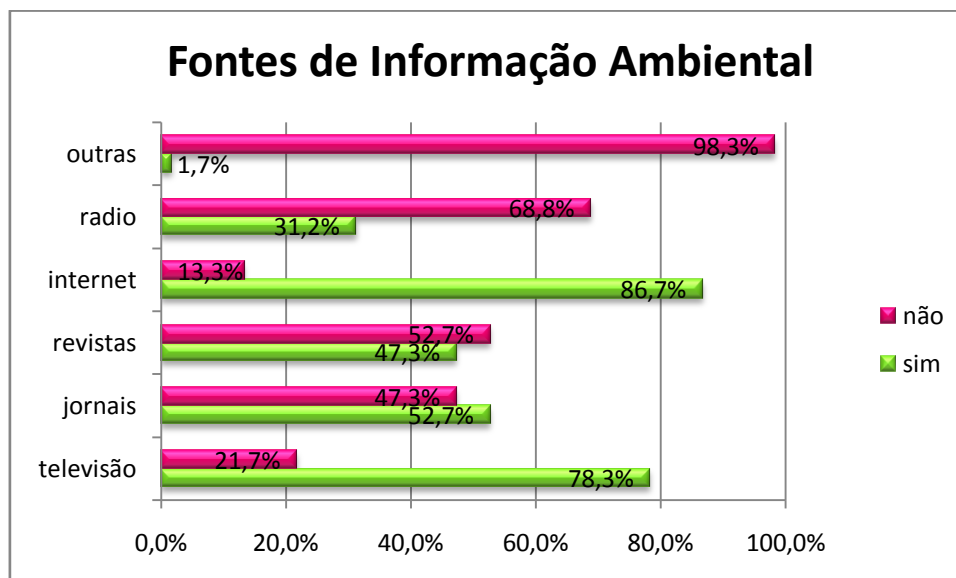


Gráfico 20 – Fontes de Informação Ambiental

Uma coisa é obter informação, outra coisa é acreditar na informação que se obtém. Neste sentido, foi colocada a questão “Quais as fontes de informação ambiental que lhe oferecem maior nível de credibilidade?”. Os resultados evidenciam que a “internet” é a fonte mais credível (70,5%), seguida da “televisão” (54,8%), dos “jornais” (32,1%), das “revistas” (30,2%) e da “rádio” 15,7% e “outros” 1,7%.

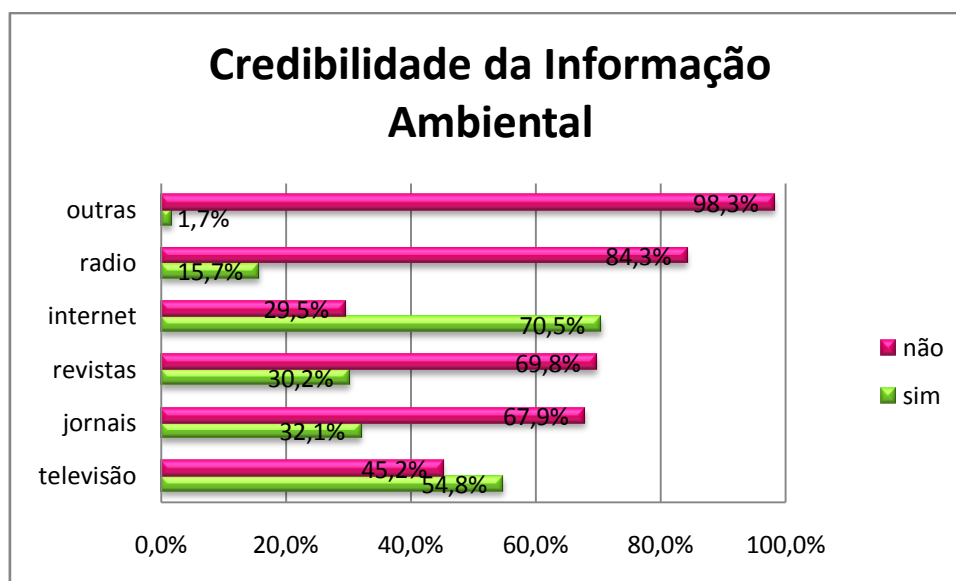


Gráfico 21 – Credibilidade das Fontes de Informação Ambiental

Perante os resultados das duas questões anteriores, podemos afirmar que as fontes de informação ambiental mais recorridas pelos inquiridos são também aquelas em que eles depositam maior nível de credibilidade.

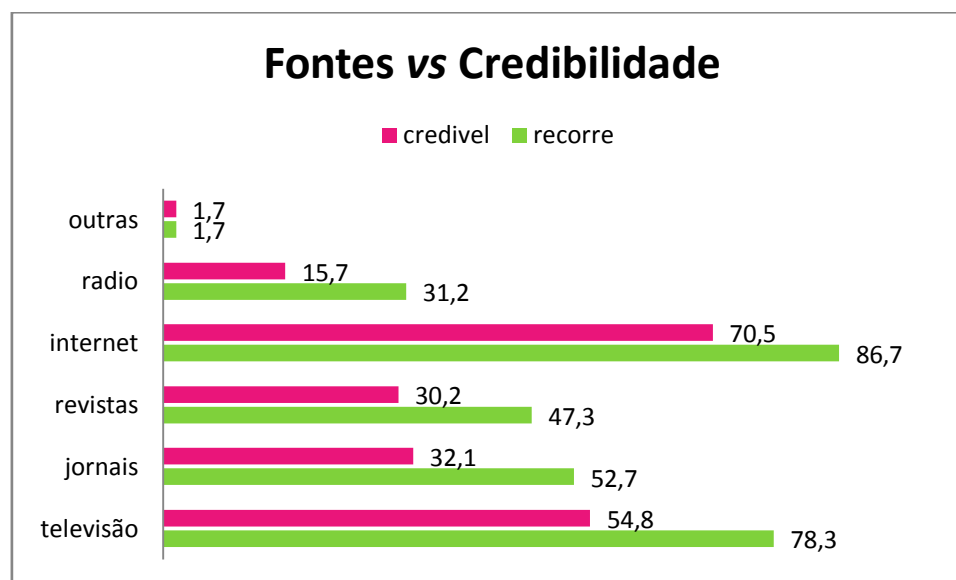


Gráfico 22 – Interseção das Fontes de Informação e a correspondente Credibilidade

3.2. Caracterização da Amostra por Modalidade Desportiva

Em relação ao cruzamento das modalidades por género, os dados revelam que o género feminino tem uma percentagem maior na modalidade de natação (70,3%) em relação ao BTT (29,7%) e que o género masculino tem uma percentagem maior no BTT (59,4%) em relação à natação (40,6%).

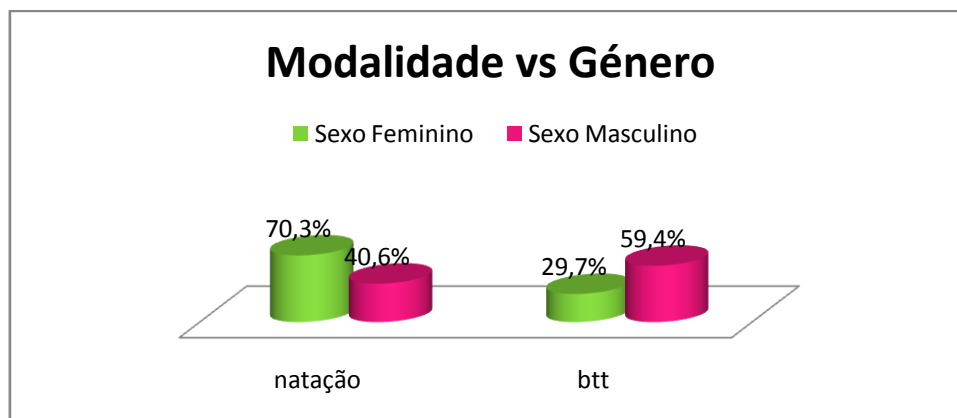


Gráfico 23 – Modalidade *versus* Género

No que respeita à interseção das modalidades com os escalões etários, a amostra caracteriza-se por uma certa homogeneidade. Assim, no escalão etário que inclui os desportistas mais novos, [17 -29], 52,4% pratica natação e 47,6% pratica BTT; os desportistas mais velhos distribuem-se de forma muito aproximada entre as modalidades em causa, um valor que ronda os 50%; no escalão intermédio, [30 – 39], é onde existe uma maior diferença, em que na natação o valor é de 40,7%, sendo superior no BTT, de 59,3%.

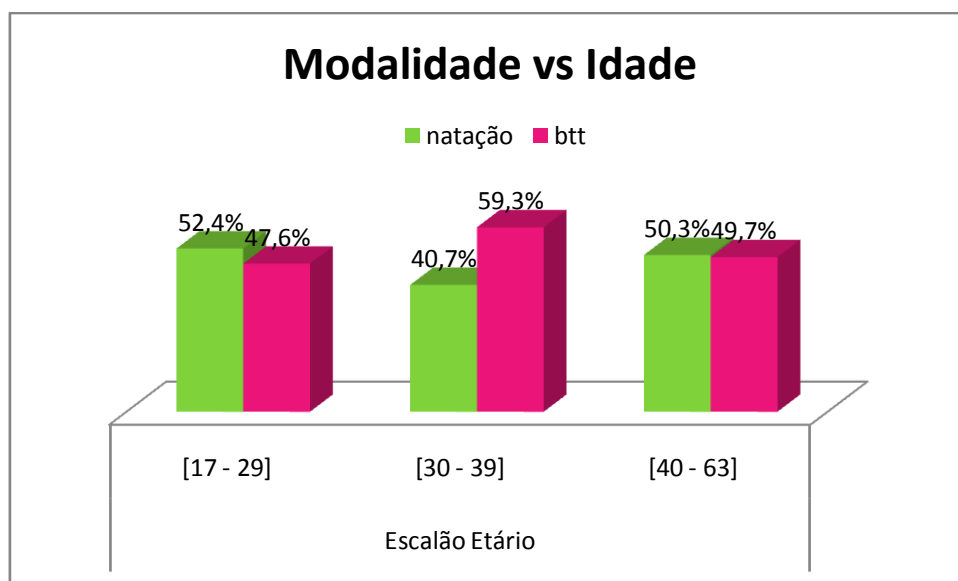


Gráfico 24 – Modalidade *versus* Escalão Etário

O grau de escolaridade [mestrado / doutoramento] tem um valor de 54,5% no BTT e de 45,5% na natação; no grau de escolaridade [bacharel / licenciatura] é verificado um valor igual (50%) para as modalidades em estudo; por último, o grau de escolaridade [obrigatório/secundário] atinge um valor superior no BTT (54,9%) do que na natação (45,1%).

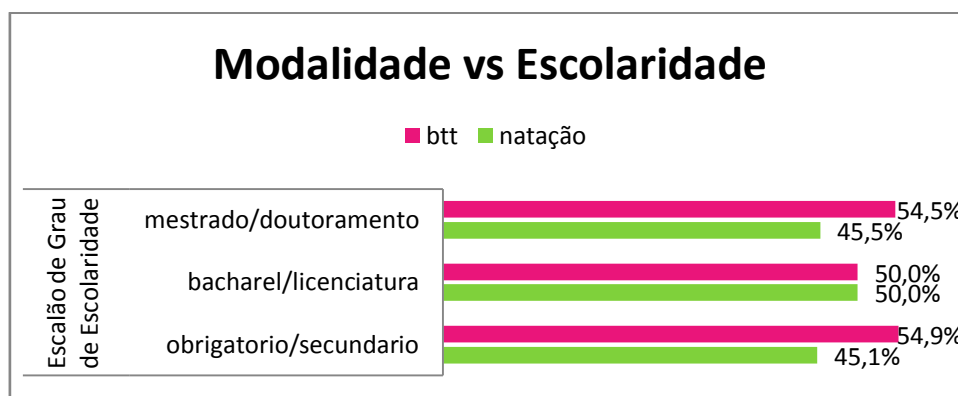


Gráfico 25 – Modalidade *versus* Escolaridade

Em relação ao tempo de prática desportiva por modalidade, verificamos que à exceção do último escalão que inclui os desportistas que praticam a modalidade há mais de 10 anos, o BTT obtém sempre valores percentuais

mais elevados do que a natação. Este resultado não nos surpreende na medida em que a existência da modalidade de BTT é muito mais recente na nossa sociedade do que a natação.

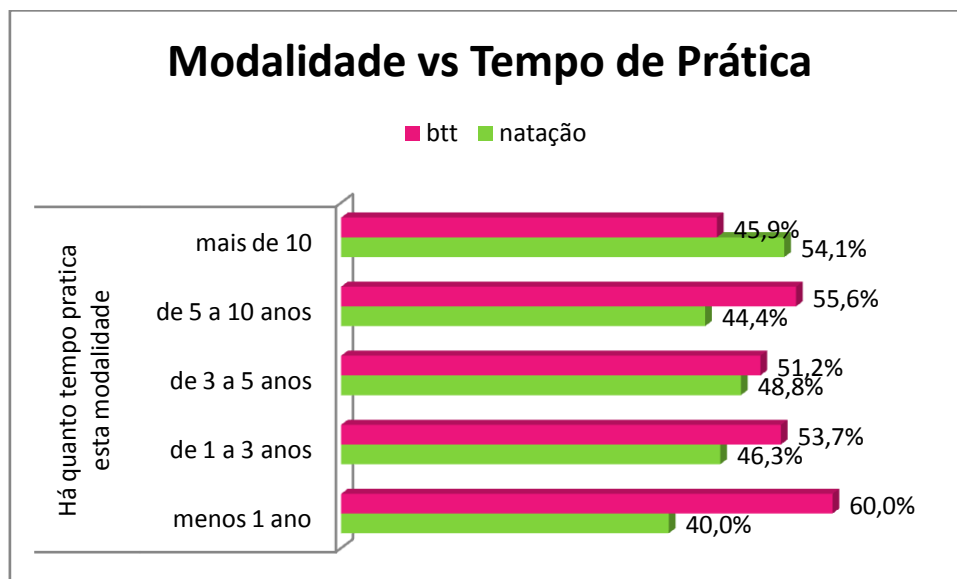


Gráfico 26 – Modalidade *versus* Tempo de Prática

Pelo cruzamento entre a frequência da prática e as modalidades desportivas em estudo, verificamos que apenas no escalão de prática superior (mais de 4 vezes por semana) é que a natação (71,4%) fica com um valor superior ao BTT (28,6%). Nos outros escalões com uma menor frequência da prática, o BTT apresenta valores percentuais superiores à natação.

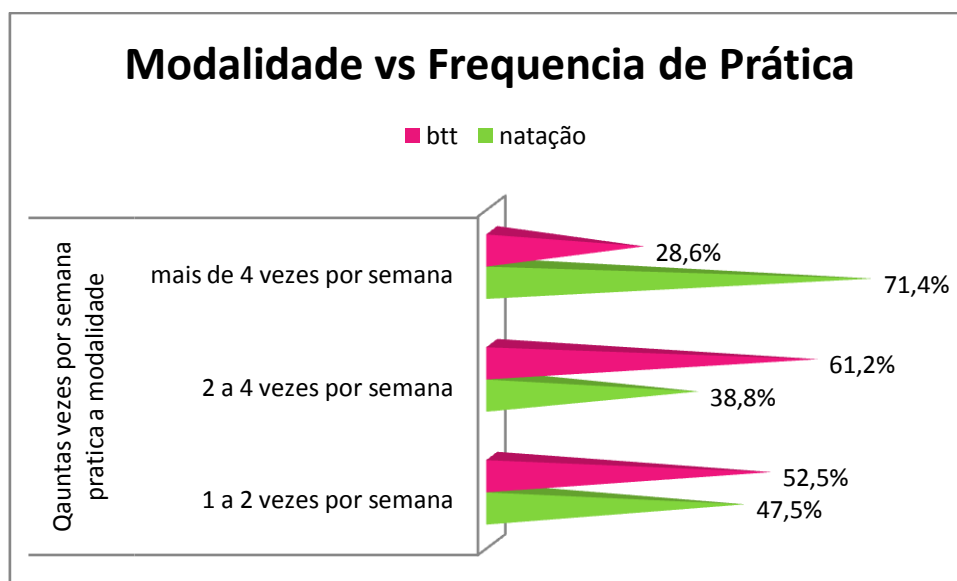


Gráfico 27 – Modalidade *versus* Frequência da Prática

A análise da interseção dos fatores de agradabilidade e as modalidades desportivas praticadas pelos inquiridos em estudo revela, que a qualificação de “muito agradável” é atribuída pelos praticantes de BTT, com um valor percentual mais elevado do que os outros fatores, à “possibilidade de desfrutar a natureza” (61%); por seu turno, na natação, qualificação análoga, embora atingindo um valor percentual mais baixo, é dado ao “relaxamento psíquico durante a prática” (49,3%).

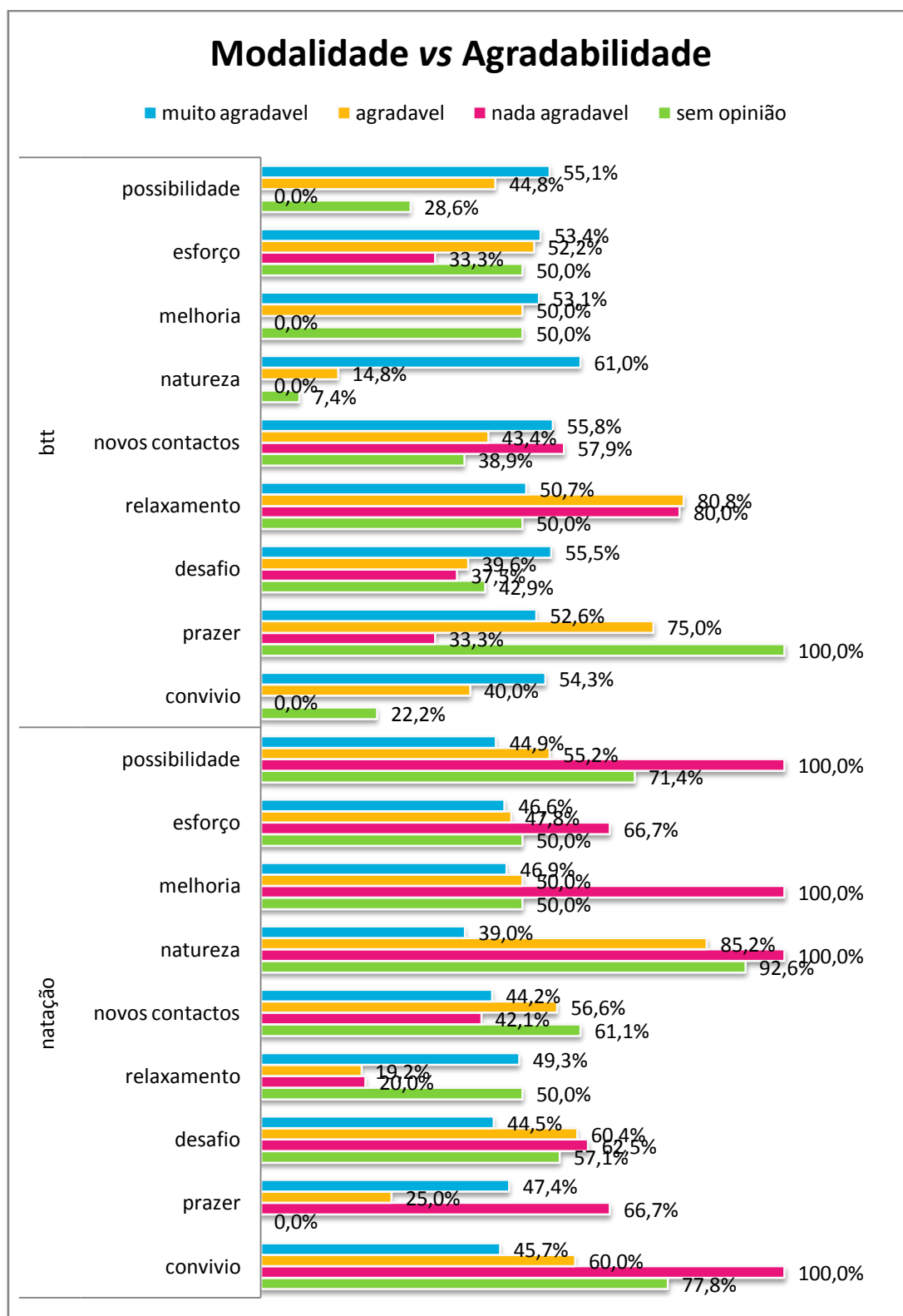


Gráfico 28 – Modalidade versus Fatores de Agradabilidade

Do cruzamento da preocupação ambiental com as modalidades desportivas em estudo, os resultados revelam que os inquiridos que se mostram “muito preocupados” com um ambiente são em maior número praticantes de BTT (90,9%) do que de natação (98,8%).

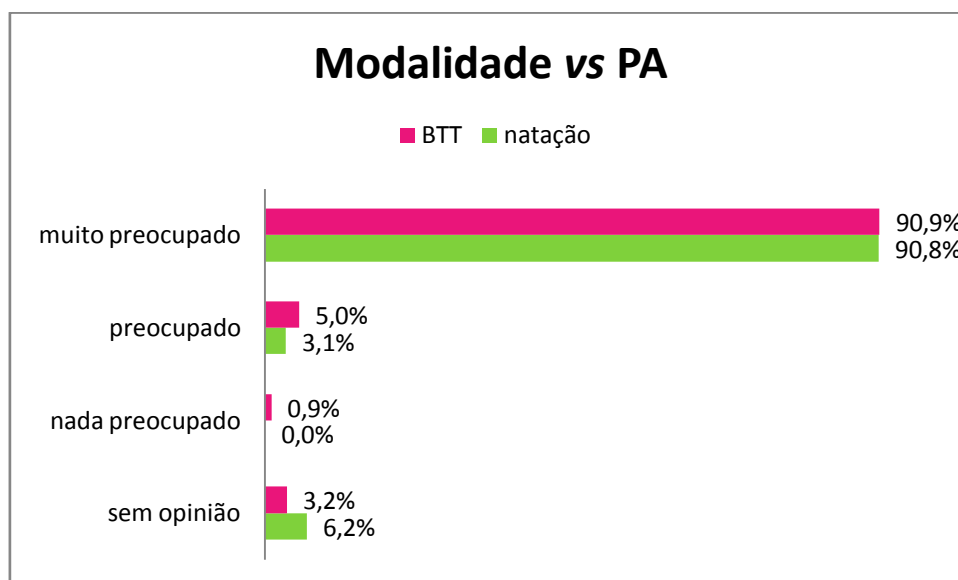
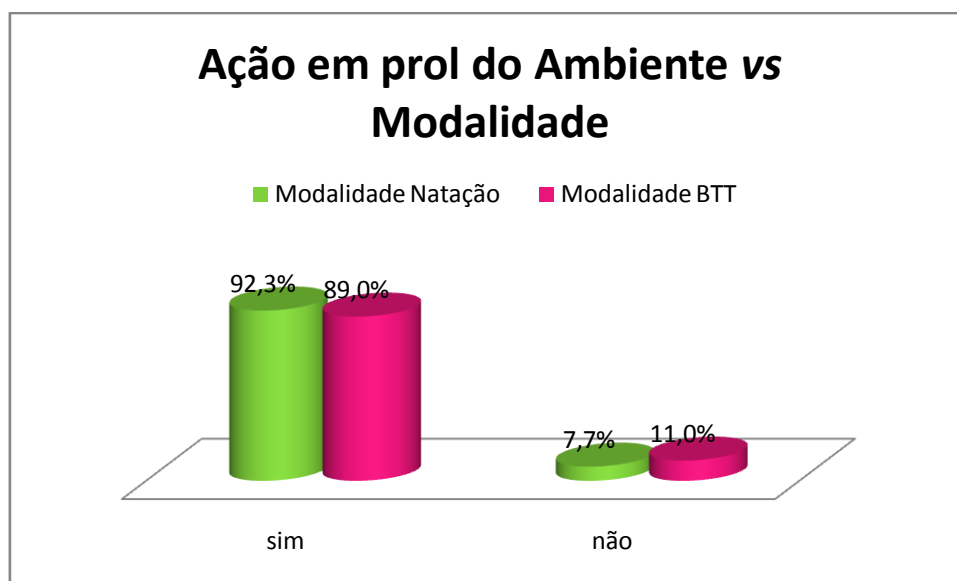


Gráfico 29 – Modalidade *versus* Preocupação Ambiental

Quando cruzamos as ações tomadas em prol da melhoria ambiental por modalidade desportiva, verificamos que os praticantes de natação já empreenderam mais vezes pelo menos uma ação ecologicamente relevante do que os praticantes de BTT, sendo o valor obtido no primeiro caso de 92,3% e no segundo, 89%.



Gráfico 30 – Modalidade *versus* A  o em prol do Ambiente

Ao analisarmos os resultados relativos à interseção do conjunto de ações empreendidas em prol da defesa ambiental e das modalidades desportivas (Tabela 1), podemos verificar que em duas das ações, designadamente a “limpeza de florestas/percursos” e a “utilização de painéis solares”, são os praticantes de natação que se assumem como mais proactivos, com valores de 52,9% e 58,8%, respetivamente. Nas restantes ações, relativamente à “reciclagem do lixo doméstico” e   “utilização de lâmpadas de baixo consumo”, os praticantes de BTT são mais cooperantes, atingindo valores de 53,7% e de 54,3%, respetivamente.

Tabela 1 – Modalidade *versus* A  o em prol do Ambiente

	Florestas	Reciclagem	Lâmpadas	Painéis	Outras
Natação	52,9%	46,3%	45,7%	58,8%	44%
BTT	47,1%	53,7%	54,3%	41,3%	56%

Tabela 2 – Modalidade *versus* Razões para a Falta de A  o

	Falta de tempo	Desconhecimento	Não se interessa	Outras
Natação	32%	63,6%	40%	62,5%
BTT	68%	36,4%	60%	37,5%

Na Tabela 2 estão expostos os resultados relativos ao cruzamento das razões apontadas para a inação em prol do ambiente e as modalidades desportivas. Da sua análise verificamos que os praticantes de BTT se justificam mais com “a falta de tempo” (68%) e a “falta de interesse” (60%), enquanto os praticantes de nataação com o “desconhecimento” (63,6%).

Quando questionados sobre a dicotomia “Crescimento Económico *versus* Qualidade Ambiental”, verificamos que em ambas as modalidades existe uma maior tendência para o benefício da qualidade ambiental em detrimento do crescimento económico, embora no BTT o valor assuma ligeiramente uma expressão superior do que na nataação, sendo de 24,2% contra 20,3%, respetivamente.

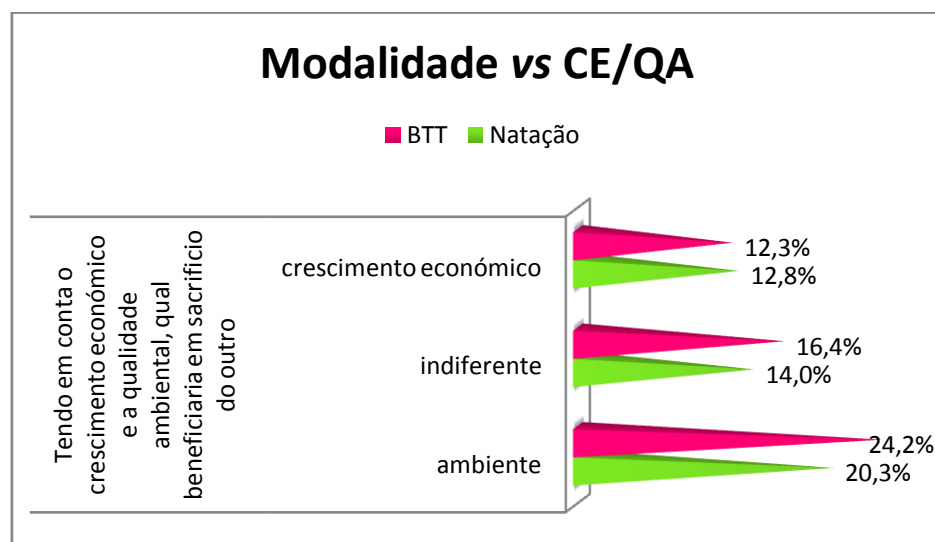


Gráfico 31 – Modalidade *versus* Crescimento Económico e Qualidade Ambiental

Entrando em linha de conta com a atenção prestada aos rótulos de informação ambiental dos produtos adquiridos, verificam-se resultados muito próximos entre as modalidades em estudo. Embora os praticantes de BTT se revelem como consumidores um pouco mais atentos do que os praticantes de nataação, as respostas de “muito atento” e “atento” obtêm um valor de 33,8% entre os

primeiros, e um valor ligeiramente mais baixo entre os praticantes de natação, 31,9%.

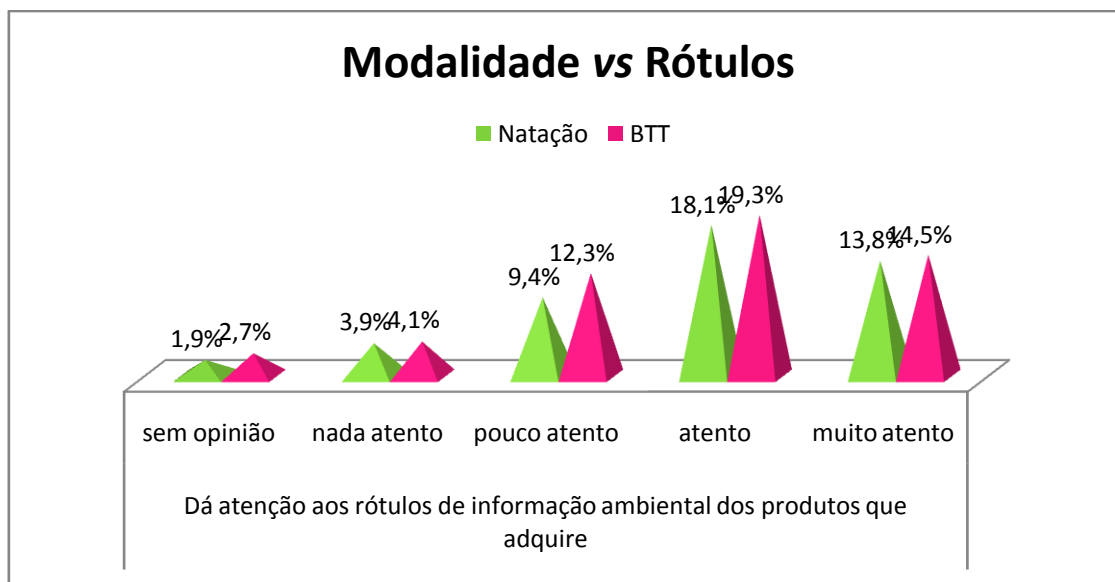


Gráfico 32 – Modalidade *versus* Rótulos de Informação Ambiental

Quanto à aquisição de produtos pelas suas características ambientais, os praticantes de natação são consumidores mais frequentes do que os praticantes de BTT (12,6% contra 8,5%), ao contrário das aquisições com carácter esporádico, em que os inquiridos que praticam BTT obtêm um resultado mais elevado do que os da natação (18,4% contra 12,3%). Por último, o valor um pouco mais elevado na resposta “a depender do preço” para os praticantes de BTT (21,3%) em comparação com os praticantes de natação (19,8%), indica-nos uma ligeira superioridade da elasticidade da procura face ao preço por parte dos primeiros em relação aos segundos, o que poderá explicar a obtenção de um valor superior dos praticantes de natação relativamente à opção “frequentemente”.

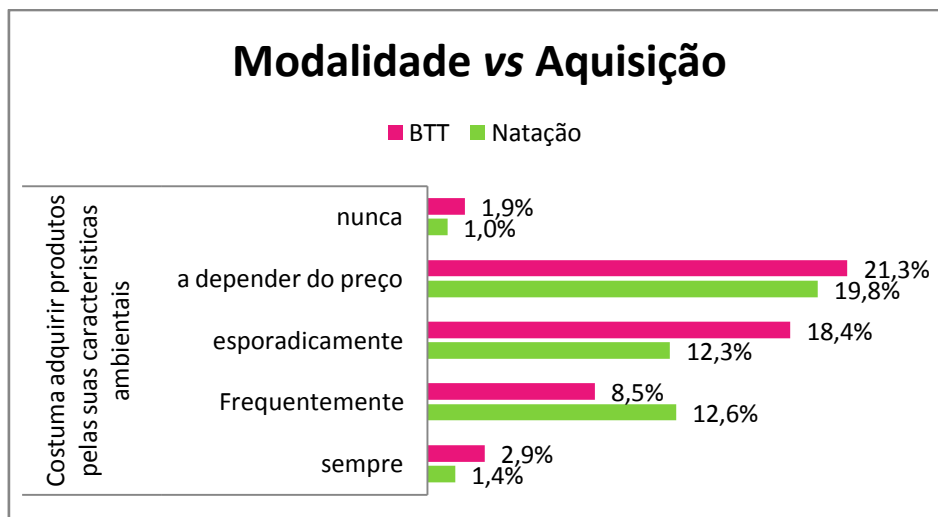


Gráfico 33 – Modalidade *versus* Aquisição de Produtos de Caraterísticas Ambientais

A mudança de atitude perante os problemas ecológicos desde a prática da modalidade é mais notória no BTT do que na natação, uma vez que nas respostas “muito modificado” e “modificado” os valores obtidos no primeiro caso são superiores aos do segundo. Assim, respondem que alteraram “muito a atitude” 27,7% dos praticantes de BTT contra 16,4% dos praticantes de nata o, no “modifica o” houve 40,6% do universo de BTT contra 38,5% dos adeptos da nata o.

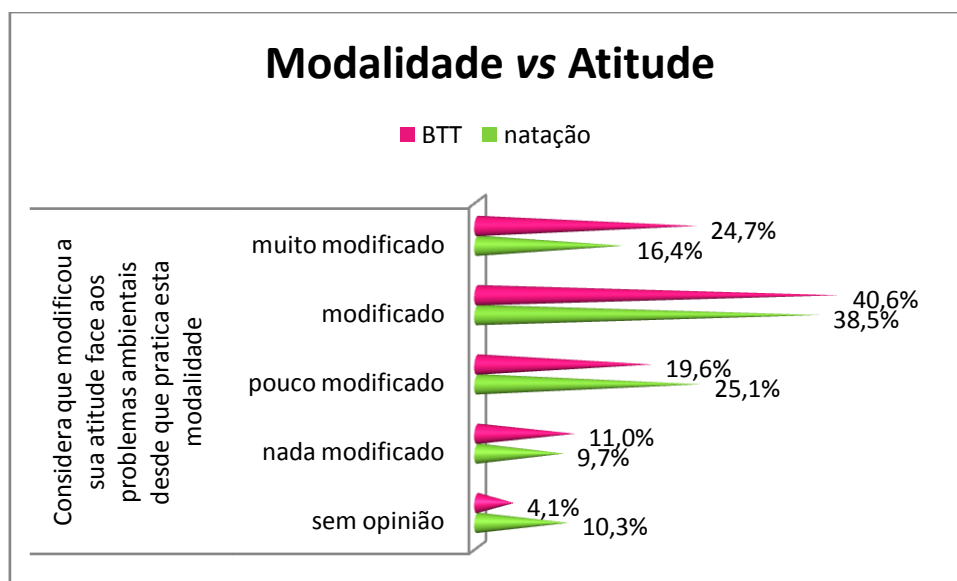
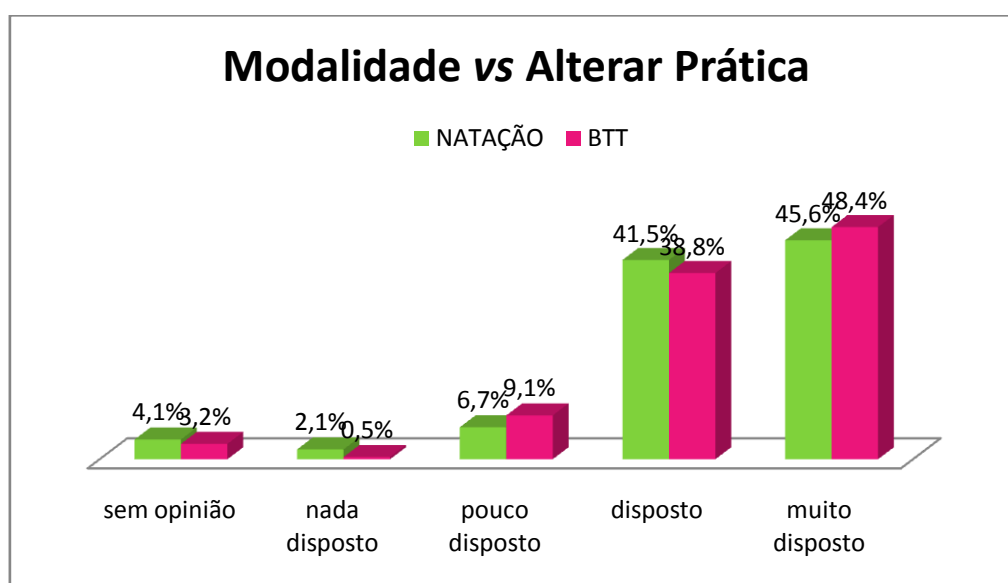


Gráfico 34 – Modalidade *versus* Modifica o de Atitude face ao Problema Ambiental

A divisão das respostas à questão “Está disposto a alterar algo na prática da sua modalidade em prol da melhoria da qualidade do ambiente?” pelas modalidades em estudo revela os seguintes resultados: na resposta “muito disposto” os valores obtidos entre os praticantes de BTT (48,4%) é mais elevado do que entre os praticantes de natação, onde o valor alcançado é de 45,6%. Denotando assim uma maior predisposição para a assunção de sacrifícios pessoais ao nível da prática desportiva no sentido de um maior empenho pela causa ecológica.



Gráfico 35 – Modalidade vs Predisposição para Alterar Prática em prol da Melhoria Ambiental

Quando consideramos as modalidades desportivas em estudo na questão “Estaria disposto a pagar mais em função de um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável?” denotamos ainda uma maior disposição da parte dos praticantes de natação relativamente aos praticantes de BTT, uma vez que as respostas para o “muito disposto” são de 21% no primeiro caso e de 19,6% no caso do BTT; o mesmo não se verifica quando se analisam as respostas da opção “disposto”, em que o BTT obt m 37,4% contra um valor de 35,9% da natação.

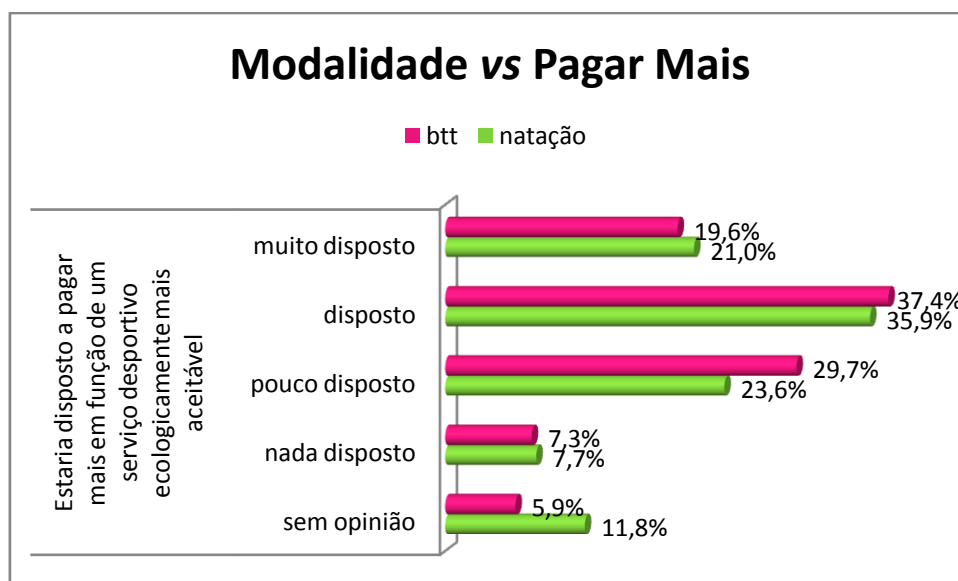


Gráfico 36 – Modalidade *versus* Pagar Mais por um Serviço Desportivo mais Ecológico

As respostas à pergunta “Concorda que as atividades desportivas que prejudicam o ambiente deviam pagar uma taxa a reverter para a preservação do ambiente?” em função das modalidades em estudo revelam, mais uma vez, uma maior anuência da parte dos praticantes de BTT relativamente aos praticantes de natação, uma vez que na opção “totalmente de acordo” os primeiros obtêm um valor de 56,2% e os segundos, apenas de 51,8%; na opção “de acordo” a diferença é proporcional, sendo para o BTT alcançado um valor de 21,5% e para a natação um valor de 16,4%.

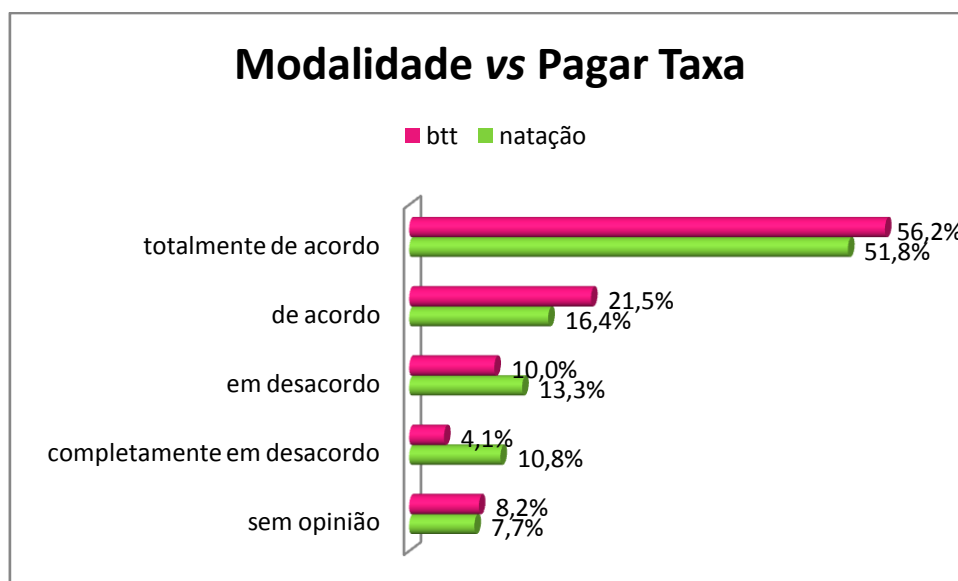


Gráfico 37 – Modalidade *versus* Pagar Taxa por Serviços Desportivos Menos Ecológicos

No sentido de auscultarmos os praticantes relativamente aos sacrifícios pessoas que estariam dispostos a fazer em prol de uma maior proteção pelos bens da Natureza, foram colocadas três questões distintas. Ao cruzarmos essas respostas com as modalidades em estudo (Gráfico 38), retiramos a seguinte interpretação: a) quando questionados sobre a frequência da troca do automóvel pela bicicleta os praticantes de BTT (41,6%) obtiveram valores superiores aos da natação (39%); b) à questão relativa à troca do automóvel pela caminhada, a natação tem 50,3% e o BTT 45,7%; c) finalmente, no que concerne à procura de piscinas com tratamento de água menos nocivo para o ambiente, são os praticantes de natação (50,3%) que revelam uma maior vontade nessa troca do que os praticantes de BTT (34,7%).

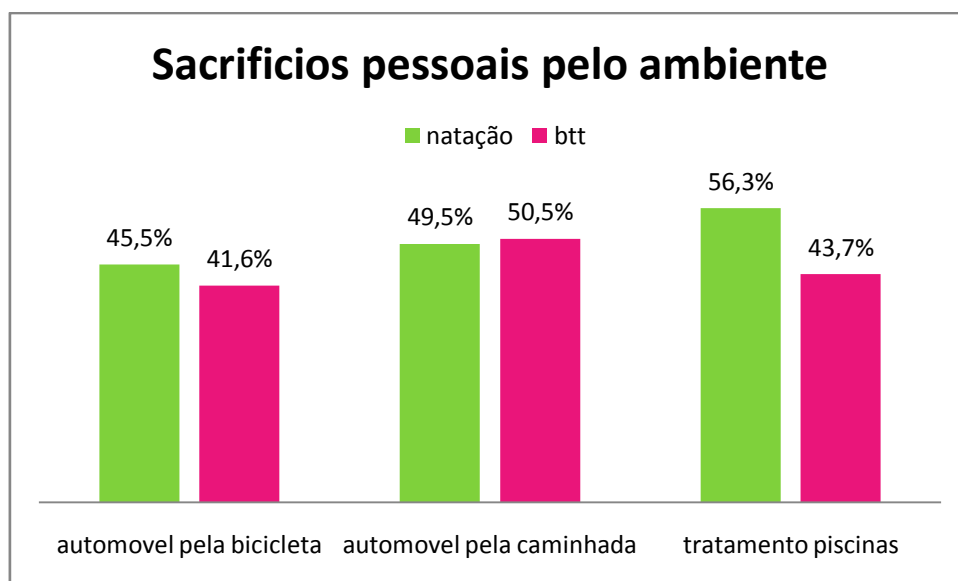


Gráfico 38 – Modalidade *versus* Sacrifícios Pessoais em prol da Proteção do Ambiente

3.2.1. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva Geral

3.2.1.1. Nível de Preocupação Ambiental

Em relação à preocupação ambiental, não se denotam diferenças ao nível da variável género. Tanto os homens como as mulheres atingem um valor que ronda os 91% quanto à afirmação de “muita preocupação” para com os problemas ecológicos.

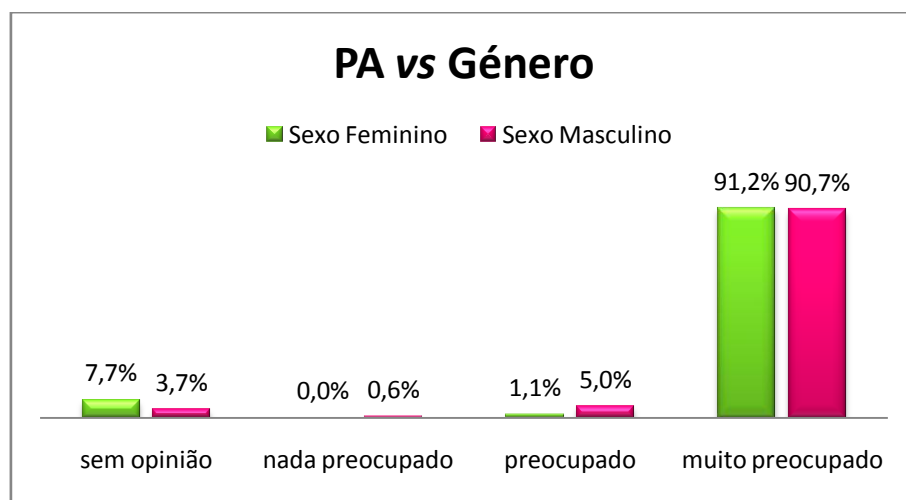


Gráfico 39 – Preocupação Ambiental *versus* Género

Ao cruzarmos a preocupação ambiental com os escalões etários também percebemos que uma grande maioria dos inquiridos se diz “muito preocupado” com os problemas ecológicos, atingindo valores que rondam os 92% para os dois primeiros escalões etários e baixando ligeiramente para 88,6% no caso dos desportistas mais velhos.

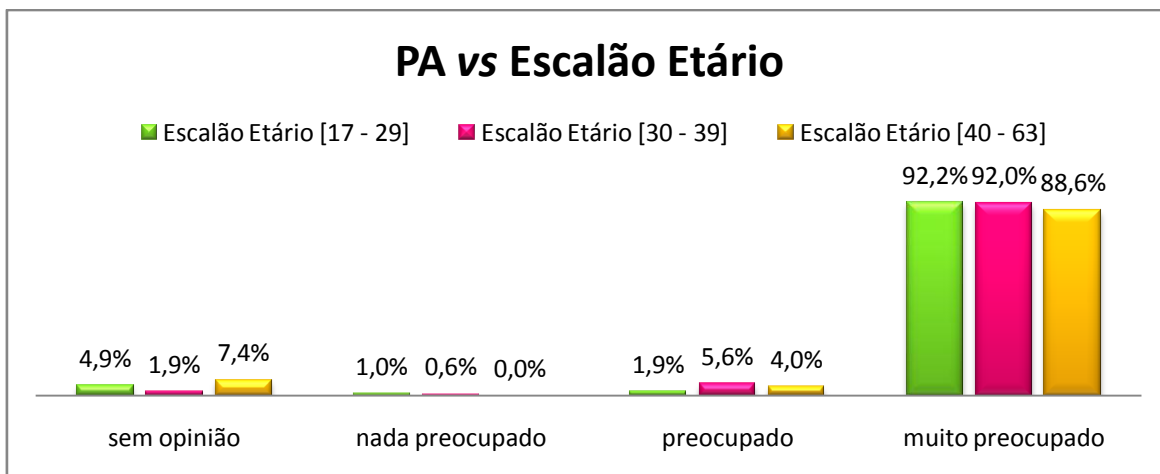


Gráfico 40 – Preocupação Ambiental *versus* Escalão Etário

Os resultados do cruzamento entre a preocupação ambiental e a escolaridade, embora apresentando todos valores percentuais elevados, são crescentes à medida que o grau de escolaridade aumenta. Assim, para o grau de “mestrado/doutoramento” é alcançado um valor de 95,5%, no escalão intermédio um valor de 92,2% e no escalão “obrigatório/secundário” um valor de 84,4%.

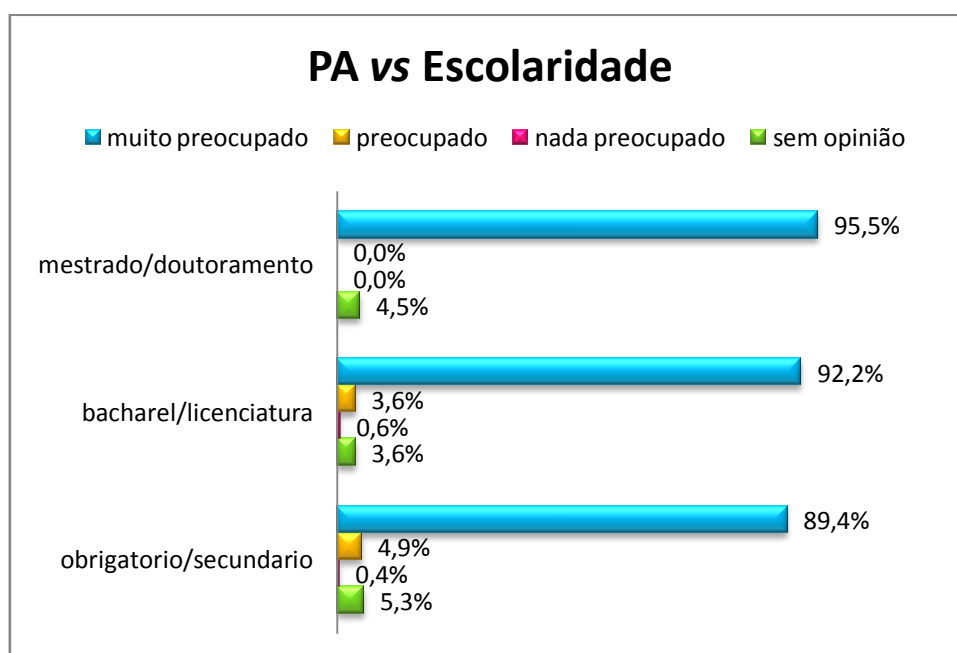


Gráfico 41 – Preocupação Ambiental *versus* Escolaridade

Em todos os escalões de tempo de prática a escolha dos inquiridos recai de forma muito representativa na opção “muito preocupado”, atingindo os seguintes valores: 86,2% no escalão [menos 1 ano], 93,5% no escalão [de 1 a 3 anos], 89,3% no escalão [de 3 a 5 anos], 94,4% no escalão [de 5 a 10 anos] e 89,4% no escalão com maior tempo de prática da modalidade desportiva.

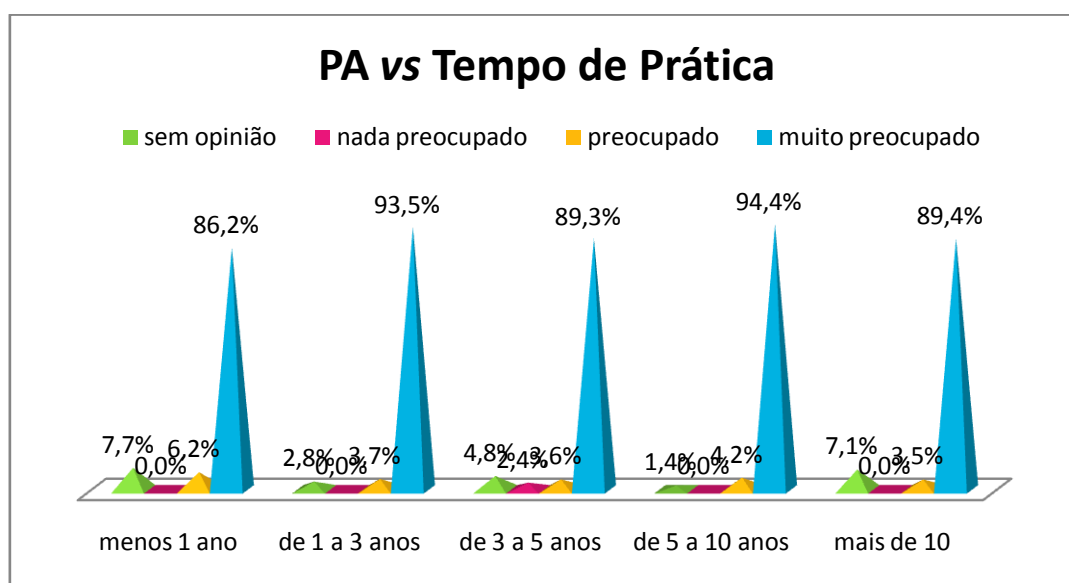


Gráfico 42 – Preocupação Ambiental *versus* Tempo de Prática

Quando cruzados os dados da preocupação ambiental com a frequência da prática da modalidade desportiva, verificamos que independentemente do número de vezes em que a modalidade é praticada por semana, os valores percentuais obtidos para a opção “muito preocupado” são sempre muito elevados, sendo todos eles superiores a 90%.

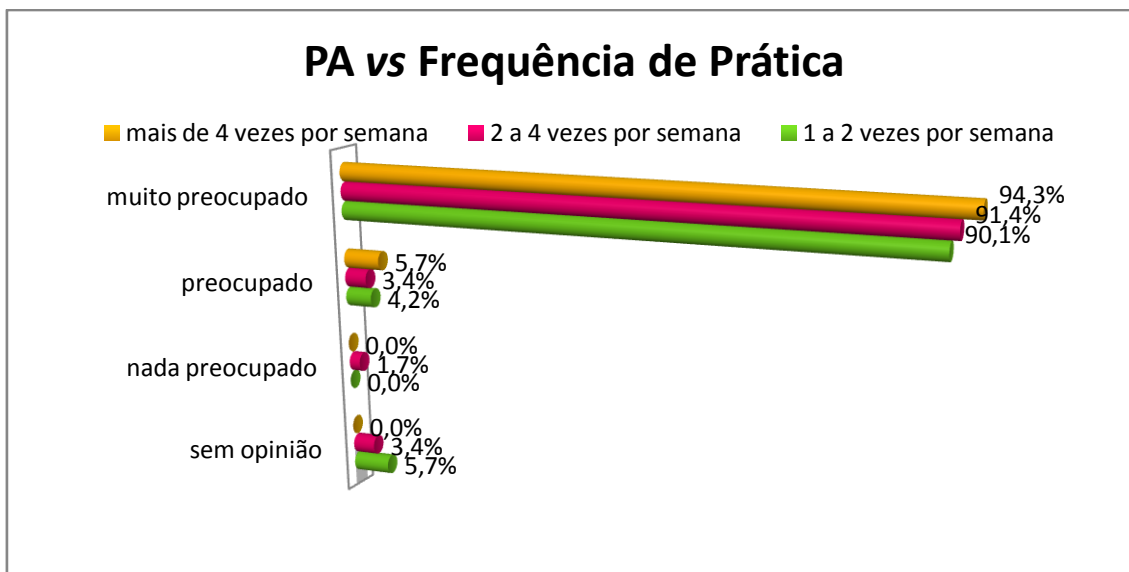


Gráfico 43 – Preocupação Ambiental *versus* Frequência da Prática

3.2.1.2. Ação em Prol do Ambiente

Embora com uma ligeira diferença a favor do género feminino (93,4%), os resultados do cruzamento entre as ações empreendidas em prol da defesa ecológica e a variável género revelam uma grande aderência tanto por parte das mulheres como dos homens (89,8%).

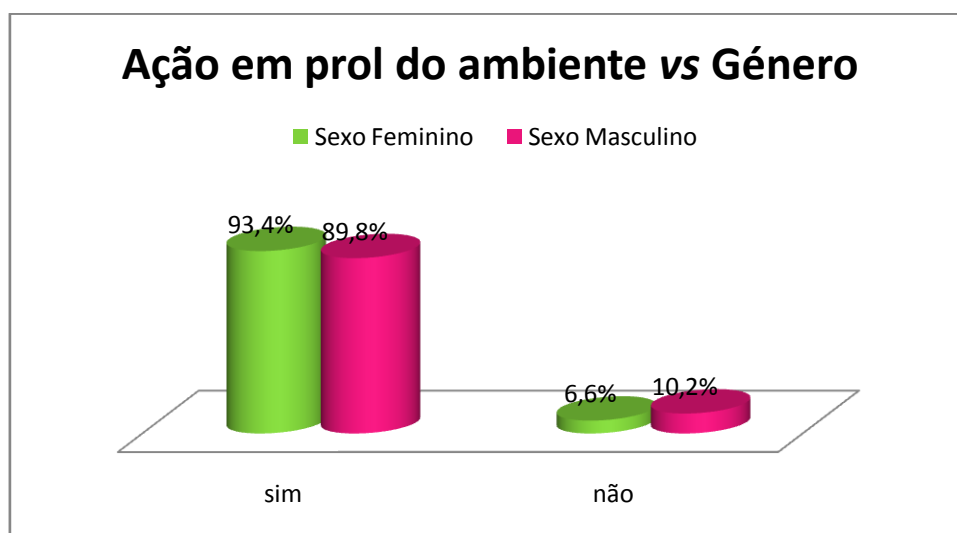


Gráfico 44 – Ação em Prol do Ambiente *versus* Género

Ao analisarmos as ações empreendidas em prol da preservação ecológica com o escalão etário verificamos que em todos os escalões etários são alcançados muito elevados, rondando os 90% dos desportistas que declara ter realizado pelo menos uma ação a favor dos bens ecológicos.

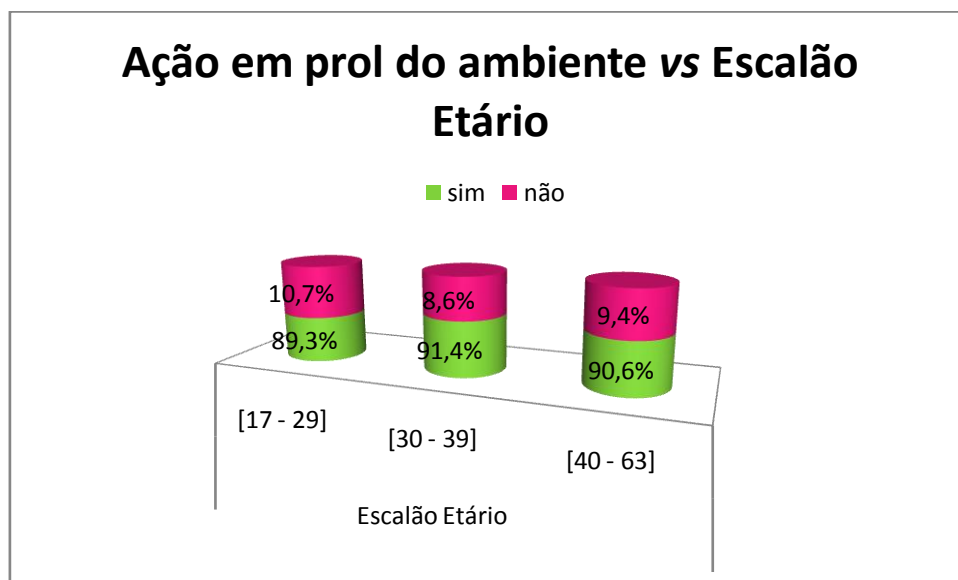


Gráfico 45 – Ação em Prol do Ambiente *versus* Escalão Etário

Efetuada a análise das ações em prol do ambiente em função do grau de escolaridade, verificamos que, embora as diferenças sejam ténues, o valor obtido cresce à medida que aumenta a escolaridade dos indivíduos. Assim, no grau de escolaridade [mestrado/doutoramento] é alcançado um valor de 91,2%, descendo para os 90,4% e para os 86,4% nos graus de [bacharel/licenciatura] e de [obrigatório/secundário], respetivamente.

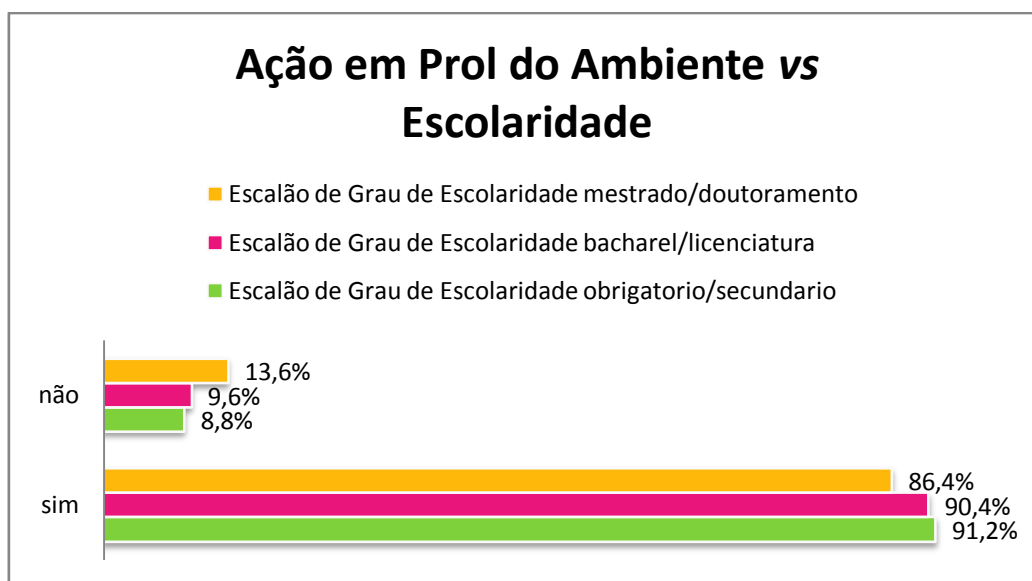


Gráfico 46 – Ação em Prol do Ambiente *versus* Grau de Escolaridade

Em qualquer um dos escalões de tempo de prática é alcançado um valor percentual muito elevado no que concerne às ações tomadas em prol do ambiente, destacando-se a superioridade desse valor entre os desportistas que praticam a modalidade entre um e três anos (96,3%). O valor menos elevado é obtido entre aqueles que há mais tempo praticam a modalidade, mas mesmo esse é de 80%.

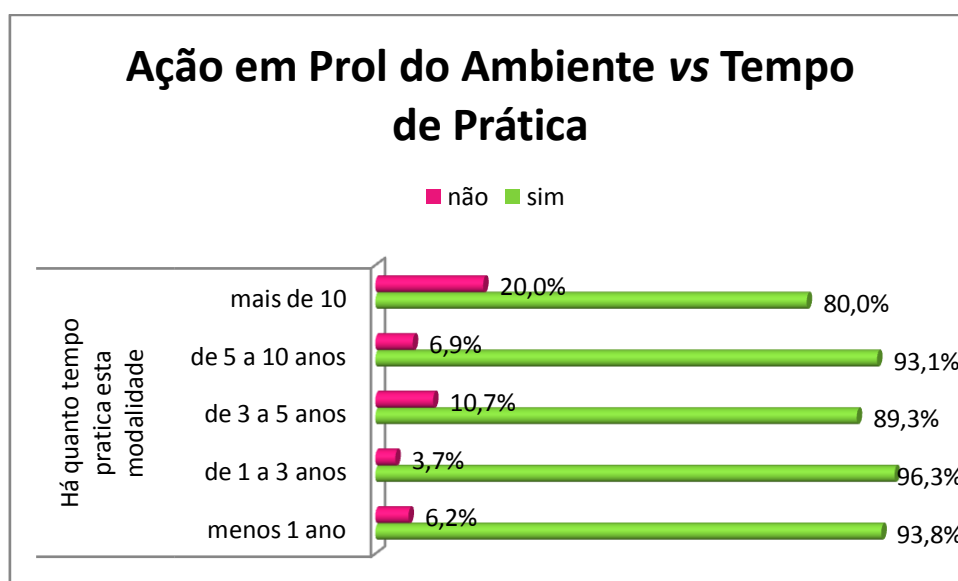


Gráfico 47 – Ação em Prol do Ambiente *versus* Tempo de Prática

Quando cruzados os dados da ação de defesa ecológica com a frequência da prática da modalidade desportiva, um valor de 92,4% destaca-se pela sua superioridade e é obtido para os praticantes no intervalo [1 a 2 vezes por semana]. Quem pratica a modalidade desportiva [2 a 4 vezes por semana] tem o valor de 88,8% entre os praticantes com maior frequência da prática o valor desce para os 82,9%. Deste modo, existe uma certa tendência para o número de ações empreendidas em prol do ambiente cair à medida que aumenta a frequência da prática.

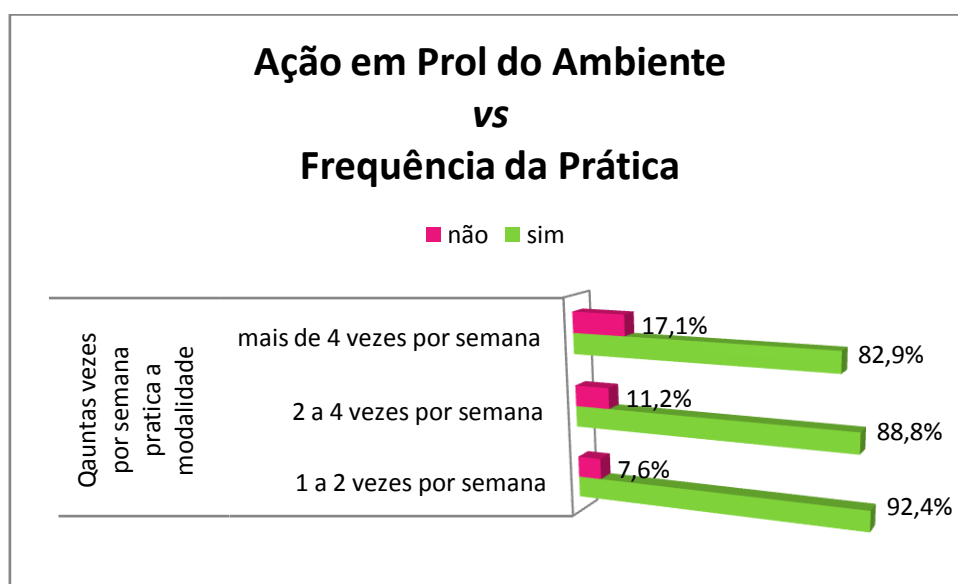


Gráfico 48 – Ação em Prol do Ambiente *versus* Frequência da Prática

3.2.1.3. Benefício do Crescimento Económico ou da Qualidade Ambiental

Em ambos os géneros prevalece o benefício dado à qualidade ambiental em detrimento do crescimento económico, atingindo muito próximo e que ronda os 44%. Uma atitude de indiferença é sentida por aproximadamente 30% dos homens e das mulheres.

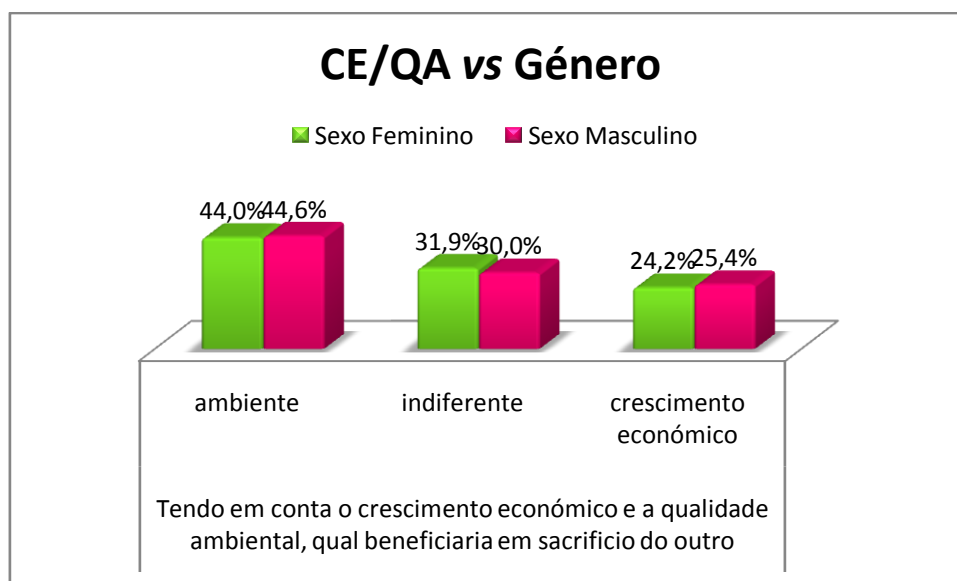


Gráfico 49 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental *versus* Género

Ao tomarmos em linha de conta a dicotomia crescimento económico *versus* qualidade ambiental por escalão etário, os resultados evidenciam que, independentemente da idade, os desportistas são mais adeptos do favorecimento da melhoria ecológica. Nos primeiros dois escalões etários o valor atingido é aproximadamente de 46% e entre os mais velhos é alcançado um valor ligeiramente inferior, de 41,6%. Por último, é entre os de idade mais elevada que a “indiferença” relativamente à questão em referência atinge um valor mais alto, de 40,3%.

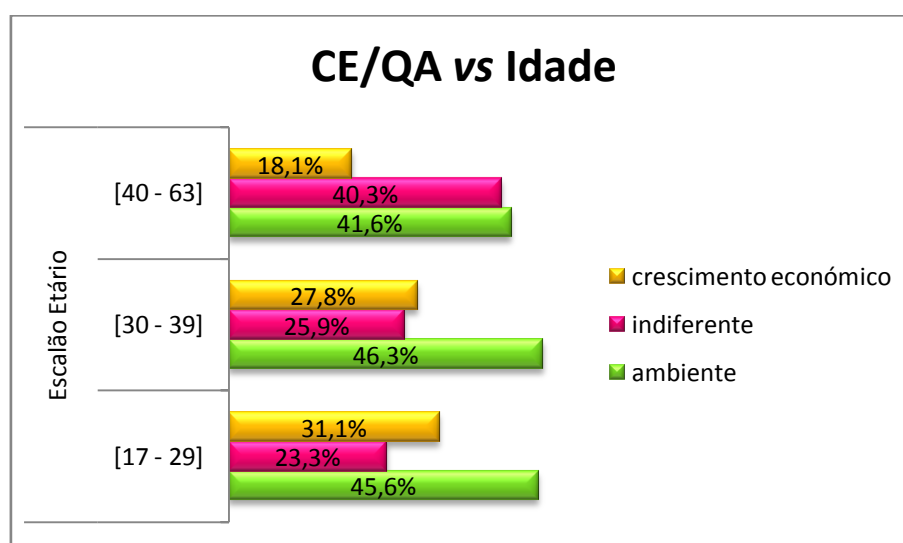


Gráfico 50 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental *versus* Escalão Etário

Ao analisarmos a mesma problemática do crescimento económico e da qualidade ambiental face ao escalão de escolaridade, verificamos que os indivíduos mais escolarizados, ou seja, portadores de grau de mestrado ou doutoramento, são os que mais beneficiam o crescimento económico (36,4%) em detrimento da qualidade ambiental (31,2%). Nos escalões de escolaridade mais baixos é registado exatamente o contrário, ou seja, denota-se uma preferência pela qualidade ambiental face ao crescimento económico, tanto para os que possuem um grau de bacharel ou licenciatura (44,6%), como para os do primeiro escalão de escolaridade (45,6%).

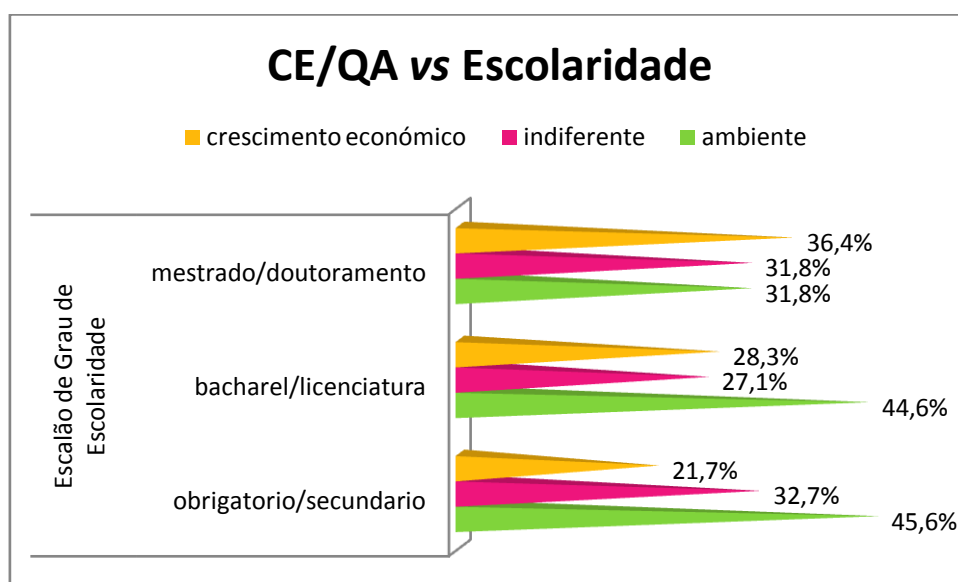


Gráfico 51 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental *versus* Escolaridade

Em todos os escalões referentes ao tempo de prática, a opção pela qualidade ambiental face ao crescimento económico é a mais tomada entre os desportistas em estudo, embora assuma um maior valor superior entre os praticantes com maior tempo de prática (57,6%). Por outro lado, a única situação em que a indiferença atinge um valor superior à qualidade ambiental (40,3%) é relativa aos praticantes com tempo de prática entre os 5 e os 10 anos.

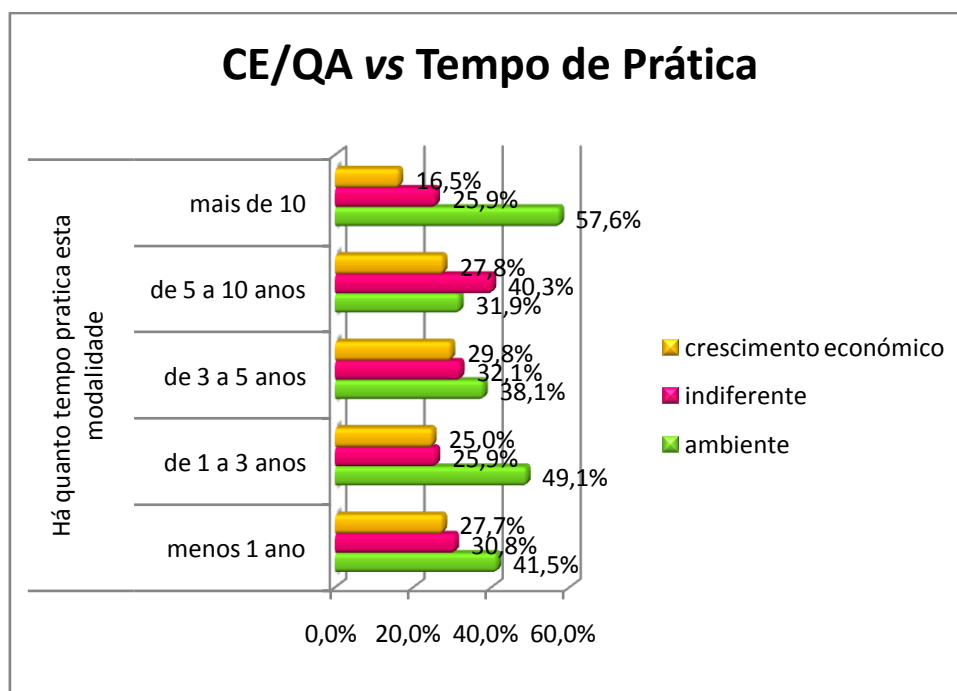


Gráfico 52 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental *versus* Tempo de Prática

Cruzando o “crescimento económico *versus* qualidade ambiental” com a frequência da prática, os resultados revelam uma opção da qualidade ambiental em detrimento do crescimento económico em todos os escalões, atingindo um valor mais elevado para os desportistas com maior frequência da prática (51,4%), e obtendo 38,8% para [2 a 4 vezes por semana] e 46% para o escalão [1 a 2 vezes por semana].

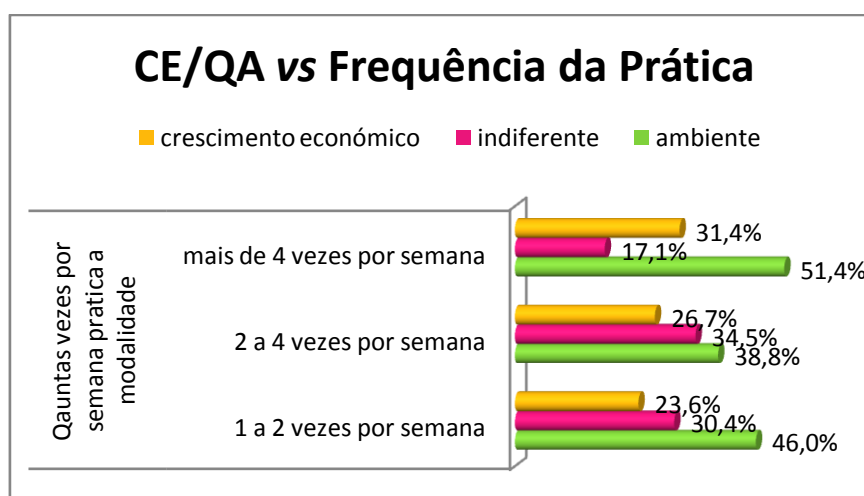


Gráfico 53 – Crescimento Económico ou Qualidade Ambiental *versus* Frequência da Prática

3.2.2. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva do Consumo

3.2.2.1. Aquisição de Produtos Ambientais

Quando cruzamos o hábito de comprar produtos pelas suas características ambientais com a variável género, os resultados revelam que, tanto entre os homens como entre as mulheres, a opção relativa à “dependência da compra de um produto em função do respetivo preço” é a mais tomada pelos inquiridos, sendo no entanto superior para o género feminino (47,3%) do que para o género masculino (39,3%). Por outras palavras, parece existir uma maior elasticidade da procura face ao preço por parte das mulheres do que dos homens. No entanto, é entre as mulheres que a opção “sempre” é mais elevada (6,6%), nem sequer se denotando diferenças ao nível do género para a opção “frequente”, que ronda em ambos os casos os 21%. Os homens são os que mais comprem produtos devido às características ambientais de molde mais “esporádico”, uma vez que para esta opção o valor alcançado entre o género masculino é de 32,2% contra 25,3% do género feminino.

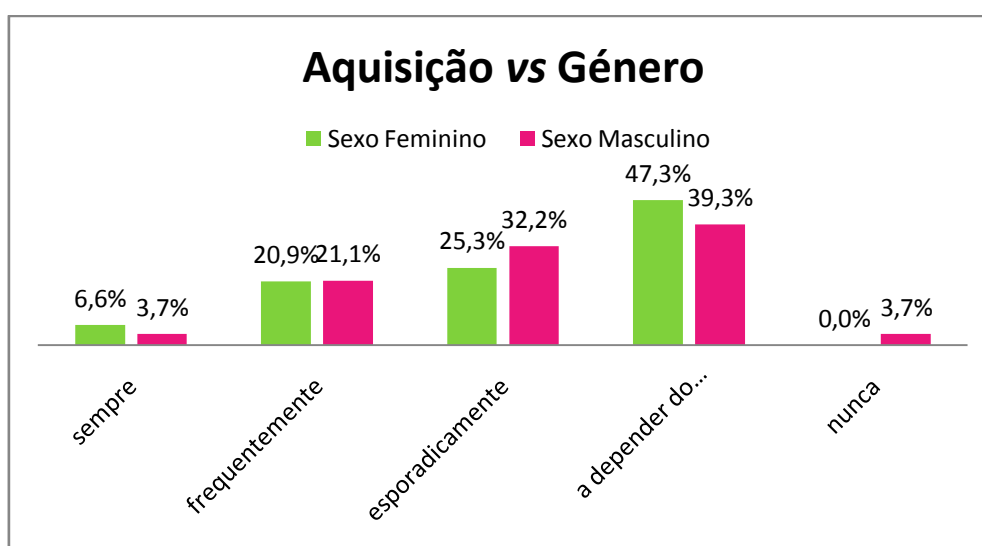


Gráfico 54 – Aquisição de Produtos pelas suas Características Ambientais *versus* Género

Ao introduzirmos o escalão etário na aquisição de produtos pelas suas características ecológicas, os resultados mostram que os valores percentuais mais elevados são obtidos na opção “a depender do preço”, destacando-se o escalão intermédio com 43,2%, seguido dos mais velhos com 40,3% e pelos mais novos com 38,8%, voltando a realçar-se que o “preço” se assume como uma componente importante na tomada de decisão de compra de produtos ecológicos. Contudo, a compra com carácter “frequente” de produtos ambientalmente responsáveis é claramente mais notória entre os mais velhos (28,9%) e por outro lado, a aquisição de cariz “esporádico” dos mesmos produtos é mais vincada entre os inquiridos mais novos (37,9%) e entre os desportistas pertencentes ao escalão intermédio (34%).

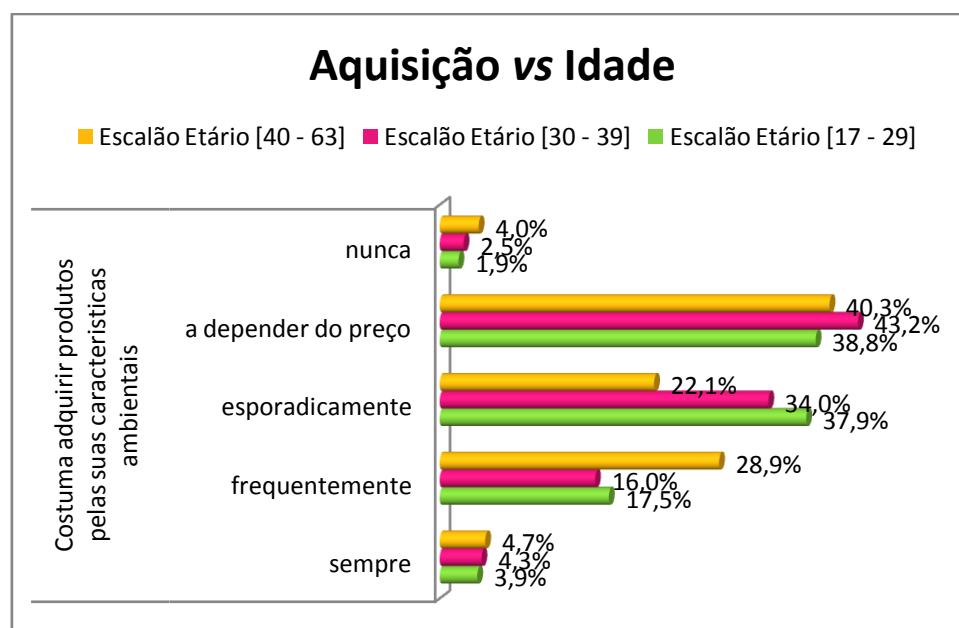


Gráfico 55 – Aquisição de Produtos pelas suas Características Ambientais vs Escalão Etário

A interseção da compra de produtos pelas suas características ambientais com o grau de escolaridade revela que, independentemente do nível escolar dos inquiridos, a “dependência do preço” do produto é o fator mais eleito. Contudo, o valor percentual que mais se destaca é de 54,5% entre os inquiridos com grau de [mestrado/doutoramento], caindo para 42% no primeiro escalão de escolaridade e para 38% para [bacharel/licenciatura]. Ao mesmo tempo, são

também os inquiridos com grau de [mestrado/doutoramento] que mais afirmam “nunca” adquirir produtos devido às suas propriedades ecológicas. Salienta-se ainda que, no que respeita à compra de cariz “esporádico”, todos os desportistas em estudo a elegem como segunda opção e relativamente à compra “frequente”, assume um valor de 23,5% entre os inquiridos com grau de [bacharel/licenciatura] e um valor de 20,4% entre aqueles que possuem o grau de escolaridade mais baixo.

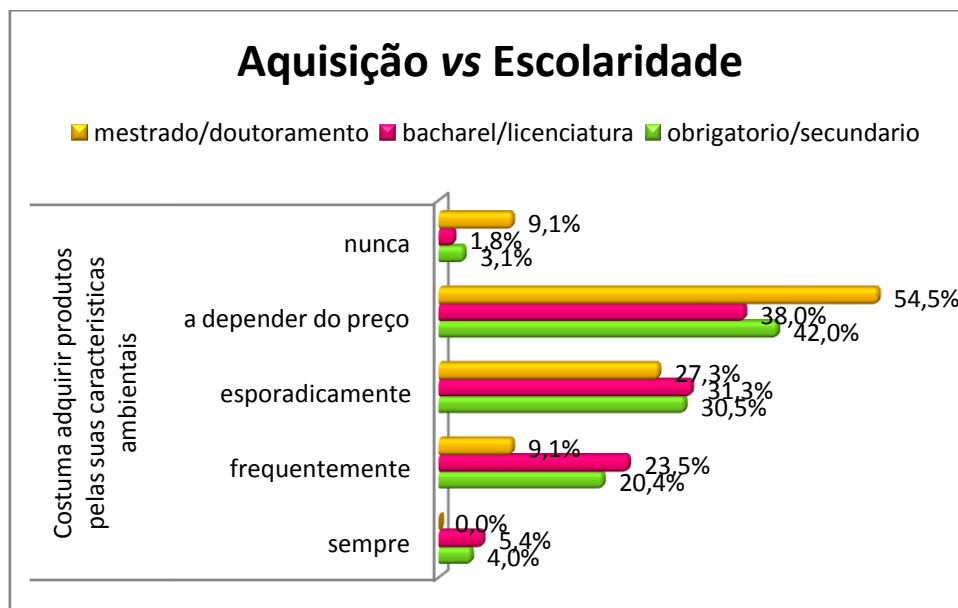


Gráfico 56 – Aquisição de Produtos pelas Caraterísticas Ambientais vs Grau de Escolaridade

Considerando o tempo de prática da modalidade na aquisição de produtos pelas suas caraterísticas ambientais, mais uma vez os resultados revelam uma certa sensibilidade dos inquiridos face ao preço desses produtos, uma vez que em todos os escalões a opção “a depender do preço” é a mais escolhida, dos quais se realçam os que atingem valores mais elevados: 44,4% para os escalões [de 1 a 3 anos] e [de 5 a 10 anos]. Por outro lado, confirma-se também ao nível desta variável independente que a compra “esporádica” se constitui como segunda opção para todos os inquiridos, embora seja mais relevante (39,3%) para os praticantes da modalidade no escalão [de 3 a 5 anos]. A aquisição “frequente” assume valores mais elevados no último escalão de prática da modalidade (28,2%).

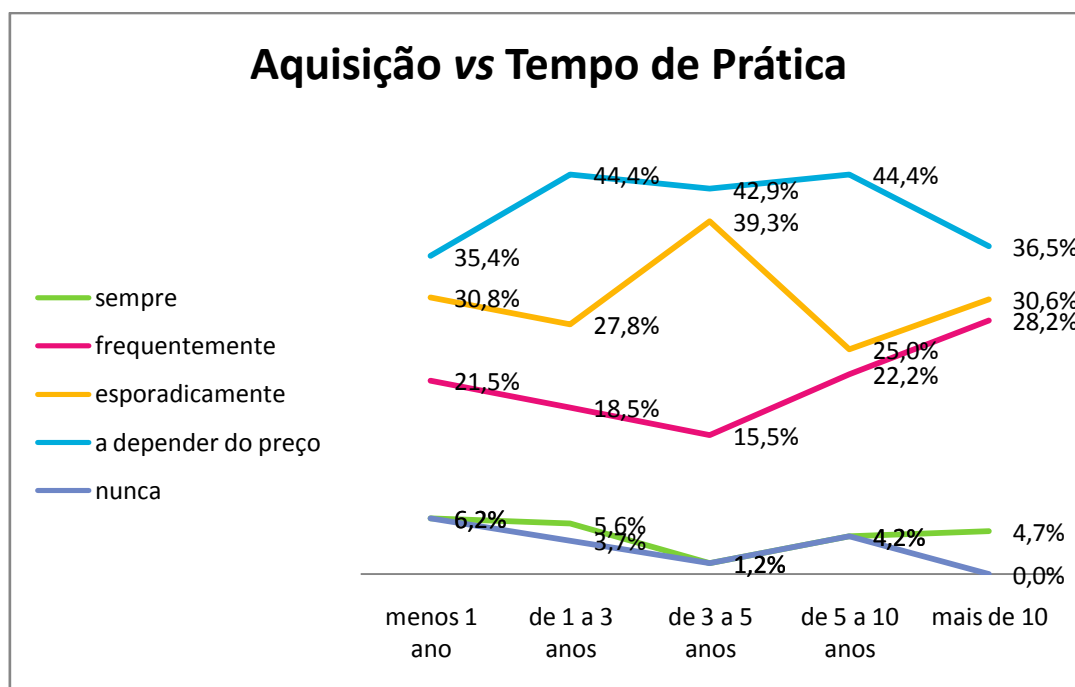


Gráfico 57 – Aquisição de Produtos pelas Caraterísticas Ambientais *versus* Tempo de Prática

Analisando a aquisição de produtos pelas suas caraterísticas ambientais perante a variável independente relativa à frequência da prática, existem algumas alterações face aos cenários anteriores. Assim, a compra de cariz “esporádico” desses produtos, a par da opção “a depender do preço” assumem o valor mais expressivo (32,3%) entre os para os indivíduos com menor frequência da prática. Entre os praticantes da modalidade mais assíduos, destaca-se um mesmo valor (31,4%) para as opções de compra “esporádica”, “frequente” e “a depender do preço”. Entre os inquiridos que se incluem no escalão intermédio de frequência da prática os valores mais elevados recaem sobre as opções de compra “a depender do preço” e “esporádica”, com um valor igual de 26,7%.

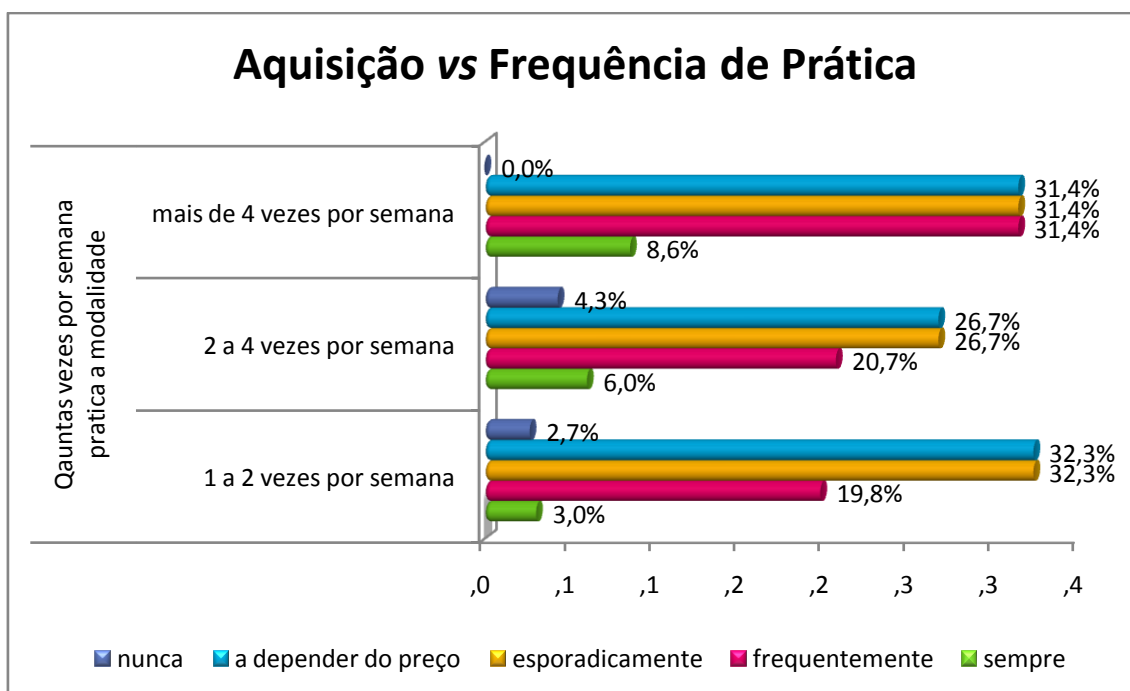


Gráfico 58 – Aquisição de Produtos pelas Características Ambientais vs Frequência da Prática

3.2.2.2. Atenção à Informação dos Rótulos Ecológicos

No que concerne à atenção prestada à informação contida nos rótulos ecológicos face ao género, não existem grandes diferenças dignas de realce: cerca de dois terços dos homens (66,5%) e das mulheres (62,3%) declaram prestar “muita atenção” ou “atenção” à informação dos rótulos em referência. Por outro lado, embora 25,3% das mulheres afirme estar “pouco atento” (contra 20,7% dos homens), na opção “nada atento” são os homens que atingem um valor percentual mais elevado (9% contra 4,5% do género feminino).

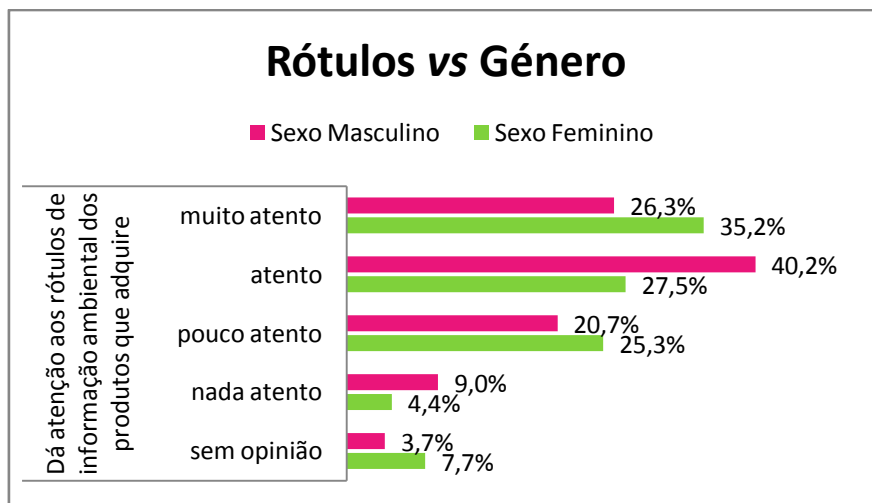


Gráfico 59 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos *versus* Género

Quando analisada a mesma questão mas em relação à variável independente escalão etário, existem algumas diferenças. O escalão dos mais velhos destaca-se pela “muita atenção” prestada à informação ambiental divulgada pelos rótulos ecológicos (39,6%), existindo ainda uma fatia de 34,9% que revela estar “atenta”, sendo ainda os que atingem uma menor percentagem tanto na opção “pouco atento” (14,8%) como “nada atento” (5,4%). Ao contrário dos mais jovens, em que se atingem valores percentuais muito próximos para as opções “atento” e “pouco atento”, de 33% e de 31,3%, respetivamente. Por último, 66,7% dos inquiridos com idade pertencente ao escalão etário intermédio declara estar “muito atenta” ou “atenta” às indicações dos eco rótulos.

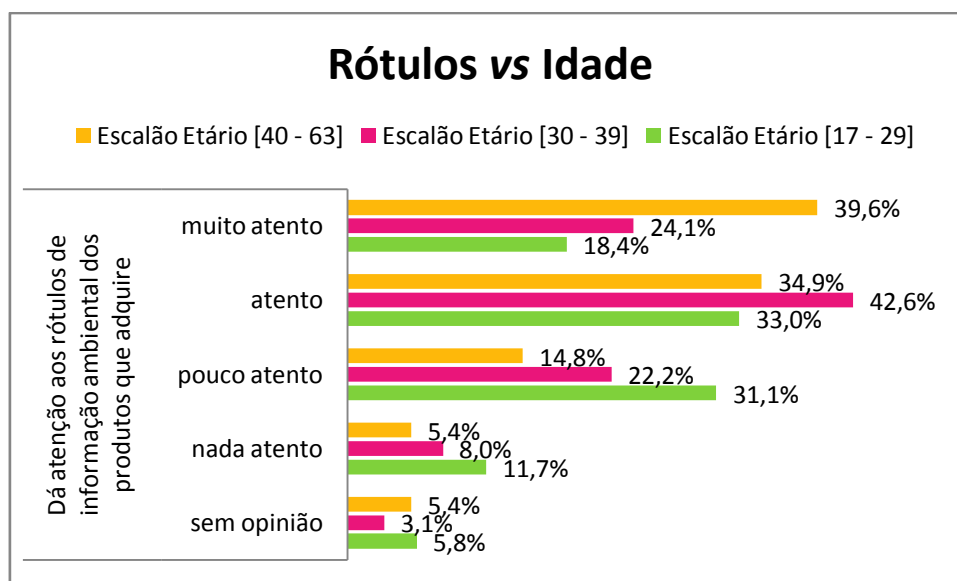


Gráfico 60 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos *versus* Escalão Etário

Ao analisarmos a variável “atenção prestada à informação ambiental dos rótulos ecológicos” em função do grau de escolaridade, os resultados revelam algumas situações bastantes díspares. Ao contrário do que seria de esperar, a opção “pouco atenta” assume um valor mais elevado da parte dos mais escolarizados (45,5%), inquiridos que também se destacam na opção “nada atento” (18,2%). Cerca de 67% dos inquiridos com grau de [bacharel/licenciatura] como com grau de [obrigatório/secundário] afirma prestar “atenção” e “muita atenção” à informação contida dos rótulos ecológicos.

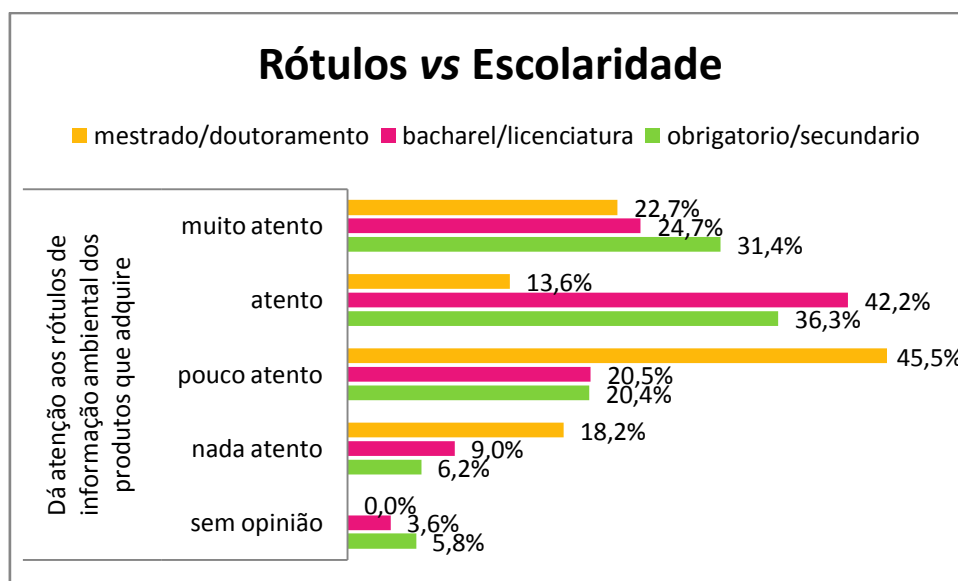


Gráfico 61 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos *versus* Escolaridade

A importância da informação ambiental dos rótulos relacionada com o tempo de prática da modalidade não revela grandes diferenças entre os diferentes escalões: a maioria dos inquiridos afirma estar “atenta” e “muito atenta” à informação ecológica contida na rotulagem dos produtos, com valores entre 63% e 72%. Dentro dos que dizem prestar “pouca atenção”, destacam-se os que praticam há menos tempo a modalidade (26,2%).

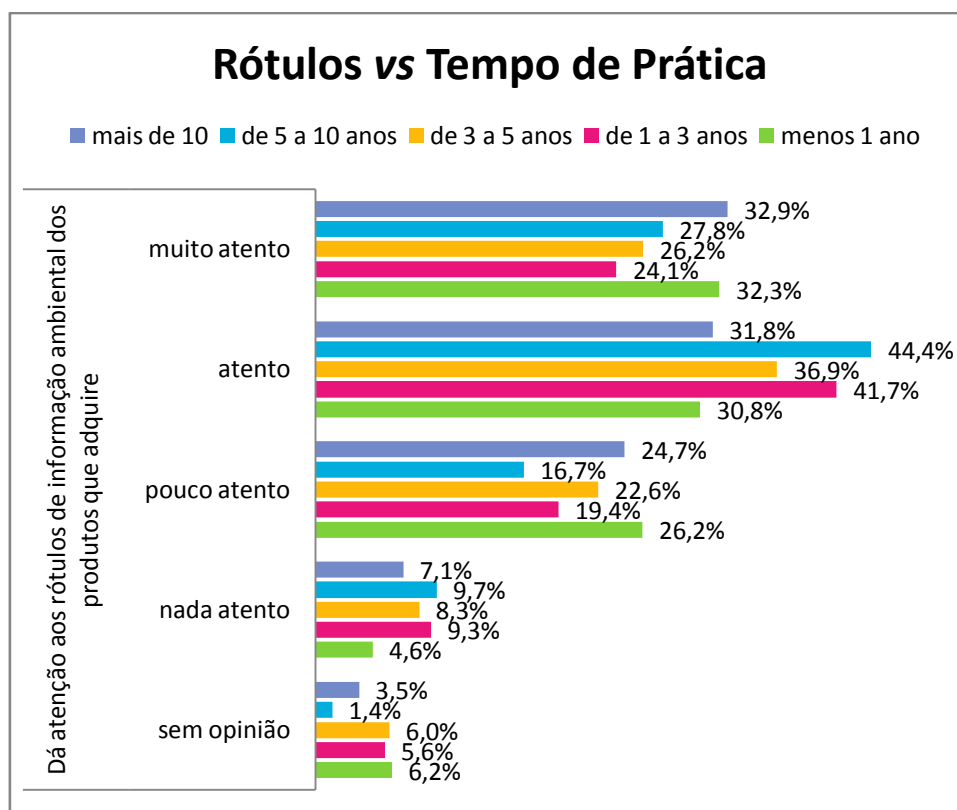


Gráfico 62 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos *versus* Tempo de Prática

O interesse dado à informação ambiental dos rótulos relacionado com frequência da prática da modalidade mostra que os inquiridos que mais vezes por semana praticam a modalidade desportiva são os que estão “mais atentos” e “atentos” à referida informação ecológica (77,1%). No primeiro escalão da frequência da prática esse valor cai para 65,4% e no segundo para 62,9%.

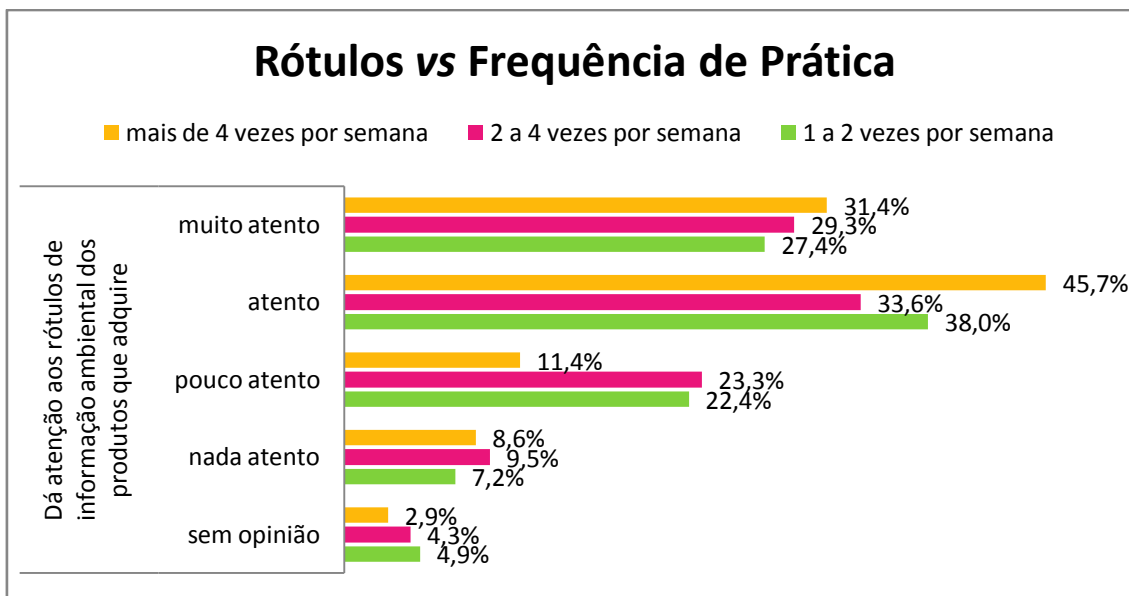


Gráfico 63 – Atenção dada à Informação Ambiental dos Rótulos *versus* Frequência da Prática

3.2.2.3. Pagar Mais por um Serviço Ecológico

Analisando as respostas à questão “Estaria disposto a pagar mais em função de um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável?” em função do género, os resultados revelam que as mulheres aderem mais significativamente à hipótese formulada, na medida em que para a opção “muito disposto” atingem um valor de 34,1%, contra 16,4% dos homens; para além disso, quase 30% dos homens diz-se “pouco disposto”, contra apenas 16,5% das mulheres. Relativamente à opção “disposto”, não existem grandes diferenças ao nível da variável género, uma vez que para os homens é alcançado um valor de (37,5%) e para as mulheres é obtido um valor de 34,1%.

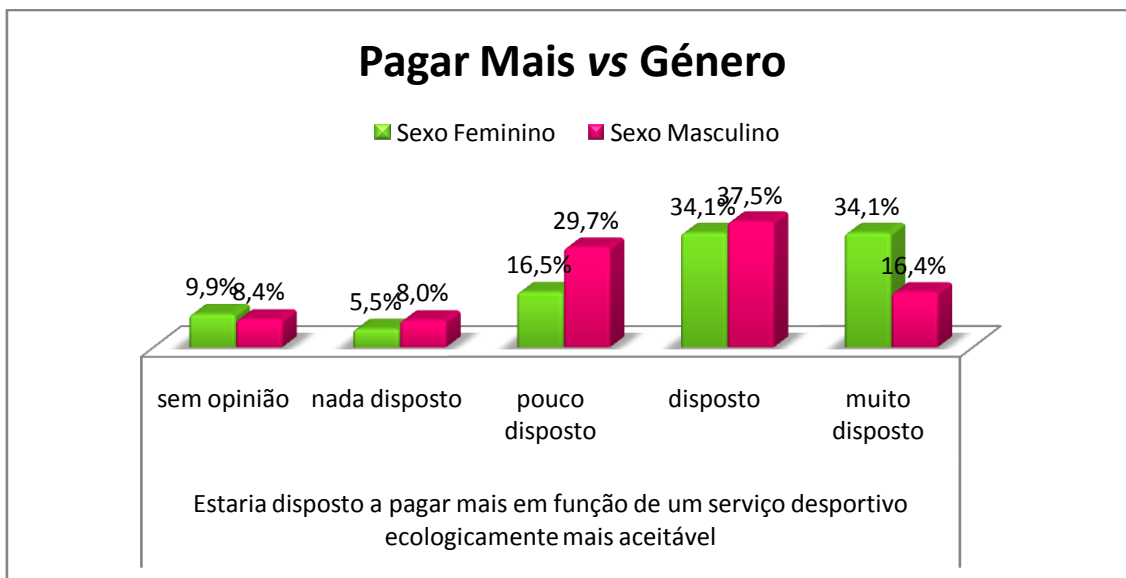


Gráfico 64 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde *versus* Género

Quando observados os resultados respeitantes à mesma questão mas em relação à variável independente escalão etário existem algumas diferenças dignas de realce. É entre os mais velhos que existe uma maior disposição para o acréscimo de custo do serviço desportivo em função da preservação ecológica, atingindo 29,5% destes inquiridos. Se adicionarmos, para o mesmo escalão etário, as respostas relativas à opção “disposto”, detetamos que uma larga maioria de 70% dos inquiridos pertencentes ao escalão etário superior diz estar “disposto” ou “muito disposto” a assumir essa taxa ambiental por um serviço ecologicamente superior, baixando para um valor de 57,4% no escalão etário intermédio, sendo apenas de 38% entre os desportistas mais novos. Por último, destacamos que é entre os mais novos que a opção “pouco disposto” assume um valor mais elevado (39,8%).

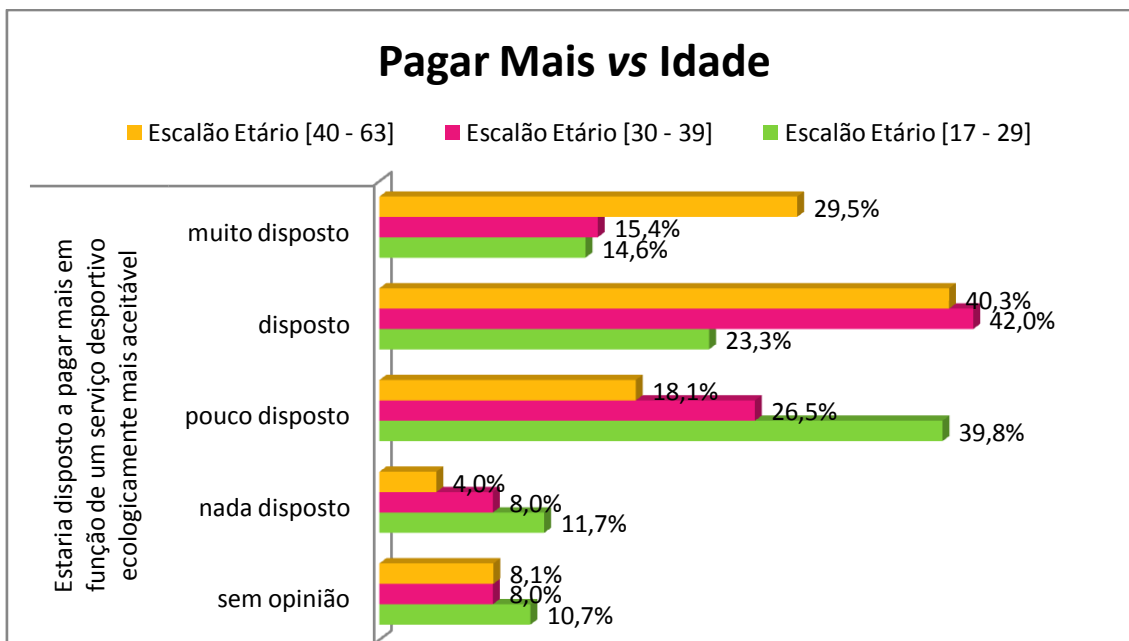


Gráfico 65 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde *versus* Escalão Etário

Ao analisarmos a predisposição pelo pagamento de uma taxa a reverter a favor de um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável em função da escolaridade, vislumbramos também algumas dissemelhanças. Assim, os resultados revelam que a maioria dos inquiridos com o grau de escolaridade [mestrado/doutoramento] mostra-se “pouco disposta” a pagar mais pelo serviço desportivo mais ecológico (63,6%). Pelo contrário, nos outros dois escalões de escolaridade existe uma maioria de desportistas que se diz “muito disposta” e “disposta” a suportar o referido acréscimo de preço, sendo de 61% no caso do grau de [bacharel/licenciatura] e de 57,5% para o grau de [obrigatório/secundário].

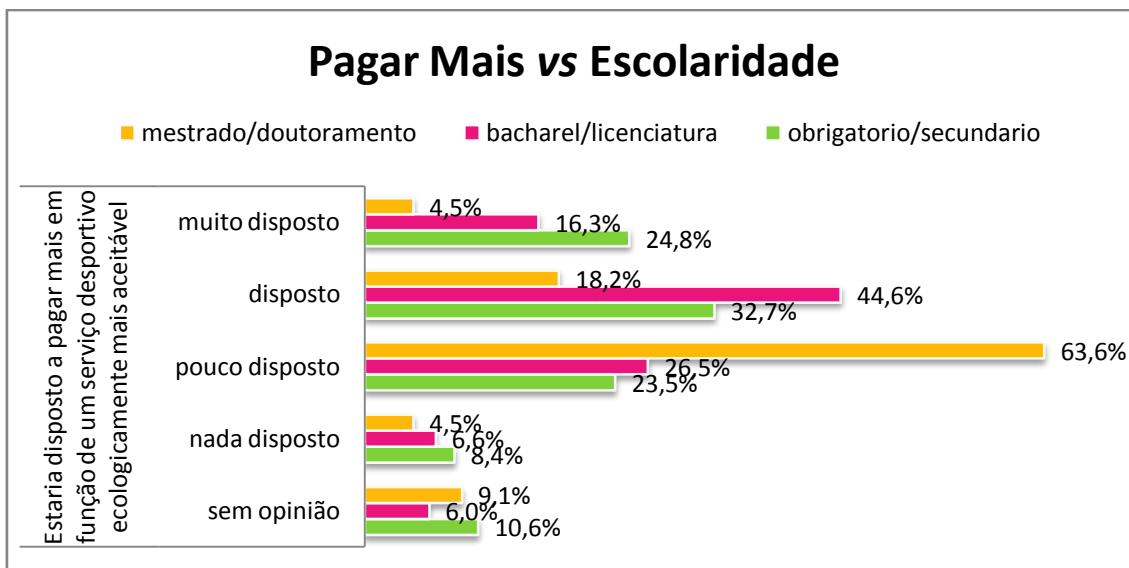


Gráfico 66 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde *versus* Escolaridade

Ao analisarmos a disposição para pagar mais em função de um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável relacionada com o tempo de prática da modalidade, os resultados revelam que todos os escalões estão “muito dispostos” e “dispostos” a pagar, pois para todos os escalões do tempo de prática são obtidos valores percentuais superiores a 50%. Pela negativa, destacamos os desportistas pertencentes ao escalão do tempo de prática superior, uma vez que 34,1% declara estar “pouco disposto”.

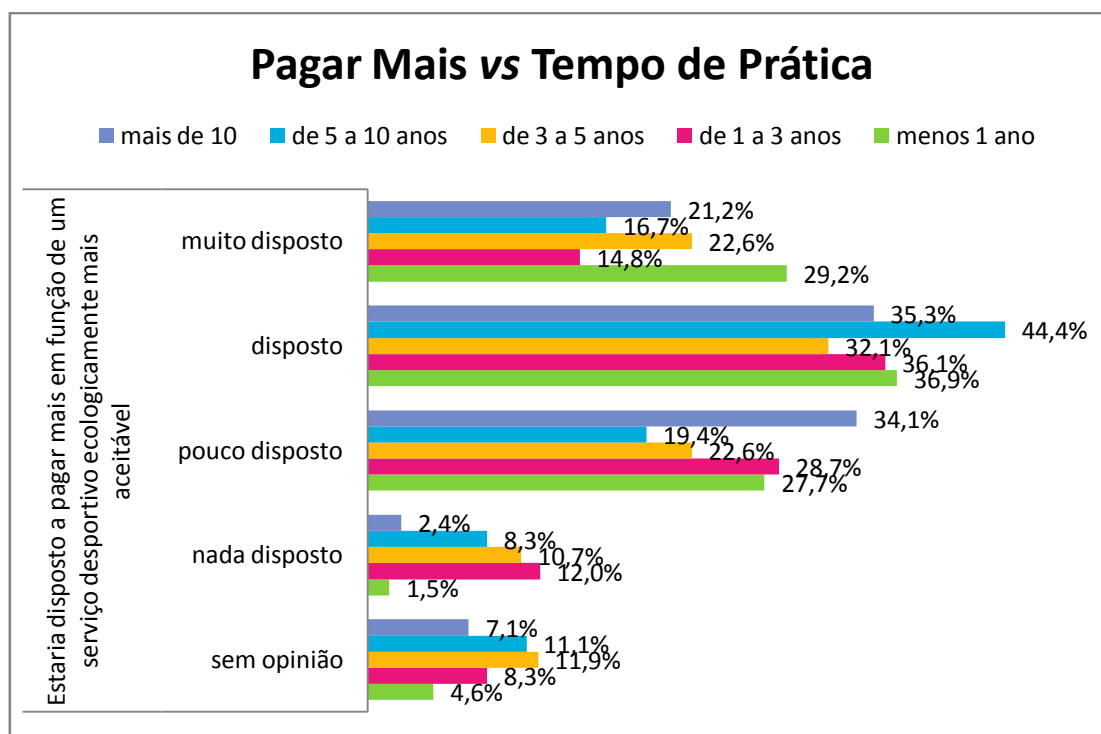


Gráfico 67 – Disposição em Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde vs Tempo de Prática

Observando os resultados da predisposição por pagar mais por um serviço desportivo com melhores características ambientais em função da frequência da prática da modalidade, percebemos que não se vislumbram grandes diferenças entre os diferentes escalões, uma vez que para todos eles é obtido um valor percentual maioritário para a soma das opções “muito disposto” e “disposto”, sendo mais elevado para o escalão intermédio (60,4%), e descendo para 57,1% no escalão com maior frequência da prática e para 55,5% no primeiro escalão. Da parte dos inquiridos que menos vezes praticam a modalidade por semana destaca-se o maior valor obtido para a opção “pouco disposto”, atingindo cerca de 30% dos inquiridos.

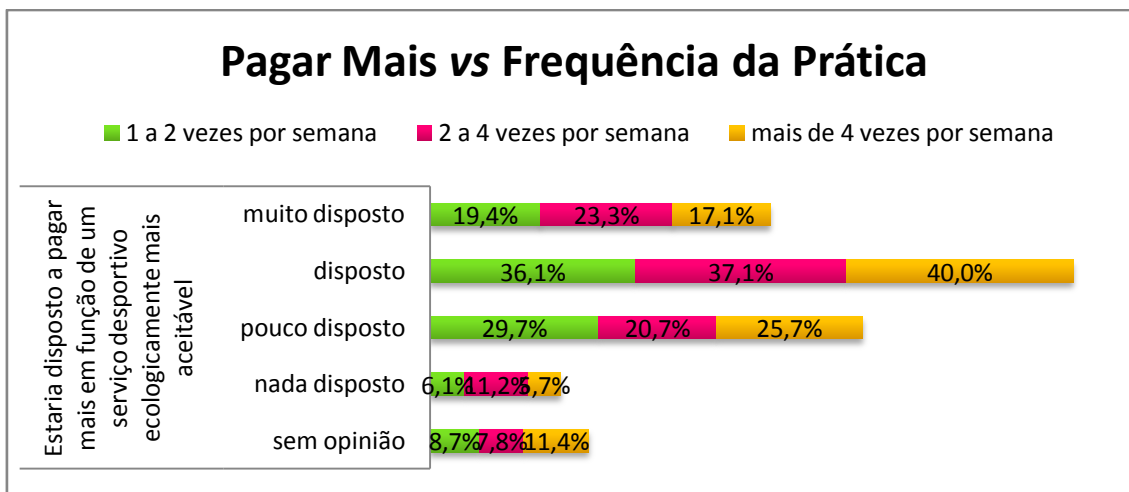


Gráfico 68 – Disposição Pagar Mais por Serviço Desportivo Verde vs Frequência da Prática

3.2.3. Dimensão de Atitude / Comportamento na Perspetiva Desportiva

3.2.3.1. Disposição para Alterar Algo na Prática da Modalidade

Ao nos debruçarmos sobre os resultados relativos ao cruzamento das respostas à questão da disposição em modificar algo na prática da sua modalidade desportiva em benefício do ambiente com a variável género, são as mulheres que expressam uma maior disposição relativamente a este sacrifício pessoal, atingindo a opção “muito disposta” o valor de 62,6% contra 42,7% dos homens. No entanto, se adicionarmos as opções “disposto” e “muito disposto”, percebemos que, tanto entre homens como entre mulheres, se obtêm maiorias muito expressivas, sendo em ambos os casos cerca de 88%.

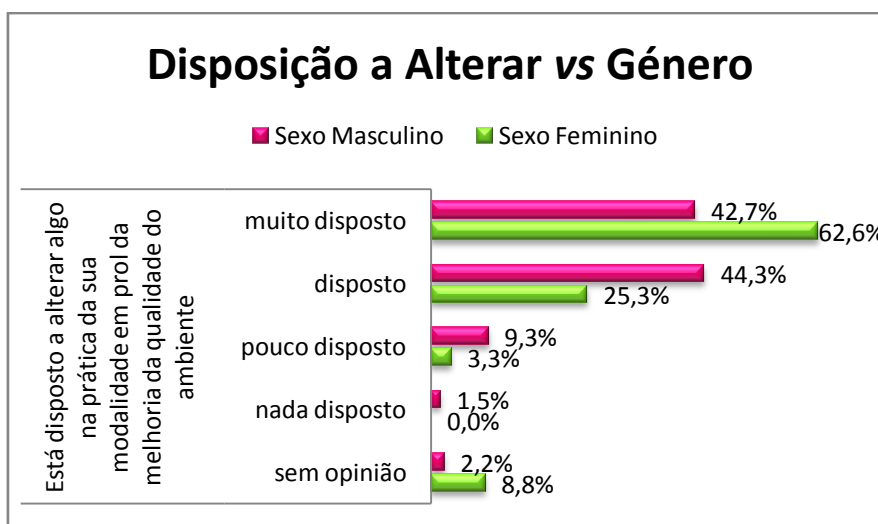


Gráfico 69 – Disposição Alterar a Prática Desportiva em Benefício do Ambiente vs Género

Ao introduzirmos a variável escalão etário na problemática em referência, os resultados mostram que, apesar dos inquiridos mais velhos se destacarem na resposta “muito disposto” (51,7%), em todos os escalões etários uma larga maioria dos desportistas se declara “disposto” ou “muito disposto” em modificar algo na prática desportiva em prol da melhoria ambiental, sendo de 88,6% para

os mais velhos, 87% para os desportistas do escalão etário intermédio e 85,4% para os desportistas mais novos.

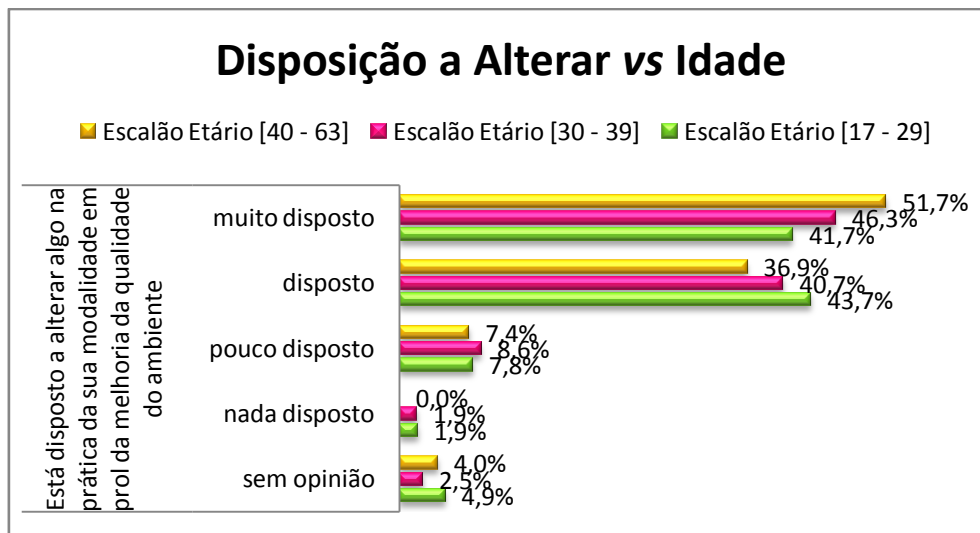


Gráfico 70 – Disposição Alterar Prática Desportiva em Benefício Ambiente vs Escalão Etário

Os resultados do cruzamento da variável em análise com a escolaridade revelam que os desportistas que possuem o grau [obrigatório/secundário] e o grau [bacharel/licenciatura] são os que mais se destacam entre os inquiridos que declaram estar “muito dispostos” em alterar algo na prática desportiva em benefício da qualidade ambiental, sendo atingidos os valores de 49,1% e de 46,4%, respetivamente. Pelo contrário, são os desportistas mais escolarizados que se destacam na “pouca disposição” para efetuar tal sacrifício, atingindo nesta opção um valor de 22,7%.

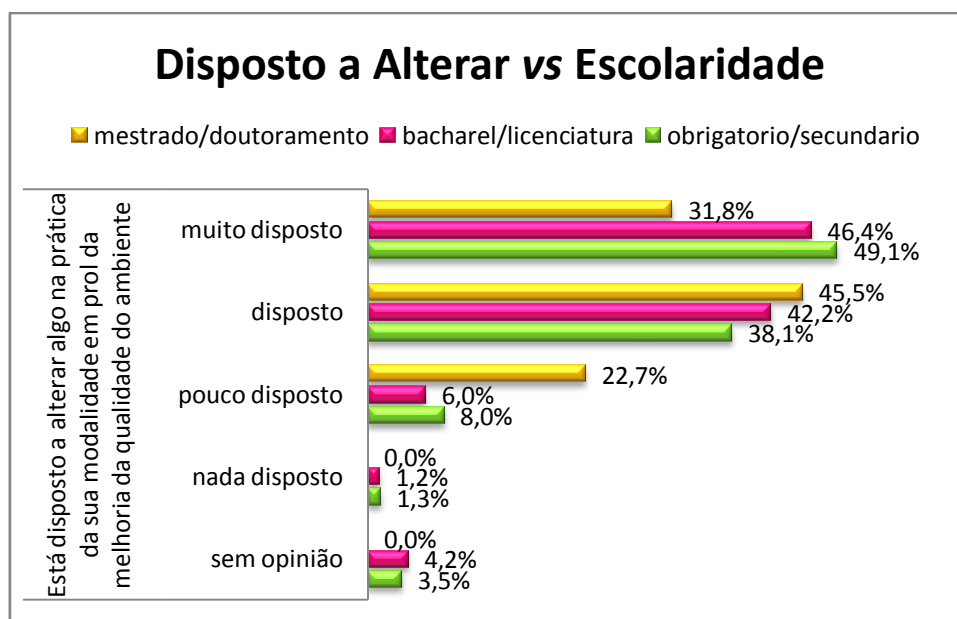


Gráfico 71 – Disposição Alterar Prática Desportiva em Benefício do Ambiente vs Escolaridade

Quando intersetamos a disposição para alterar algo na prática da modalidade desportiva em prol da melhoria da qualidade do ambiente com a variável relativa ao tempo de prática da modalidade, os resultados revelam que uma maioria de 52,9% dos inquiridos com maior tempo de prática e uma maioria de 50,8% dos desportistas com menos tempo de prática se declaram “muito dispostos” em empreender tal esforço pessoal. Realçamos também que em todos os escalões do tempo de prática são obtidos valores percentuais que expressam maiorias muito expressivas ao adicionarmos os resultados relativos às opções “disposto” e “muito disposto” em alterar algo na prática desportiva a favor dos bens ecológicos.

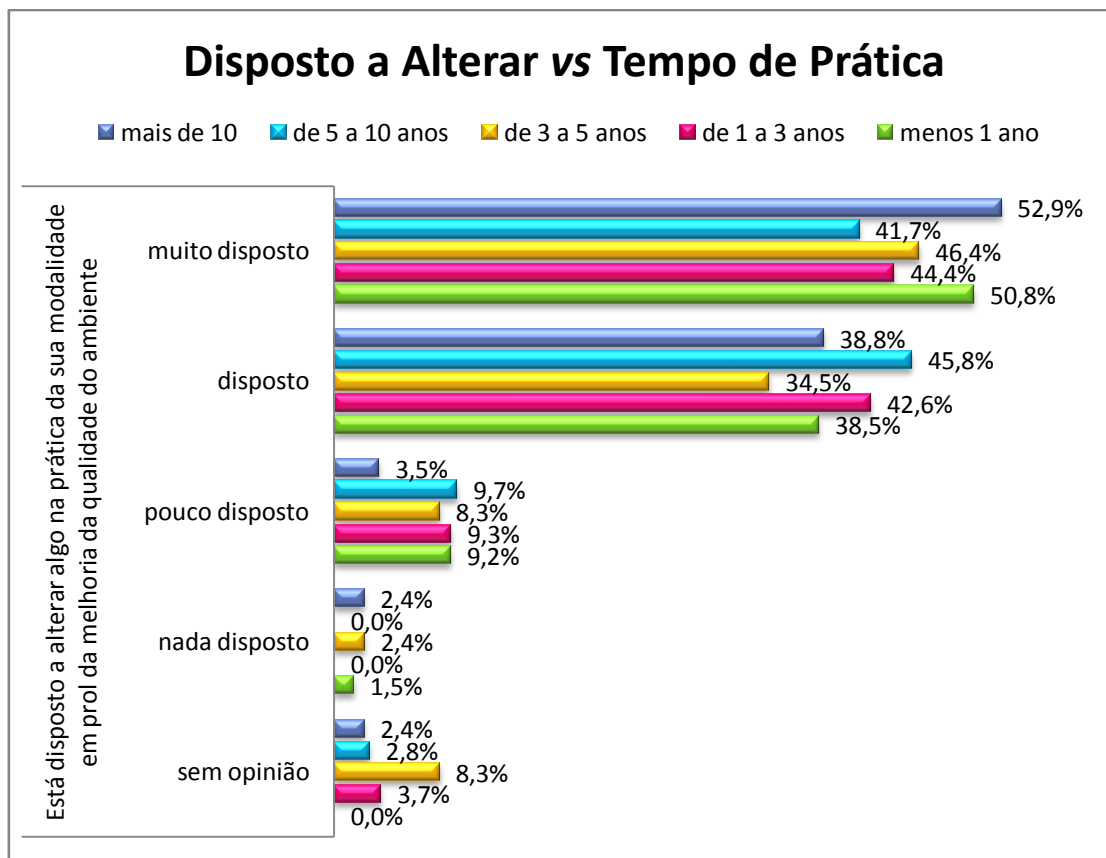


Gráfico 72 – Disposição Alterar Prática Desportiva Benefício Ambiente vs Tempo de Prática

A predisposição para alterar algo na prática desportiva em benefício da qualidade ambiental é mais evidente entre os desportistas que praticam mais vezes a modalidade, uma vez que no escalão [mais de 4 vezes por semana] 97,2% dos inquiridos declara estar “disposto” ou “muito disposto” nesse acréscimo de esforço pessoal. Se tivermos em atenção a opção “muito disposto”, é encontrada uma maioria de 55,2% no escalão [2 a 4 vezes por semana]. Por último, entre os indivíduos que menos vezes frequentam a prática da modalidade que é encontrado o valor percentual superior na opção “pouco disposto”, aproximadamente de 10%.

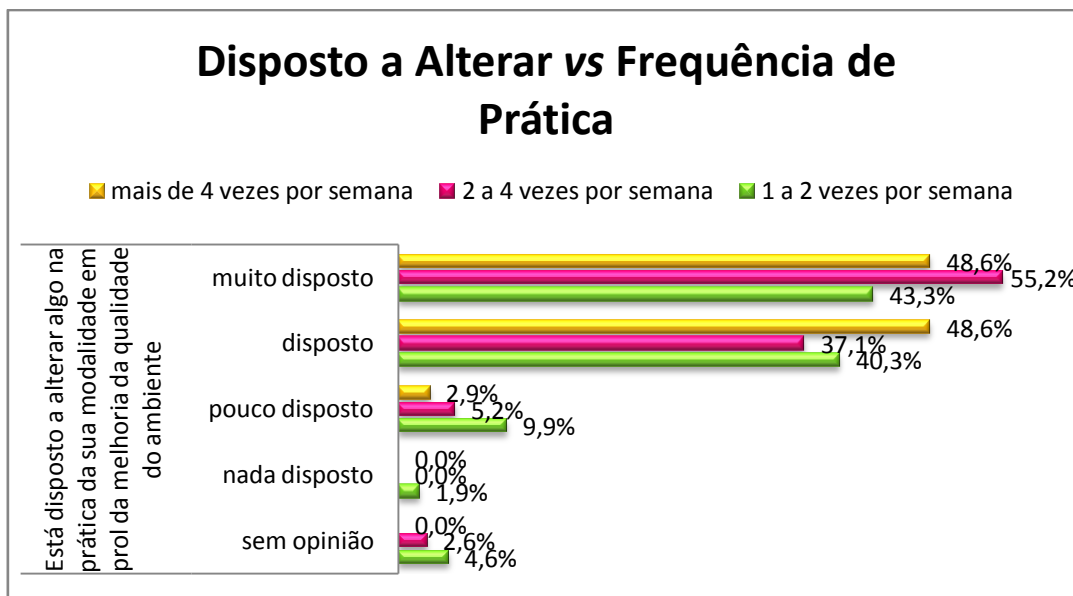


Gráfico 73 – Disposição Alterar Prática Benefício Ambiente vs Frequência da Prática

3.2.3.2. Pagar Taxa

Quando se analisam os resultados do cruzamento das respostas à questão “Concorda que as atividades desportivas que prejudicam o ambiente devam pagar uma taxa a reverter para a preservação do ambiente?” com a variável género, uma maioria de cerca de 54% declara estar “totalmente de acordo” para homens e mulheres.

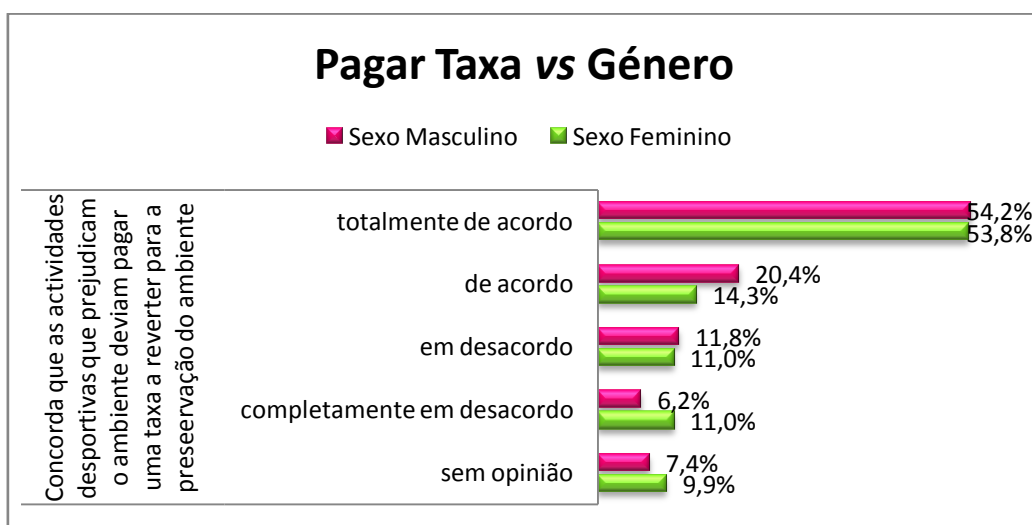


Gráfico 74 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente versus Género

Dos resultados no que concerne à pergunta em análise em relação à variável escalão etário, realçamos que uma maioria dos inquiridos com idade superior a 29 anos se manifesta “totalmente de acordo” com o pagamento da taxa a reverter em favor da preservação do ambiente, sendo de 63,1% entre os mais velhos e de 51,2% para os praticantes com idade incluída no escalão etário intermédio. Curiosamente entre os mais novos, cerca de um quarto dos inquiridos declara estar em “desacordo” ou “completamente em desacordo” com a política fiscal de repressão das atividades desportivas mais nocivas para o ambiente.

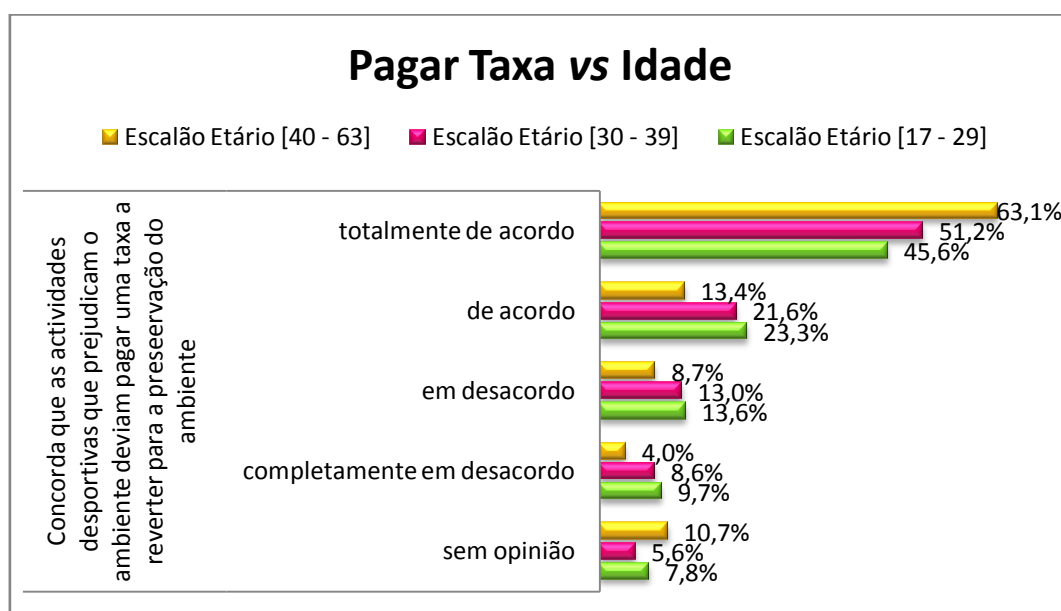


Gráfico 75 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente *versus* Escalão Etário

Apreciando as respostas dadas em relação à concordância pelo pagamento de uma taxa a favor da preservação ecológica a aplicar aos serviços desportivos mais prejudiciais ao ambiente em função da escolaridade, destacamos que são os desportistas mais escolarizados que se mostram em menor concordância com a política fiscal em causa, uma vez que 45,5% dos inquiridos pertencentes ao escalão de escolaridade superior declara estar em “desacordo” ou “totalmente em desacordo”. Pelo contrário, uma maioria de 56,6% dos

inquiridos com grau de escolaridade [obrigatório/secundário] afirma estar “totalmente de acordo” com a medida em referência, assim como uma maioria de 53,6% dos desportistas com grau de escolaridade [bacharel/licenciatura].

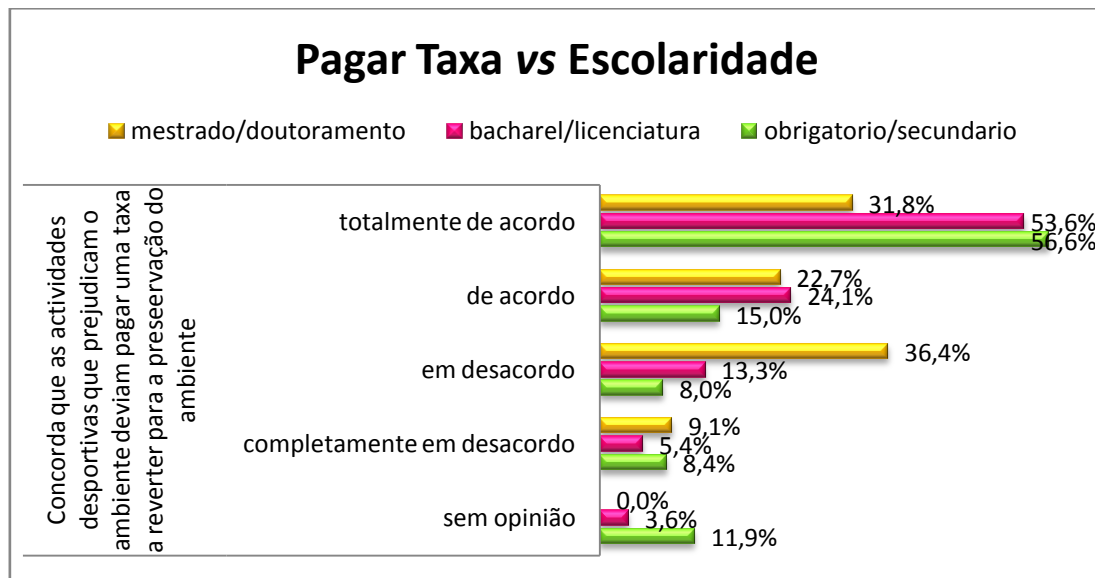


Gráfico 76 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente *versus* Escolaridade

Ao analisarmos a concordância quanto ao pagamento de uma taxa para favorecimento da preservação do ambiente relacionada com o tempo de prática da modalidade, verificamos que, à exceção do escalão do tempo de prática de [de 1 a 3 anos] (49,1%), uma maioria dos inquiridos responde estar “totalmente de acordo” com a medida fiscal em referência: 66,2%no escalão; 56,9% no escalão [de 5 a 10 anos], 52,4% no escalão [de 3 a 5 anos] e 50,6% no escalão superior.

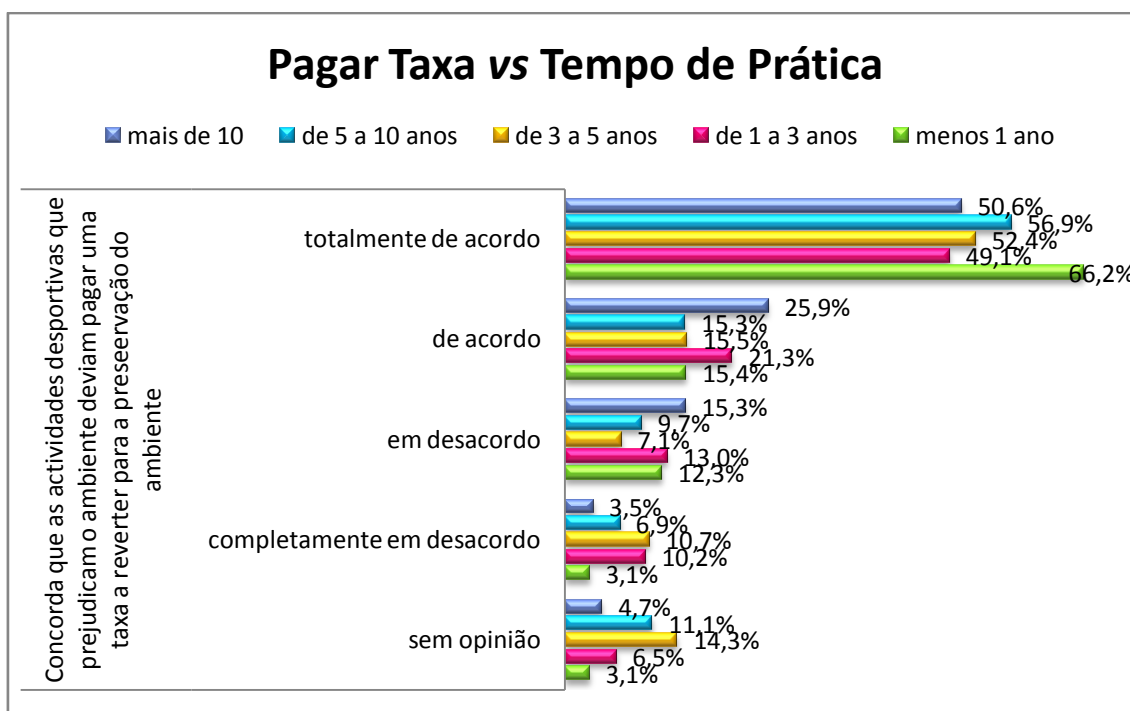


Gráfico 77 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente *versus* Tempo de Prática

Analisando os resultados do cruzamento das respostas à questão em referência com a frequência da prática desportiva, podemos verificar que nos dois primeiros escalões de frequência da prática da modalidade, existe uma maioria de desportistas que declara estar “totalmente de acordo” com o pagamento de uma taxa sobre os serviços desportivos prejudiciais ao ambiente revertível a favor da qualidade ambiental, sendo de 62,9% para o escalão [2 a 4 vezes por semana] e de 51,7% no escalão [1 a 2 vezes por semana]. Apesar de 57,2% dos desportistas pertencentes ao escalão da frequência da prática superior também diz estar “totalmente de acordo” ou “de acordo” com a medida fiscal em estudo, é neste grupo que se deteta uma maior discordância para com a mesma uma vez que 31,4% destes inquiridos está “em desacordo” ou “completamente em desacordo”.

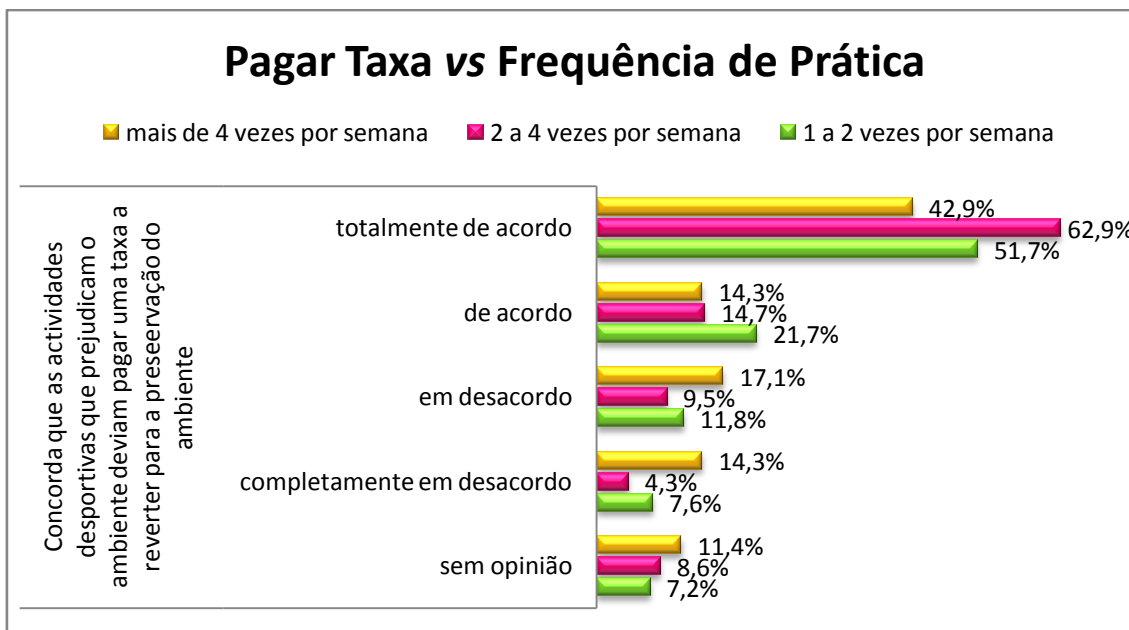


Gráfico 78 – Pagamento Taxa para Preservação do Ambiente *versus* Frequência da Prática

3.2.3.3. Alteração de Atitude Ambiental após a Prática Desportiva

Ao cruzarmos as respostas à questão “Considera que modificou a sua atitude face aos problemas ambientais desde que pratica esta modalidade?” com a variável independente género, verificamos que houve uma maior alteração comportamental da parte dos homens do que das mulheres, uma vez que 62,2% do género masculino afirma que “modificou” ou “modificou em muito” contra cerca de 54% do género feminino.

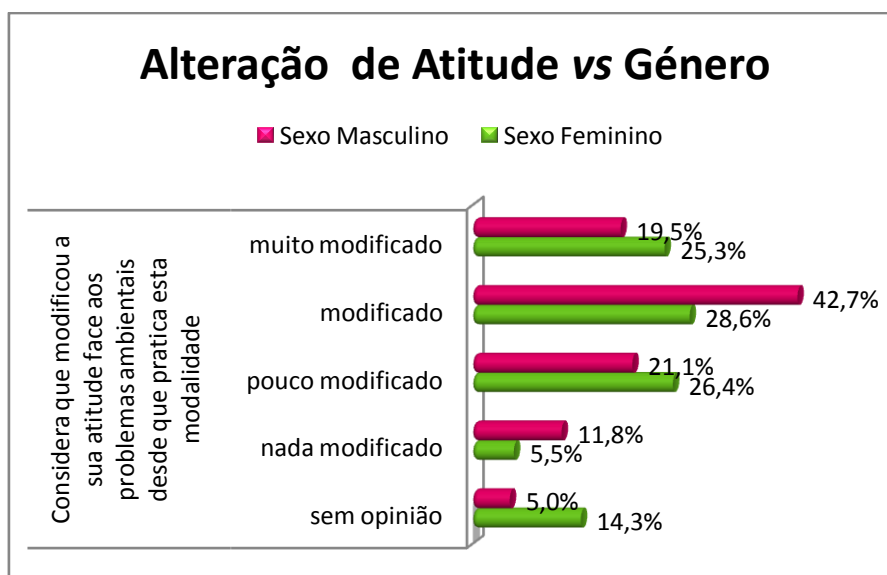


Gráfico 79 – Alteração da Atitude Ambiental *versus* Género

Apreciando os resultados das respostas à questão em análise em função do escalão etário, podemos afirmar que independentemente da idade dos desportistas, uma maioria dos inquiridos declara ter “modificado” ou “modificado muito” as suas atitudes face às questões ambientais desde que pratica a modalidade desportiva, atingindo o valor de 62,5% entre os mais velhos, 60,2% entre os mais novos e 58,7% entre os inquiridos do escalão etário intermédio.

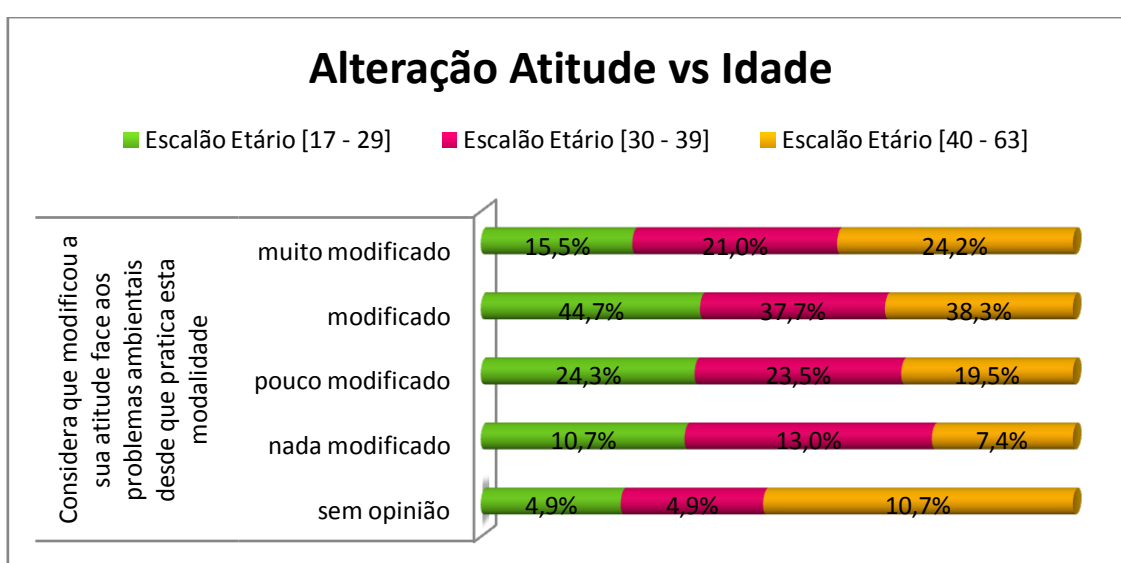


Gráfico 80 – Alteração da Atitude Ambiental *versus* Escalão Etário

Incorporando na análise da presente questão a variável independente relativa à escolaridade dos indivíduos, destacamos um valor superior (aproximadamente de 28%) da parte dos menos escolarizados na opção “muito modificado”, em comparação com os valores obtidos nos restantes graus de escolaridade. Por outro lado, e em sentido inverso, destacamos a superioridade do valor obtido por parte dos mais escolarizados no que concerne ao conjunto das opções de “pouco modificado” e “nada modificado”, atingindo um valor de aproximadamente 73%. Por último, uma maioria de 53,7% dos inquiridos com grau de escolaridade de [bacharel/licenciatura] afirma ter “modificado” ou “modificado muito” a sua atitude ecológica após ter iniciado a prática da modalidade desportiva.

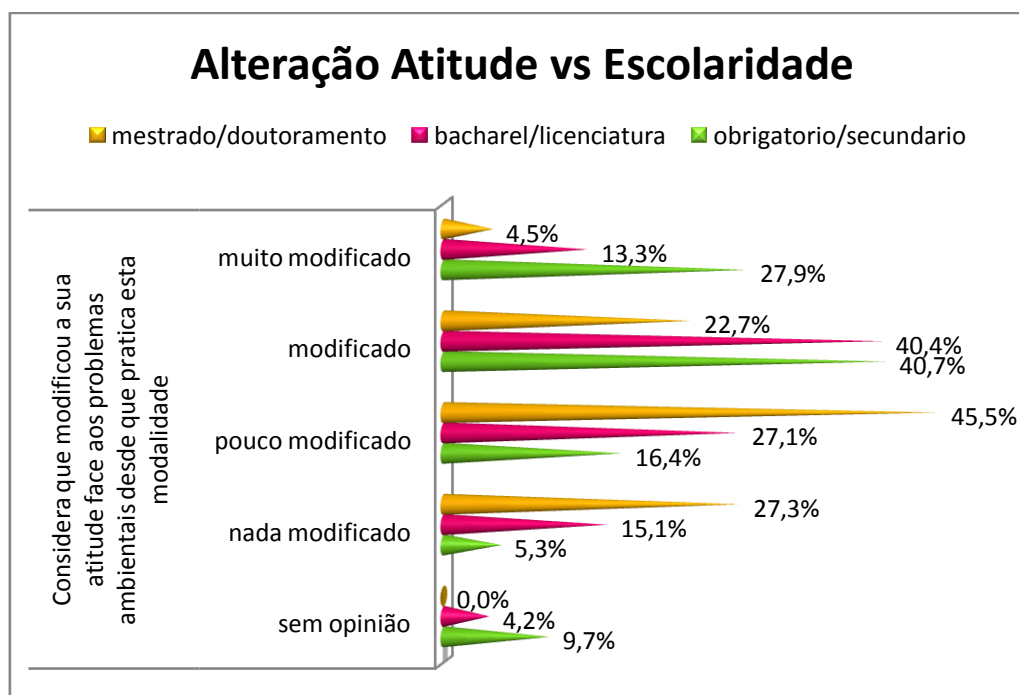


Gráfico 81 – Alteração da Atitude Ambiental *versus* Escolaridade

Trazendo a variável relativa ao tempo de prática para a análise da mudança de atitude perante os problemas ambientais desde que se pratica a modalidade, os resultados revelam que uma maioria dos inquiridos declara que houve

“modificação” ou “muita modificação” em todos os escalões do tempo de prática da modalidade desportiva. Entre os que afirmam que a atitude ecológica “pouco se modificou” perante a prática da modalidade, destaca-se o valor obtido por parte dos inquiridos com menor tempo de prática, atingindo um valor de cerca de 31%.

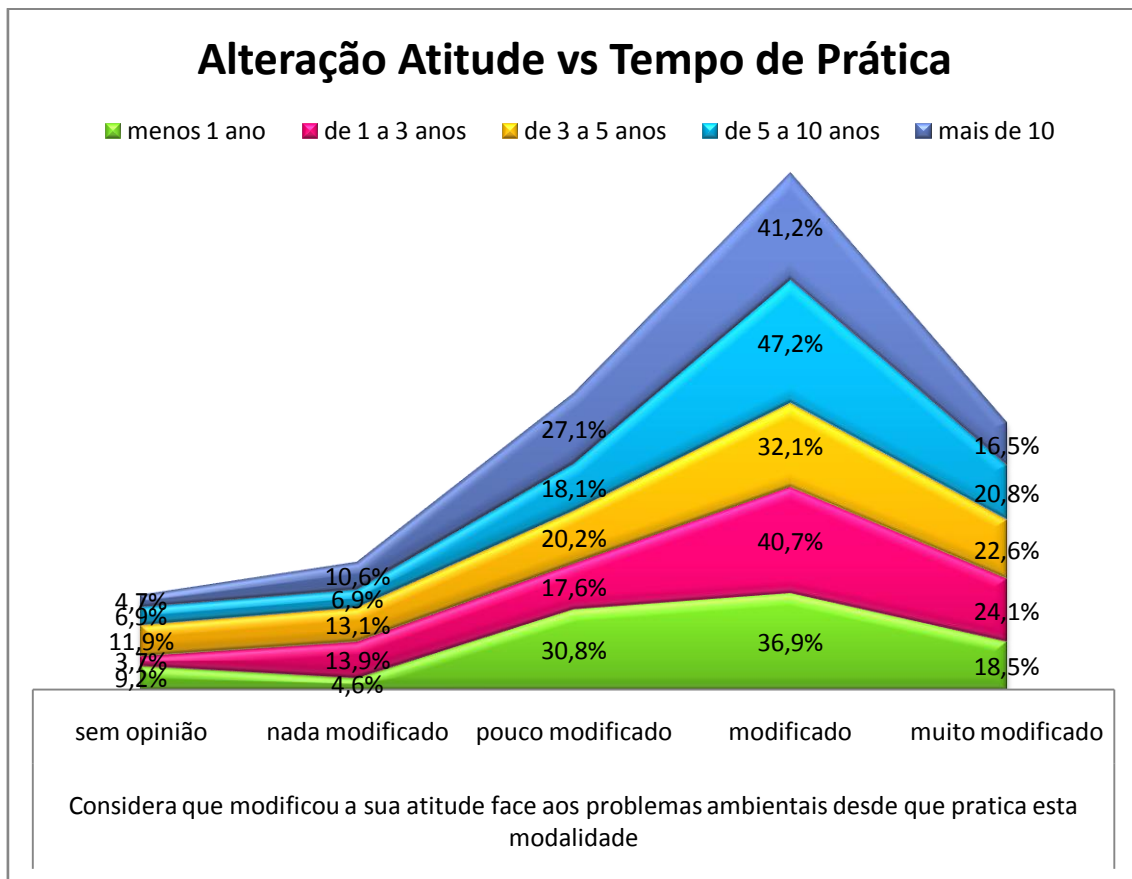


Gráfico 82 – Alteração da Atitude Ambiental *versus* Tempo de Prática

No que respeita à transformação da atitude dos inquiridos perante os problemas ambientais em função da frequência da prática da sua modalidade desportiva, os resultados demonstram que em todos os escalões se obtêm valores percentuais maioritários quando juntamos as respostas respeitantes às opções “modificado” ou “muito modificado”, destacando-se os dois escalões superiores da frequência da prática, com 71,4% e 69% entre os indivíduos que mais vezes praticam a modalidade por semana e os que pertencem ao escalão

intermédio, respetivamente, seguido do escalão com menor frequência da prática onde o valor alcançado é de 55,2%.

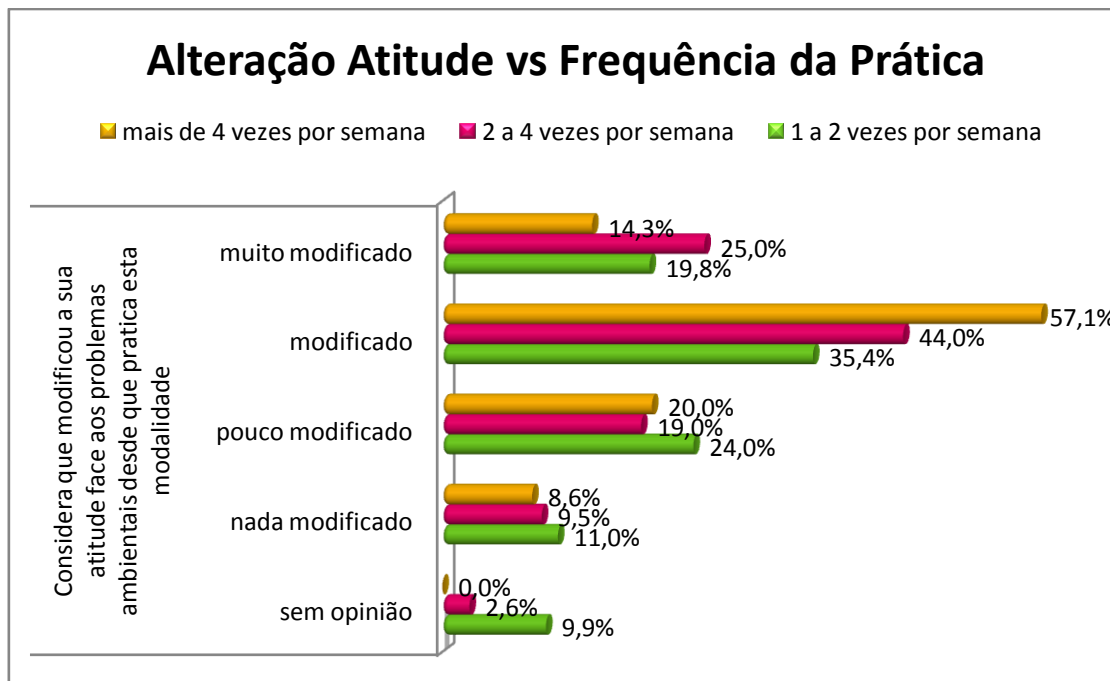


Gráfico 83 – Alteração da Atitude Ambiental *versus* Frequência da Prática

4. Conclusão

O presente estudo tem uma amostra de 414 elementos, sendo dividida em 323 desportistas do género masculino (78%) e de 91 desportistas do género feminino (22%). Em termos de escalões etários, o mais representativo é o que agrega os indivíduos dos 30 aos 39 anos de idade (39,1%). Dos escalões relativos ao grau de escolaridade, o que tem maior peso é aquele que inclui os graus de ensino obrigatório e secundário, estando representado em 54,6%. No que concerne ao tempo de prática da modalidade desportiva é evidenciado o grupo de desportistas que pratica a modalidade entre 1 a 3 anos (26,1%). Perante a frequência da prática, a amostra é mais representada pelos desportistas que praticam de 1 a 2 vezes por semana (63,5%).

É de salientar que uma expressiva maioria dos inquiridos da presente amostra refere que utiliza, como meios principais de informação ambiental, a internet (86,7%) e a televisão (78,3%). Podemos ainda dizer que essas fontes de adquirir informação ecológica são consideradas em simultâneo, embora por uma maioria um pouco menor dos indivíduos da amostra, as fontes de informação de maior nível de credibilidade (internet: 70,5%, e televisão: 54,8%).

Na presente amostra 52,9% pratica a modalidade de BTT e 47,1% pratica a modalidade de natação. Ao nível da variável género existe a seguinte distribuição: do universo feminino, 70,3% pratica natação e 29,7% pratica BTT; do universo masculino, 40,6% pratica natação e 59,4% pratica BTT. Quanto ao escalão etário, os mais velhos distribuem-se de forma quase igual entre o BTT e a natação; os desportistas com idade entre os 30 e os 39 anos praticam mais BTT (59,3%) do que natação (40,7%); e o peso dos desportistas mais novos na natação (52,4%) é um pouco mais elevado do que no BTT (47,6%). Ao entrarmos em linha de conta com a escolaridade, não são encontradas

diferenças para o escalão intermédio (bacharel/licenciatura), embora o peso dos praticantes com grau de mestrado/doutoramento e com ensino obrigatório/secundário seja ligeiramente superior no BTT do que na natação, ou seja, 54,5% dos mais escolarizados pratica BTT, assim como 54,9% dos menos escolarizados. Relativamente ao tempo de prática das modalidades em estudo, à exceção do escalão superior (mais de 10 anos), em que existe um maior peso dos praticantes de natação (54,1%), em todos os outros escalões de tempo de prática existe um maior número de praticantes de BTT do que de natação, realçando-se que a maior diferença é encontrada no primeiro escalão (menos de 1 ano), em que 60% dos desportistas diz praticar BTT. No que concerne à frequência da prática da modalidade, 52,5% dos desportistas que praticam 1 ou 2 vezes por semana pertence ao BTT, assim como 61,2% dos que praticam até 4 vezes por semana; 71,4% dos que exercem a prática mais do que 4 vezes por semana pertence à natação.

Quanto aos fatores de agradabilidade da prática da modalidade, no panorama geral da amostra, surgem dois fatores com maior expressão percentual classificados como “muito agradáveis”: “o prazer da prática” e “a melhoria da condição física” (ambos com 97,8%). Contudo, quando especificamos os resultados por modalidade, os praticantes de BTT elegem como fator de maior agradabilidade “desfrutar da natureza” (61%), enquanto os praticantes de natação nomeiam “o relaxamento psíquico” (49,3%).

Verificamos que, em termos gerais, 90% da amostra se diz “muito preocupada” com o estado do ambiente e dos recursos naturais. Pela análise do mesmo ponto verificamos ainda que esta preocupação ambiental tem uma maior evidência com o aumento do grau de escolaridade (95,5% para o grau de mestrado/doutoramento, 92,2% para grau de escolaridade bacharel/licenciatura e de 89,4% para o grau de escolaridade obrigatório/secundário). No entanto, nota-se apenas uma ligeira diferença entre os praticantes de BTT (96%) e os praticantes de natação (93,9%).

De destacar que uma grande maioria dos inquiridos da amostra, cerca de 90%, declara já ter tomado uma ação em prol do benefício do ambiente pelo menos uma vez. Entre essas ações, destaca-se em primeiro lugar a reciclagem do lixo doméstico (82,4%) e em segundo lugar a utilização de lâmpadas de baixo consumo (76,6%).

Analisando a disposição dos inquiridos para o empreendimento de esforços pessoais a favor da qualidade ambiental por modalidade desportiva, os praticantes de natação trocam mais vezes o carro pela bicicleta (45,5%), os praticantes de BTT trocam mais vezes pela caminhada (50,5%) do que os praticantes da modalidade de natação. Contudo, quanto à preferência de piscinas com menos tratamentos químicos para a prática de natação, os nadadores ficam em vantagem (56,3%) relativamente aos adeptos de BTT (43,7%).

Relativamente ao benefício do ambiente em detrimento do crescimento económico, 44,4% dos elementos da amostra refere que beneficiaria a qualidade ambiental. Uma exceção é denotada da parte dos inquiridos com maior nível de escolaridade, na medida em que (25,1%) dos quais declara que beneficiaria o crescimento económico. Contudo, realçamos que existe uma fatia de 30,4% da amostra que se considera indiferente perante esta escolha, sendo que tal indiferença é mais evidenciada por parte dos inquiridos mais velhos (40,3%). Analisando por modalidades o BTT detém um valor ligeiramente superior ao da natação no que toca ao benefício da qualidade ambiental em detrimento do crescimento económico (24,2% do BTT contra 20,3% da natação).

No que concerne ao consumo de produtos em geral, a grande parte da amostra (63,7%) refere dar atenção aos rótulos de informação ambiental. Analisando a

atenção dispensada aos rótulos de informação ambiental em função das variáveis independentes podemos constatar: a) quanto ao género os valores são muito semelhantes; b) quanto ao escalão etário são os mais velho que se consideram atentos ou mesmo muito atentos (74,5%); c) quando observado o grau de escolaridade, é de evidenciar que o escalão mais alto de escolaridade é o que se considera menos atento (45,5%); d) em relação ao tempo de prática da modalidade os mais atentos são os que praticam há mais de 10 anos e os que praticam há menos de 1 ano; e) quando comparadas as duas modalidades, os valores percentuais encontrados também são muito próximos.

Quando estudada a aquisição de produtos ecológicos verifica-se que se trata de uma opção de consumo dependente do preço para a generalidade dos inquiridos (41,1%), destacando-se, pela positiva, o género feminino (47,3%), o escalão etário intermédio e os desportistas com maior grau de escolaridade. Quando analisadas as duas modalidades, os valores percentuais encontrados também são muito próximos.

Uma maioria de 57% da amostra afirma estar “muito disposta” ou “disposta” a pagar mais por um serviço desportivo mais ecológico. Das variáveis independentes constatamos que as mulheres aderem mais significativamente à hipótese formulada (68,2%), assim como os desportistas mais velhos (70%). Pelo contrário, é entre os inquiridos com maior grau de escolaridade [mestrado/doutoramento] que vislumbramos uma maior resistência à proposta em análise, na medida em que 63,6% se mostra “pouco disposta” a pagar mais pelo serviço desportivo mais ecológico. Quando comparadas as modalidades não denotamos qualquer diferença entre si.

No que respeita ao consumo desportivo e nomeadamente em termos da disposição para alterar algo na prática da modalidade em prol da melhoria da qualidade ecológica, uma larga maioria dos inquiridos (87,2%) mostra-se “muito disposto ou disposto” a realizar alterações na prática da modalidade. Ao nível

da variável género não se encontram dissemelhanças, mas em relação à idade dos desportistas, é entre os mais velhos que a medida encontra maior acolhimento, assim como da parte dos que mais vezes por semana praticam a modalidade. Entre o BTT e a natação também não são detetadas diferenças relativamente a esta variável.

Na alteração da atitude ambiental após o início da prática da modalidade desportiva, verifica-se que a amostra se revela mais consciente, uma vez que cerca de 68,4% diz que modificou, ou mesmo que modificou muito a sua atitude ecológica. Em sentido inverso ao comportamento geral, destacamos os desportistas mais escolarizados e no mesmo sentido realçamos os que mais vezes por semana praticam a modalidade e os praticantes de BTT.

A preocupação ambiental é um tema que abrange a grande maioria da amostra estudada. Como isso acontece as ações tomadas em prol do benefício do ambiente não são descuradas pela nossa amostra. Uma das questões que suscitou alguma divisão nos inquiridos foi relativamente à preferência da qualidade ambiental em detrimento do crescimento económico. Quando necessitam de adquirir algo, os nossos inquiridos referem dar grande atenção à informação contida nos rótulos, mas a sua real aquisição irá sobretudo depender do preço do produto mais ecológico.

Quanto às modalidades de desporto natureza (BTT) e de desporto urbano (natação), existem diferenças muito ténues. Existindo contudo, diferenças. Na preocupação ambiental o BTT destaca-se, bem como na opção de privilegiar a qualidade ambiental.

Bibliografia

(Dezembro de 2010). Obtido de Sociedade Ponto Verde:
<http://www.pontoverde.pt>

(Janeiro de 2011). Obtido de ABC do Ambiente:
<http://www.abcdoambiente.com>

(2011). Obtido de Eficiencia Energética: www.eficiencia-energetica.com

Andereck, K., Valentine, K. M., Vogt, C. A., & Knopf, R. C. (2007). A Cross-cultural Analysis of Tourism and Quality of Life Perceptions. *Journal of Sustainable Tourism*, 15, pp. 483-502.

Baisch, L. B. (2008). *Marketing Verde e o Consumo Consciente: um estudo sobre o apelo ecológico de dois produtos*. Rio Janeiro: Pontificia Universidade Católica do Rio Janeiro.

Baptista, & Margarida, M. (2006). *Golfe e Ambiente - A componente ambiental no consumo e na oferta de golfe*. Lisboa: UTL/FMH.

Bento, H. C. (2009). *O Desporto em Espaços Informais no concelho de Gondomar - Estudo sobre as facilidades e os constrangimentos*. Porto: Universidade do Porto.

Blackwell, M. (2005). *Comportamento do Consumidor*. Norte Americana: Thomson.

Caetano, J., Soares, M., Dias, R., Joaquim, R., & Gouveia, T. R. (2008). *Marketing ambiental*. Corroios: Plátano Editora.

Correia, A. (Janeiro de 2004). A prática desportiva e as pessoas - Contributo para a identificação, sistematização e classificação dos desportos. *Revista Portuguesa de Gestão do Desporto*, pp. 36-42.

Europeia, C. (s.d.). *Europa*. Obtido em Agosto de 2011, de <http://europa.eu>

Garcia, R. (2006). *Sobre a Terra - Um guia para quem lê e escreve sobre ambiente*. Lisboa: Público.

Instituto do Desporto de Portugal. (2011). Obtido em 2011, de www.idesporto.pt

Larousse, E. (2009). *Enciclopédia Moderna* (Vol. VI). Rio de Mouro: Circulo de Leitores.

Nunes, P. A. (2010). *Desporto Natureza, Turismos e Ambiente - O turismo de natureza como pólo de atracção turística complementar ao produto sol e mar na sub região do litoral alentejano*. Lisboa: UTL/FMH.

Oliveira, E., & Manso, J. R. (Agosto de 2010). Turismo Sustentável: Utopia ou Realidade? *Revista Estudos Politécnicos*, VIII, nº 14, pp. 235-253.

Rodrigues, V. (2009). *Desenvolvimento sustentável - Uma Introdução Crítica*. Parede: Principia.

Rosa, P., & Carvalhinho, L. A. (Setembro de 2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, pp. 259-280.

Santos, P. (2011). *Consciencialização ambiental e Consumo Sustentável no Desporto - Utilizadores de bicicleta e Não utilizadores de bicicleta*. Faculdade de Motricidade Humana.

Trochim, W. (1999). *The Research Methods Knowledge Base*. Cincinnati, OH: Atomic Dog Publishing.

www.ine.pt.

Anexo I

QUESTIONÁRIO

Agradecemos desde já a colaboração! Assinale apenas a opção pretendida.

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

Idade		Sexo	F	M	Profissão	
Grau de Escolaridade						
Obrigatório	Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	
Zona de Residência						
Urbano		Rural		Misto		

PARTE II – ASPECTOS DA PRÁTICA DESPORTIVA

Modalidade	Natação		BTT				
Há quanto tempo pratica esta modalidade?							
Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos			
Quantas vezes por semana pratica a modalidade?							
1 a 2 vezes por semana		2 a 4 vezes por semana		Mais de 4 vezes por semana			
<p>O que lhe mais agrada na pratica da modalidade? (1 a 4)</p> <p>0 – 1 \longrightarrow 4</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <p>0 – Sem opinião</p> <p>1 - Nada agradável</p> <p>4 - Muito agradável</p> </div>		Convívio com os amigos	0	1	2	3	4
		Prazer da prática desportiva	0	1	2	3	4
		O desafio que a modalidade coloca	0	1	2	3	4
		Relaxamento psíquico durante a prática	0	1	2	3	4
		Estabelecer novos contactos sociais	0	1	2	3	4
		Possibilidade de desfrutar da natureza	0	1	2	3	4
		Melhoria da condição física	0	1	2	3	4
		Esforço físico empreendido ao longo da prática	0	1	2	3	4
		Possibilidade de viver num ambiente de qualidade	0	1	2	3	4
Pratica outras modalidades? Quais?							

PARTE III – O CONSUMIDOR E O AMBIENTE

Qual o seu nível de preocupação face ao ambiente?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Nada Preocupado; 4 Muito Preocupado)									
0		1		2		3		4	
Já alguma vez tomou alguma acção em prol do ambiente?						Sim		Não	
Se sim, assinale quais:					Se não, porquê?				
Limpeza de florestas/percursos					Falta de tempo				
Reciclagem do lixo doméstico					Desconhecimento				
Utilização de lâmpadas de baixo consumo					Não se interessa				
Utilização de painéis solares					Outras, quais?				
Outras, quais?									
Troca frequentemente o uso do automóvel pela bicicleta?						Sim		Não	
Troca frequentemente o uso do automóvel pela caminhada?						Sim		Não	
Procura a utilizar piscinas cujo tratamento da água use menos químicos?						Sim		Não	
Está disposto a alterar algo na prática da sua modalidade em prol da melhoria da qualidade do ambiente?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Nada disposto; 4 - Muito disposto)									
0		1		2		3		4	
Concorda que as actividades desportivas que prejudicam o ambiente devam pagar uma taxa a reverter para a preservação do ambiente?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Completamente em Desacordo; 4 - Totalmente de Acordo)									
0		1		2		3		4	
Tendo em conta o crescimento económico e a qualidade ambiental, qual beneficiaria em sacrifício do outro?									
Ambiente				Indiferente				Crescimento económico	
Dá atenção aos rótulos de informação ambiental dos produtos que adquire?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Nada Atento; 4 – Muito Atento)									
0		1		2		3		4	
Costuma adquirir produtos pelas suas características ambientais?									
Sempre		Frequentemente		Esporadicamente		A depender do preço		Nunca	
Estaria disposto a pagar mais em função de um serviço desportivo ecologicamente mais aceitável?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Nada disposto; 4 - Muito disposto)									
0		1		2		3		4	
Considera que modificou a sua atitude face aos problemas ambientais desde que pratica esta modalidade?									
Escala crescente de 0 a 4 (0 – Sem Opinião; 1 – Nada Modificado; 4 – Muito Modificado)									
0		1		2		3		4	
Quais as fontes de informação ambiental a que recorre?									
Televisão				Internet					
Jornais				Rádio					
Revistas				Outras, quais?					
Quais as fontes de informação ambiental que lhe oferecem maior nível de credibilidade?									
Televisão				Internet					
Jornais				Rádio					
Revistas				Outras, quais?					